

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**



**PERCEÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA AVENIDA
BEIRA RIO NA CIDADE DE ITUMBIARA – GO**



VERCILENE DE PAULA RODRIGUES

**UBERLÂNDIA/MG
2014**

VERCILENE DE PAULA RODRIGUES

***PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA AVENIDA
BEIRA RIO NA CIDADE DE ITUMBIARA – GO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial á obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cezar Mendes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



VERCILENE PAULA RODRIGUES

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA AVENIDA BEIRA
RIO NA CIDADE DE ITUMBIARA - GO

Professor Dr. Paulo Cezar Mendes - UFU

Professora Drª. Valéria Guimarães de Freitas Nehme – IFTM

Professora Drª. Gelze Serrat de S. Campos Rodrigues – UFU

Data: 23/09 de 2014

Resultado: Aprovado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R696p
2014 Rodrigues, Vercilene de Paula, 1979-
 Percepção ambiental dos usuários da avenida Beira Rio na cidade de
 Itumbiara - GO / Vercilene de Paula Rodrigues. - 2014.
 169 f. : il.

 Orientador: Paulo Cezar Mendes.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Gestão ambiental - Itumbiara (GO) - Teses.
 3. Geografia urbana - Itumbiara (GO) - Teses. I. Mendes, Paulo Cezar,
 1972-. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-
 Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

À minha família, filho e esposo pelo carinho e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar condição física e equilíbrio espiritual para concluir mais essa etapa em minha vida.

O professor **Dr. Paulo Cezar Mendes**, por contribuir, de forma essencial, no desenvolvimento deste trabalho e por compreender os obstáculos pessoais, surgidos pelo caminho, durante esses dois anos e meio, sendo um amigo. Obrigada pela paciência, sempre!

Os professores **Dr. Marcelo Cervo Chelotti** e **Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior** - Professor Colaborador da Universidade Federal da Paraíba, por contribuírem, de forma significativa em uma mudança de “olhar” que tive em meu trabalho, após cursar suas disciplinas, podendo redigi-lo de forma mais coerente, no meu entendimento.

Os amigos, pelo incentivo durante todo curso, especialmente às amigas, **Nayane** e **Carla**, pela colaboração.

As amigas **Larissa** e **Jerusa** pelas orações de concentração e fé em Deus, direcionadas ao meu trabalho, sempre!

A família, indispensável e essencial para a conclusão deste trabalho, a minha mãe, **Divina Paula Rodrigues**, que pôde cuidar do meu filho, nesse período tão importante. A ela serei sempre grata!

A minhas irmãs, **Fabiene Paula Rodrigues** e **Claudiene Paula Rodrigues**, por me auxiliarem sempre que podiam.

A meu pai **Olavo Rodrigues**, um exemplo de perseverança, otimismo, sempre me incentivando.

O meu esposo **Roberto**, pelo entendimento de ser necessário ficarmos distantes por um período, mas me encorajando em todas as etapas.

Todos aqueles que foram **entrevistados**. Vocês deram a maior contribuição, tornando possível essa pesquisa. Muito obrigada.

Em especial agradeço as professoras **Dr^a Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues** e **Dr^a Ângela Maria Soares**, pela participação no exame de qualificação e pelas preciosas sugestões dadas ao trabalho.

A banca de defesa **Dr^a Gelze Serrat de Souza Campos** e **Dr^a Valéria Guimarães de Freitas Nehme** por aceitarem prontamente a participar da avaliação deste trabalho. Obrigada!

A Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar a oportunidade de conquistar mais um objetivo, uma realização pessoal, como também profissional.

A equipe da secretaria da Pós – Graduação da Geografia, por me auxiliar sempre que solicitei, principalmente por não residir em Uberlândia – MG.

Meus agradecimentos, aos colegas **Giliander, Tânia e Caroliny**, que participaram desta fase final da pesquisa de forma extremamente preciosa, nas revisões e detalhes essenciais. Muito obrigada!

Agradeço de forma carinhosa meus primos **Edina e Rildo** por compartilharem os anseios, as preocupações, e as etapas vencidas durante todo esse período. Muito obrigada!

O vento é o mesmo: mas sua resposta é
diferente, em cada folha. Somente a
árvore seca fica imóvel, entre
borboletas e pássaros.

Cecília Meireles, 1958.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA AVENIDA BEIRA RIO NA CIDADE DE ITUMBIARA – GO

RESUMO

A cidade de Itumbiara (GO) possui sua história marcada pelo rio Paranaíba, em todas as suas conquistas e meios de evolução. Seu crescimento se deu através desse rio, desde os tempos de balsas, por onde chegavam alimentos, remédios ou qualquer outro material necessário para o comércio e a população. Neste contexto, pela relevância histórica e econômica, do rio Paranaíba para Itumbiara, este trabalho objetivou avaliar a percepção ambiental da população em relação à Avenida Beira Rio, construída na margem direita do rio Paranaíba, dentro do perímetro urbano da cidade. Para tanto, foram realizadas análises de acervos bibliográficos sobre a temática, levantamento de documentos históricos de Itumbiara e entrevistas com a população. Os resultados verificados, como elementos preocupantes para a população, em relação à Avenida Beira Rio, foram a poluição da água do rio Paranaíba, o problema no lixo ao longo da avenida e a arborização insuficiente. Como elementos positivos destacam-se a beleza cênica do local, a ampliação das opções de lazer na cidade e a possibilidade de práticas de atividades físicas. A população de Itumbiara possui uma visão muito positiva sobre a obra; entretanto, deixa claro o seu descontentamento em relação à insuficiência de investimentos públicos na avenida, direcionados à segurança, à infraestrutura para atividades físicas e ao desenvolvimento de práticas que estimulem a educação ambiental para a população.

Palavras chave: Percepção Ambiental, Itumbiara, rio Paranaíba.

ENVIRONMENTAL AWARENESS OF THE USERS OF BEIRA RIO AVENUE IN THE CITY OF ITUMBIARA – GO.

ABSTRACT

The city of Itumbiara, Goiás, has a history marked by the Paranaíba River in all of its achievements and accomplishments. The city's growth was spurred by this river, from the time when rafts brought food, medicine or any other material the city's commerce and population needed. In light of the river's historic and economic importance for Itumbiara, the goal of this research study is to evaluate how its citizens perceive the Beira Rio Avenue from an environmental point of view. This avenue was built on the right bank of the Paranaíba River, inside the city's urban perimeter. To accomplish that, the study analyzed bibliographical references, surveyed historical documents about Itumbiara and conducted interviews with its citizens. The results demonstrate that its citizens are concerned about the river's pollution, the trash scattered along the avenue and the lack of trees. Nevertheless, they are pleased with the scenic beauty of the location, the expansion of entertainment options in the city and the availability of locations for them to do physical exercises. The citizens of Itumbiara have a very positive outlook regarding the Beira Rio Avenue; however, they are clear about their dissatisfaction with the lack of public investments targeting safety, infrastructure for physical activities and environmental education projects for citizens

Keywords: Environmental Perception, Itumbiara, Paranaíba River.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Itumbiara (GO): Posto de Arrecadação de, sem data.....	44
FIGURA 2 – Itumbiara (GO): Balsa de Travessia no rio Paranaíba, 1824.	45
FIGURA 3 – Itumbiara (GO): Inauguração da Capela de Itumbiara.	46
FIGURA 4 – Itumbiara (GO): Celebração de Missa na Paróquia, 1852.	46
FIGURA 5 – Itumbiara (GO): Limite Municipal, sem data.	47
FIGURA 6 – Itumbiara (GO): 1º Aeroplano Aterrissado em Santa Rita do Paranaíba. Outubro, 1926.	48
FIGURA 7 – Itumbiara (GO): Corpo Militar de Itumbiara, sem data.....	48
FIGURA 8 – Itumbiara (GO): Carreata Política, sem data.	49
FIGURA 9 – Itumbiara (GO): Enchente em Itumbiara, 1985.	49
FIGURA 10 – Itumbiara (GO): Enchente em Itumbiara,	50
FIGURA 11 – Itumbiara (GO): Jornal “O Comércio”, divulgação do concurso para definição do nome do município de Santa Rita do Paranaíba. Maio, 1934.	51
FIGURA 12 – Itumbiara (GO): Ponte Afonso Pena. Inaugurada em 15/11/1909.....	51
FIGURA 13 – Itumbiara (GO): Primeiro módulo sendo transladado, sem data.....	53
FIGURA 14 – Itumbiara (GO): Ponte Afonso Pena – Vista noturna. 2007.....	53
FIGURA 15 – Imagem do rio Paranaíba, ainda com casebres. Sem data.	70
FIGURA 16 – Rua Santa Rita sem sargeteamento a paralelepípedos. Jan de 1942....	71
FIGURA 17 – Primeira Ponte de Concreto de Itumbiara – Rua Padre Félix.....	71
FIGURA 18 – Avenida Beira Rio no final da década de 1990.	72
FIGURA 19 – Calçadão Avenida Beira Rio - Governo de Cairo Batista.Sem data.	73
FIGURA 20 – Farol não finalizado. 2013.....	73
FIGURA 21 – Avenida Beira Rio. 2013.....	74
FIGURA 22 – Vista aérea Avenida Beira Rio. 2014.....	75
FIGURA 23 – Imagem da UHE de Itumbiara. 2012.....	76
FIGURA 24 – Croqui Avenida Beira Rio. 2014.....	79
FIGURA 25 – Reportagem sobre as obras na Avenida Beira Rio. Mar.2014.....	80
FIGURA 26 – Vista aérea da Avenida Beira Rio, quadras esportivas – Sem data.....	81
FIGURA 27 – Avenida Beira Rio, convivência da população – Sem data.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Itumbiara (GO) - Distribuição de Número de Entrevistados em Faixa de Idade. 2014.....	99
TABELA 2 – Itumbiara (GO) - Distribuição dos Entrevistados por Gênero. 2014.....	99
TABELA 3 – Itumbiara (GO) - Naturalidade dos Entrevistados. 2014.....	94
TABELA 4 – Itumbiara (GO) - Demonstrativo do Nível de Escolaridade dos Entrevistados. 2014.....	100
TABELA 5 – Itumbiara (GO) - Distribuição das Profissões e/ou Cargos dos Entrevistados. 2014.	101
TABELA 6 – Itumbiara (GO) - Apresentação dos Bairros de Residência dos Entrevistados. 2014.	103
TABELA 7 – Itumbiara (GO) - Distribuição da Opinião sobre a Qualidade de Vida dos Entrevistados. 2014.	108
TABELA 8 – Itumbiara (GO) - Maiores Ameaças para o Meio Ambiente em Itumbiara. 2014.	109
TABELA 9 – Itumbiara (GO) - Tipo de Poluição que mais Incomoda aos Entrevistados. 2014.	111
TABELA 10 – Itumbiara (GO) - Demonstração de Ações Positivas e Negativas Identificadas pelos Entrevistados. 2014.....	112
TABELA 11 – Itumbiara (GO) - Apresentação das Ações Realizadas pelo Entrevistado a Favor do Meio Ambiente. 2014.	114
TABELA 12 – Itumbiara (GO) - Opinião sobre uma Avaliação Referente às Questões Ambientais pelos Entrevistados. 2014.....	115
TABELA 13 – Itumbiara (GO) - Opinião em Relação ao Nível de Poluição x Oportunidade de Emprego. 2014.	116
TABELA 14 – Itumbiara (GO) - Importância do rio Paranaíba para os Moradores. 2014...117	
TABELA 15 – Itumbiara (GO) - Distribuição da Frequência de Visitas na Avenida Beira Rio. 2014.	119
TABELA 16 – Itumbiara (GO) - Distribuição da Avaliação da Obra na Avenida Beira Rio. 2014.	121
TABELA 17 – Itumbiara (GO) - Opinião dos Entrevistados sobre a Avenida Beira Rio Durante o Dia. 2014.	123

TABELA 18 - Itumbiara (GO) - Opinião dos Entrevistados sobre a Avenida Beira Rio Durante a Noite. 2014.	123
TABELA 19 – Itumbiara (GO) - Opinião dos Entrevistados sobre o que mais gostam na Beira Rio. 2014.	124
TABELA 20 - Itumbiara (GO) - Opinião dos entrevistados sobre o que mais gostam na Avenida Beira Rio. 2014.	125
TABELA 21 – Itumbiara (GO) - Distribuição das sugestões para a Avenida Beira rio. 2014.....	126

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização da cidade de Itumbiara – GO.....	56
MAPA 2– Localização dos Bairros da cidade de Itumbiara - GO.....	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Itumbiara(GO) - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, 2010.....	55
QUADRO 2: Itumbiara(GO) - Renda, Pobreza e Desigualdade, 2010.....	60
QUADRO 3: Itumbiara(GO) - Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População, 2010.....	60
QUADRO 4: Itumbiara(GO) - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 2010.....	61
QUADRO 5: Itumbiara(GO) - Indicadores de habitação e saneamento, 2010.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Itumbiara (GO) – Frequência Escolar, 2010.....62

GRÁFICO 2 - Itumbiara (GO) – Escolaridade da População com 25 anos ou mais, 2010.....63

LISTA DE SIGLAS

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal.

AMMAI – Agência Municipal do Meio Ambiente de Itumbiara – GO.

APP – Área de Preservação Permanente.

ANA – Agência Nacional das Águas.

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

CBH – Comitê da Bacia Hidrográfica.

COMDEMAI – Conselho Municipal de Desenvolvimento e Sustentabilidade do Meio Ambiente.

CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos.

EA – Educação Ambiental.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

IMASUL – Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás.

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

UFG – Universidade Federal de Goiânia.

ULBRA – Instituto Luterano de Ensino Superior.

UNIFASC – Faculdade Santa Rita de Cássia.

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná.

PIB – Produto Interno Bruto.

PRH – Plano de Recursos Hídricos.

PA – Percepção Ambiental.

RH – Recursos Hídricos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE QUADROS.....	14
LISTA DE MAPAS.....	15
LISTA DE GRÁFICOS.....	16
LISTA DE SIGLAS.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - ABORDAGENS TEÓRICAS NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO E O MEIO AMBIENTE.....	24
CAPÍTULO 2 – CONTEXTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE ITUMBIARA – GO E DO RIO PARANAÍBA.....	44
2.1 O rio Paranaíba e a cidade de Itumbiara – Avenida Beira Rio.....	70
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	88
3.1 Os Sujeitos da Pesquisa.....	91
3.2 Instrumentos de Pesquisa.....	94
3.3 Coleta dos Dados.....	96
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	98
4.1 Caracterização Social do Entrevistado.....	98
4.2 Percepções dos entrevistados sobre a qualidade de vida e o meio ambiente na cidade de Itumbiara - GO.....	105
4.3 Percepção ambiental da Avenida Beira Rio e avaliação de sua implantação.....	116
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A – Questionário.....	139
ANEXO – Plano Diretor da Cidade de Itumbiara - GO.....	141

INTRODUÇÃO

A percepção é inerente a cada ser humano, que percebe, reage e responde de forma diferente tanto às relações interpessoais quanto às ações sobre o meio (FAGGIONATO, 2009). São os valores presentes nas manifestações resultantes da percepção – cultura, história, religião, classe social, entre outros – que influenciam diretamente no processo, o que explica que indivíduos atuantes em um mesmo grupo social expressem atitudes e pensamentos distintos. (RODRIGUES et al., 2012, p. 97-100).

Os estudos sobre percepção vieram contribuir para os avanços ocorridos no corpo teórico e metodológico das ciências humanas e sociais. Um destes avanços consiste em entender que o homem se comunica através de um processo cognitivo, que nada mais é do que a construção do sentido na mente. Este processo conforme Oliveira (1983) constitui-se de fases distintas do qual a percepção faz parte (campo sensorial), assim como a seleção (que consiste no campo da memória), e por fim a atribuição de significados (campo de raciocínio). Piaget (1967) descreve a percepção como sendo um conhecimento que se adquire através do contato atual, direto e imediato com os objetivos e com seus movimentos, dentro de um campo sensorial, ou seja, percebe-se o aqui e o agora. (ALMEIDA, 2007).

A percepção é um processo dialético que absorve sujeito (homem) e objeto (lugar), filtrando as relações entre ambos, e as interfaces objetivas e subjetivas, expressas ou obscurecidas, entre a globalização e a individualidade. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são elementos importantes na constituição do saber geográfico, e a produção do espaço geográfico e da paisagem se faz a partir do imaginário social.

A ciência geográfica interessa-se pelo estudo da percepção, ressaltando o estudo das paisagens e do espaço vivido pelo homem, pois a questão do espaço vivenciado tornou-se um elemento tanto de qualidade de vida, percebida ou não, como de aceitação imposta pela questão da sobrevivência. Logo, “[...] assim como variam as percepções e as imagens mentais a respeito da qualidade ambiental, também variam as atitudes e os valores atribuídos ao meio ambiente.” (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas por meio da utilização deste conceito (PACHECO; SILVA, 2006), promovendo a sensibilização e a compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção (FAGGIONATO, 2009).

O termo percepção ambiental inclui não apenas as percepções bio-fisiológicas, mas também as imagens que formamos, mentalmente, sobre o mundo vivido - nossas memórias, experiências, predileções, interpretações, atitudes e expectativas.

A fenomenologia, corrente que se fundamenta essa pesquisa, foi impulsionada por Husserl que afirma que o homem sempre experiencia o mundo através de uma interação, e não o vê tal como ele é. A intencionalidade é, assim, para esse autor, a chave que nos permite interpretar os estímulos que recebemos do mundo real. (BARRACHO, 2001).

A partir da formulação da fenomenologia de Edmund Husserl, o problema da percepção recebeu novo tratamento. Proposta fundamentalmente como um estudo das essências, a fenomenologia pretendia enfocar, de forma renovada, antigas questões, como a percepção. Consiglieri (1995) afirma que, a partir da fenomenologia, a percepção deixa de ser uma ciência isolada, e de obedecer a um preconceito, para se relacionar com todos os atos que se evidenciam e se interligam no mundo real e no meio natural. (DRUMMOND, 2001).

As pesquisas no campo da percepção e cognição em geografia investigam as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem – lugares e paisagens – e devem ser avaliadas sob criteriosa análise das preferências, percepções, atitudes, valores e imagens elaborado pela mente humana. Os conceitos de lugar e seus correlatos, topofilia, topofobia e topocídio e não lugar, adquirem grande potencialidade na discussão e tomada de consciência de um novo relacionamento entre os homens e o lugar. É este último o verdadeiro palco das paixões humanas que, por meio da ação comunicativa, “são responsáveis pelas diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade”. (SANTOS, 1996, p. 258)

Tuan (1983, p. 171 apud PÁDUA, 2013) escreve que o lugar representa um receptáculo de lembranças e permanência carregadas e vivenciadas pelo homem; é um arquivo de lembranças afetivas e realizações importantes que inspiram para viver o presente. Para o autor, é importante o tempo para se conhecer ou afeiçoar-se a um lugar. Em certos casos é necessário um longo tempo para construir raízes num determinado lugar, porém nada impede que alguém se apaixone por um lugar num contato rápido ou numa estória sobre ele.

O conceito do *não lugar* é investigado, principalmente, por geógrafos, antropólogos e arquitetos, cada qual com proposições teóricas e metodológicas adequadas aos propósitos de sua ciência e, sobretudo, à natureza da investigação. Os antropólogos o exploram tendo o homem como baliza central e como ser que se movimenta e permanece por certo tempo em diferentes locais. Os geógrafos estudam o não lugar sob o foco das características da relação entre o homem e o ambiente, fundamentalmente nos aspectos de percepção, atitudes e valores. (STURZA, 2008).

De forma que, o estudo da cidade surge como um fenômeno experienciado pelo morador, que percebe a qualidade do meio ambiente que o cerca. Aqui “[...] o ambiente como uma realidade complexa é aquele que interconecta o que está fora e dentro da escola, está na

realidade local e global, está no pátio escolar e na reserva ambiental, está no social e no ambiental.” (GUIMARÃES, 2003, p. 100).

A cidade de Itumbiara insere-se nesse contexto, sobretudo a partir da revitalização da Avenida Beira Rio, na década de 1990, com implantação de infraestruturas, paisagismo e equipamentos, com o foco de proporcionar aos seus moradores um ambiente de lazer, prática de atividades físicas e descanso nas margens do Rio Paranaíba.

A relação da cidade de Itumbiara com a Avenida Beira Rio se inicia desde o ano de 1824, quando a travessia de mercadorias, animais, como dos próprios moradores era feita por balsa, nas margens do rio Paranaíba, onde posteriormente surgiu a Avenida Beira Rio. Iniciando seu processo de transformação, alterando o ambiente natural, ainda na década de 1960, estendendo-se até os dias atuais, como iremos discorrer no Capítulo 2 desta pesquisa.

Diante dos relatos apresentados em relação ao objeto de estudo (a cidade de Itumbiara e a Avenida Beira Rio), teve-se o interesse, a aspiração, além de pesquisadora, como também moradora, de melhor entender as questões socioambientais da cidade, como do processo de “revitalização” da Avenida, diante da importância histórica e social que será apresentada nessa pesquisa, através da abordagem nos estudos envolvendo a percepção ambiental.

Assim, este trabalho objetiva diagnosticar a percepção ambiental dos moradores da cidade de Itumbiara com relação à Avenida Beira Rio, a fim de se entender o papel da Avenida nas relações socioambientais de seus frequentadores e o processo de “revitalização” realizado. Este trabalho busca, ainda, apresentar as correntes teóricas e conceituais relacionadas à percepção ambiental; caracterizar a área de investigação (Itumbiara e Avenida Beira Rio) sob a ótica histórica e geográfica, analisar a percepção ambiental dos frequentadores da Avenida Beira Rio, a partir de sua revitalização.

Com base nos objetivos elaborados, partimos do princípio de que a subjetividade é um elemento de extrema relevância, que deve ser considerada nos trabalhos que buscam o

entendimento da relação do homem/meio ambiente, pois os diferentes conceitos e “olhares” sobre este se dão sob influência de aspectos próprios do indivíduo que o descreve, mostrando a relação íntima entre o entendimento e apreensão do ambiente e o conteúdo sociocultural-econômico do ser. Desta forma, entende-se que aspectos sociais, religiosos, ideológicos, preconceitos e profissões são capazes de produzir visões distintas da natureza, da ecologia e de seus valores e da importância na vida humana (DORNELLES, 2006).

A relevância desta pesquisa está no fato de constituir uma possível fonte adicional para subsidiar programas relativos à Educação Ambiental na cidade de Itumbiara, como um aporte teórico, ao meio acadêmico, para a realização de outras pesquisas. Ela se justifica, também, para que se possa entender a relação dos moradores entrevistados com a Avenida Beira Rio, uma área de lazer pública.

Vale salientar que as resoluções das questões aqui descritas não objetivam traçar um quadro imutável, principalmente, no que se refere à relação dos moradores com a Avenida Beira Rio; ao contrário, elas ensejam dar-lhe um caráter dinâmico, baseado no perfil populacional e nas modificações ambientais introduzidas em parte da margem urbana do Rio Paranaíba, na cidade de Itumbiara. Nessa perspectiva, este trabalho foi estruturado em uma introdução e mais cinco capítulos.

Na Introdução, apresentamos o trabalho, o objeto de estudo, objetivos e as razões que levaram à escolha da área e do tema.

No Capítulo 1, apresentamos o referencial teórico, pautado na Geografia Cultural - Humanista, o processo histórico da Percepção propriamente dita, e da Percepção Ambiental, averiguando suas definições.

No Capítulo 2, por meio de jornais, documentação dos órgãos municipais locais, obras literárias sobre a cidade, caracteriza-se a área de estudo, com contextualização histórica e

geográfica da cidade de Itumbiara – GO, sua relação com a Avenida Beira Rio e o rio Paranaíba, retratando as questões socioambientais inseridas nesse espaço.

O Capítulo 3 apresenta a orientação metodológica utilizada nessa pesquisa, seu caráter qualitativo, bem como a descrição detalhada das entrevistas e a técnica empregada em trabalho campo.

O Capítulo 4 foi reservado para análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas e sua relação com a proposta de estudo deste trabalho.

Na conclusão e nas considerações finais, demonstramos apresentar o que foi obtido e apreendido com o trabalho, com uma exposição abreviada da validade do método, das dificuldades encontradas, perspectivas para futuras pesquisas, contribuições para o tema de estudo, bem como uma avaliação pessoal sobre o trabalho realizado.

CAPÍTULO 1 - ABORDAGENS TEÓRICAS NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Segundo Marin (2008), a palavra percepção, derivada do latim *perceptione*, que é definida, na maioria dos dicionários da língua portuguesa, como, ato ou efeito de perceber, combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer, independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual.

Nota-se uma amplitude considerável de possíveis significados a partir dessas definições, que vão desde a recepção de estímulos até a intuição, a ideia e a imagem, que são categorias perfeitamente distintas, no discurso filosófico. Esse mundo complexo, em relação ao termo, reflete uma dificuldade, também, no entendimento, responsável por uma insistência permanente na busca por elucidações em toda a história do pensamento, cuja expressão primária é a existência de distintas teorias, como os idealismos, os empirismos, o realismo e o materialismo.

Segundo Buttimer (1982), para o geógrafo, “mundo” e “meio ambiente” tem papel ativo na formação da experiência do indivíduo, tanto quanto o próprio sujeito. Assim, a experiência é construída no contexto do mundo vivido, que se apresenta como uma unidade dinâmica, sendo experienciado de maneira holística. (COSTA, 2011).

A maneira de conhecer a realidade varia em função da percepção dos sentidos passivos como o olfato, o paladar e o tato, até a percepção visual ativa, e de maneira indireta de atribuir significados através da identificação de símbolos. (TUAN, 1983 apud COSTA, 2011).

As definições do autor sobre os principais sentidos humanos responsáveis pela percepção ambiental, nas reflexões de Nehme (2008, p.68-69), são:

1) *visão*: considerada o sentido mais forte e valioso do homem para progredir no mundo. O homem é colocado como animal visual. Os olhos são notáveis discernidores das gradações de cores, ainda apresentando uma visão estereoscópica, que auxilia a ver as coisas nitidamente, como corpos tridimensionais;

2) *as mãos e o sentido do tato*: os homens e os primatas veem o meio ambiente como uma coleção de coisas, não sendo simplesmente como um padrão. Para adquirir essa habilidade, o desenvolvimento de mãos fortes e hábeis foi fundamental. Os seres humanos estão sempre “em contato”. O tato seria a experiência direta do mundo como um sistema de resistência e de pressões que nos persuadem da existência de uma realidade independente de nossa imaginação;

3) *audição*: não é muito desenvolvida nos seres humanos e primatas. Os olhos obtêm informações mais detalhadas e precisas sobre o meio ambiente do que os ouvidos, mas geralmente somos mais sensibilizados pelo que ouvimos do que pelo que vemos. Para muitos, a música é uma experiência emocional mais forte do que as artes plásticas ou os cenários. Somos mais vulneráveis aos sons, porque não podemos fechar os ouvidos, como podemos fazer com os olhos;

4) *olfato*: nos homens e primatas, desenvolve importante papel nos processos fundamentais de alimentação e acasalamento. O odor tem o poder de evocar lembranças vividas, carregadas emocionalmente de eventos e cenas passadas. Para uns, o poder de um odor em transportar-nos ao passado pode estar relacionado ao fato de que o córtex, com sua grande reserva de lembranças, evolui daquela parte do encéfalo originalmente relacionada com olfato.

Todos os seres humanos possuem órgãos similares, podendo compartilhar de experiências comuns. A visão fornece uma informação detalhada e específica, tornando-se assim a faculdade mais valiosa do ser humano. “Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. O homem é um animal visual.” (TUAN, 1980, p. 7).

Para Hochberg (1973, p.11), psicólogo, “[...] a percepção é um dos mais antigos temas de especulação e pesquisa no estudo do homem [...] Estudamos a percepção numa tentativa de explicar nossas observações do mundo que nos rodeia.” No seu entendimento, o estudo da percepção começou muito antes de existir a ciência da Psicologia, sendo as primeiras pesquisas obra de fisiologistas e físicos.

Os enfoques biofísico e comportamentalista, voltados para a visão mecanicista da ciência moderna, influenciaram, também, as vertentes da Psicologia que passaram a estudar a percepção. No primeiro momento, as mais tradicionais, como o introspeccionismo (mentalismo) e o estruturalismo, segundo Lee (1977, p.32), preocupadas em descobrir “moléculas irredutíveis” da cognição; o behaviorismo, cujo foco são comportamentos diretamente observáveis como respostas a estímulos ambientais e a própria Psicologia Ambiental que, principalmente na sua fase inicial, adotou o princípio dessas abordagens.

Tuan (1980) faz considerações sobre o fato de os seres humanos serem providos de cérebros excepcionalmente grandes, pois eles têm mentes, e isso faz com que tenham uma capacidade muito eficiente para desenvolver o comportamento simbólico. Trata-se da capacidade de utilizar a linguagem abstrata de sinais e símbolos, que torna os humanos diferentes dos demais animais. A linguagem humana possibilitou aos indivíduos a construção de mundos mentais, para se relacionarem entre si e com a realidade externa.

No entanto, Tuan, em sua afirmativa de que o homem é um animal mais racionalizador do que racional, relata, de forma cautelosa, que a complexidade do encéfalo

humano, órgão responsável por organizar as informações dos sentidos, diferencia-nos dos outros animais, sendo composto de três partes básicas, com estrutura e química diferentes, que se conectam e funcionam juntas, sendo elas. (TUAN, 1980, p. 16):

1) *reptiliana*: herança mais remota do encéfalo. Cumpre um papel primordial na determinação de funções relacionadas ao instinto, como o estabelecimento de território, procura de abrigo, instinto de caça, orientação, procriação, formação de hierarquias sociais e outras;

2) *límbica*: herança posterior, localizada no córtex dos mamíferos. Realiza importante papel nas funções emocionais, endócrinas e víscero-somáticas;

3) *neocórtex ou córtex*: herança mais recente, características dos mamíferos superiores. Sendo a parte que torna o homem racional, possibilitando o pensamento simbólico e matemático.

Para Souvé (1997, p. 594, apud NEHME, 2008), a percepção resulta de três tipos de habilidades de associação:

a) *a experiencial*: imediata, sensorial, mediada pelo aparato sensório-neural do sistema nervoso;

b) *a valorativa*: normativa, julgadora, a experiência é mediada, interpretada e analisada pela mente (órgãos límbicos e neocorticais do cérebro). Contudo, sendo a experiência particularmente estimulante, os centros límbicos podem detonar respostas como sentimento de felicidade, medo, ou podem ocorrer mudanças fisiológicas, como suor ou calafrios;

c) *a científico analítica*: mediada pelo neocórtex, sendo nova, em termos evolucionários, ocupa aproximadamente 70% da caixa craniana, é inexistente no cérebro dos répteis. Nessa estrutura estão os processos das associações complexas, originando teorias, criando sistemas.

Segundo Mayfield (1972), a percepção é função da individualidade do observador: “Na percepção, cada homem tem uma imagem do mundo de acordo com suas preferências, sendo que existe uma conexão entre o meio, comportamento espacial e experiências passadas”. (MAYFIELD, 1972 apud RODRIGUES et al, 2012).

Para Piaget (1976), a percepção assume um relacionamento de contato material recíproco entre o homem e o meio. Segundo ele, a percepção é concebida como: “O conhecimento adquirido ocorre através do contato direto. É imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos aos seres, tudo se processando no mesmo campo sensorial.”.

Na concepção de Piaget (1976), o movimento dos corpos tem grande importância ambiental, pela mudança de posição de imagem e, conseqüentemente, na percepção.

A percepção, ainda, é considerada subjetiva e, diante da complexidade de elementos que nela interagem, Tuan (1974) refere-se a ela como sendo a resposta aos estímulos externos, pois certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Segundo ele, muito do que é percebido tem valor para nós, quer para prover-nos em nossa sobrevivência biológica, quer para propiciar-nos algumas satisfações, de conformidade com a nossa cultura.

Considerando o lugar, Tuan (1980) destaca que o espaço, em contato com o homem, assume muitos significados e “[...] transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. De forma que o espaço percebido se transforma em lugar, aos olhos do observador.

As pessoas, por sua vez, têm um sentido de lugar. Sentir é conhecer. São os nossos cinco sentidos que nos permitem criar este sentido de lugar. A visão distancia e dá a dimensão estética, a audição, o tato, o olfato nos aproxima, envolvem-nos com o lugar. (PÁDUA, 2013).

Conforme Tuan (1974), em seus estudos envolvendo lugar, os *public symbols*, têm espírito de lugar e seu sentido é publicamente colocado. São centros de significados coletivos, como um monumento nacional ou um local sagrado. Já os *fields of care*, são lugares onde as pessoas criam conexões emocionais com o lugar e têm plena compreensão da identidade e dos seus limites. O Lar é um desses campos. O lugar pode ser definido sobre diversas maneiras. Dentre elas está: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção. (TUAN, 1983). Assim, como fruto da experiência, o lugar pode ter várias escalas, como a casa, o lar, uma cadeira especial, todos são lugares – eles são criados por todos os tipos de experiência (sensorial e perceptiva). O país também é um lugar, criado mediante uma experiência abstrata e indireta do lugar. O que os lugares têm em comum? São centros de significados, repositórios de sentidos, concebidos pela experiência. (PÁDUA, 2013).

O “lugar” é um conceito fundamental para o estudo da geografia. Apesar disso foi relegado durante bastante tempo a um plano secundário, para ser revalorizado na década de 80, do século XX. (HOLZER, 1994).

Buttimer (1976, apud HOLZER, 1994), nos forneceu uma ponte entre a geografia e a fenomenologia. Conforme a autora a fenomenologia vê cada pessoa como tendo um “lugar natural” é definido pela “associação de espaços circundantes (surrounding)”, uma série de lugares que se fundem “regiões significativas”, cada qual com uma estrutura e orientada em relação a outras regiões.

Pode – se confrontar as definições sugeridas por Buttimer com as enunciadas por Tuan (apud Holzer, 1994), segundo ele:

Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (fields of care), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação (TUAN, 1979, p. 421).

O espaço é tudo que não é lugar. Ele é seu oposto, mas também seu complemento, em uma relação dialética da experiência e da percepção. (TUAN, 2011, apud PÁDUA, 2013), completa que o lugar é um espaço estruturado, é um local onde uma pessoa ou um grupo deposita significados e sentidos, mas o autor salienta que espaço, tempo e lugar, estão intrinsecamente conectados na experiência. (PÁDUA, 2013).

As ideias de Relph (1976) compreendem outro pilar teórico-metodológico da investigação e abordam a construção e desconstrução dos lugares na sociedade moderna e o surgimento do não lugar como resultado da inautenticidade do homem frente ao lugar. O autor também destaca a influência da mídia e do próprio planejamento público ou privado no “enfraquecimento do sentido de lugar e surgimento do não lugar”. Salientamos que, dentro da Geografia, o não lugar ainda é pouco investigado. A princípio, existe um entrecruzamento, ou mesmo uma complementaridade, entre lugar e não lugar.

Relph (1976, p. 80-82) expõe que não lugar é uma atitude ou expressão que se torna cada vez mais dominante, resultante da inautenticidade do homem frente ao lugar, que passa a ser construído sem experiências afetivas. O indivíduo age inconscientemente, no anonimato, pois os outros decidem e agem por ele, gerando a “inauthentic attitude of placelessness”, em outras palavras, uma atitude de fechamento humano para o mundo e possibilidades de ser e existir. Cria-se um mundo de objetos e modos de vida estereotipados, artificiais, desonestos e planejados pelos outros, no qual as atitudes com o lugar são inconscientes e as experiências são “casuais, superficiais e parciais”. Nos dias atuais, tem se perdido muito o sentido do lugar e cresce o *placelessness*, devido à inautenticidade das pessoas, presente no consumismo, na moradia e na técnica e planejamento.

Conforme a teoria de Merleau-Ponty (1996), a percepção do espaço é o conhecimento das relações espaciais entre objetos e de seus caracteres geométricos que um sujeito desinteressado pode adquirir.

Segundo Del Rio e Oliveira (1999), os mecanismos cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admite-se que a mente não funcione apenas a partir dos sentidos e nem receba essas sensações passivamente. Consideram-se as contribuições ativas da pessoa ao processo perceptivo, o que inclui motivações, humores, necessidades, conhecimento prévio, valores, julgamentos e expectativas.

A cognição, no conceito de Rapoport (1978), significa o processo de compreender e entender o produto ou a coisa conhecida. Seus objetivos são saber de que maneira as pessoas outorgam significados ao mundo físico, saber que forma que utilizam para estruturar o meio ambiente em sua mente e seus efeitos no comportamento humano. A contribuição da cognição se dá por mecanismos que envolvem a inteligência, as informações e as experiências anteriores; já a percepção revela o que é mais imediato, resultado da captação sensorial, ou seja, o uso dos cinco sentidos.

A complexidade de conceituações e as diferentes formas de pensamento e abordagens de cada autor nos traz um grande enriquecimento para a pesquisa, pois possibilita maior esclarecimento do tema. O indivíduo interpreta e apoia suas ações a partir das experiências vividas e do seu conhecimento: a relação entre o objeto e aquele que o percebe é essencial para explicar a percepção apresentada por um indivíduo. (CHAUI, 1998).

Concomitantemente, em concordância com Simmel (1973 apud ADDISON, 2003), o problema mais grave da vida urbana é preservar a individualidade no contexto social, no qual as forças sociais tornam-se cada vez mais avassaladoras da intimidade, permeando o comportamento. A maioria dos acontecimentos, na cidade, é muito rápida; dessa forma, não temos a capacidade suficiente para armazenar todas as informações e os acontecimentos.

As ideias lançadas pelos psicólogos alemães e austríacos, como Max Wertheimer, Christian Von Ehrenfels, Felix Krüger, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka se configuram, também, como campo filosófico, principalmente a partir dos estudos de percepção das cores

de Goethe e, posteriormente, pela influência da Fenomenologia e do Existencialismo (MARIN, 2008).

A partir da metade do século XIX emergem diversas contribuições emergem diversas contribuições em várias etapas da evolução dos estudos fenomenológicos. Foi em reflexões como a do filósofo alemão Edmund Husserl, considerado o fundador da fenomenologia moderna, que surgiram reações contra a ciência pragmática do século XVIII. Husserl lança as sementes da “*intuição essencial*” por meio da “*redução fenomenológica*”, a noção de “*mundo vivido e a busca dos sentidos e das intencionalidades*” (AMORIM FILHO, 1999).

A fenomenologia com a qual Tuan compõe sua geografia é, fundamentalmente baseada em Merleau-Ponty. Em decorrência da consciência se constituir a partir das experiências vividas, é pela vivência que o homem se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Assim, os conceitos de mundo vivido, de intencionalidade e de intersubjetividade são imprescindíveis para a construção das noções de espaço e lugar e, em certo sentido, de toda a geografia tuaniana. (PÁDUA, 2013).

Os trabalhos iniciais, no campo da percepção ambiental (PA), mantiveram um forte enfoque psicologista, somente mais recentemente buscando as bases teóricas na Filosofia, pelo viés fenomenológico. Del Rio e Oliveira (1999) afirmam que “[...] disciplinas como Arquitetura, o Urbanismo e a Geografia souberam compreender rapidamente a importância da psicologia aplicada ao espaço [...]” e destacam que nossas preocupações poderiam ser situadas no escopo da cognição. A própria Fenomenologia tem sido, portanto, base teórica presente nos estudos dessas diferentes áreas.

Diante da teoria fenomenológica do conhecimento, a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, entretanto com uma estrutura diferente da estrutura do pensamento abstrato, que opera com as ideias. (CHAUÍ, 2002). Diante dessa afirmação, a percepção sempre se realiza por perfis ou perspectivas, ou seja, nunca se percebe

o objeto de uma só vez, pois somente são percebidas algumas de suas faces por vez. Quando falamos do pensamento, nosso intelecto compreende uma ideia de uma só vez e por inteiro, ou seja, captamos a totalidade do sentido de uma ideia de uma só vez, sem precisar examinar cada uma de suas faces. . (NEHME, 2008, p. 72)

Nos estudos de Holzer (1992), os geógrafos humanistas, para entenderem as relações diferenciadas entre homem e meio, seus valores e a individualidade - como pensam, sentem e creem as pessoas -, utilizaram um pluralismo e alguns pontos da fenomenologia como base de estudos: do mundo vivido, da experiência, da intencionalidade humana, do autoconhecimento, das humanidades, da interdisciplinaridade e do antropocentrismo. (HOLZER, 1992). A base filosófica fenomenológica serviu para reunir, em uma nova denominação, o que Holzer chama de Coletivo Renovador da Geografia Cultural e Histórica.

Há uma classificação que identifica em dois os tipos de matrizes mais claras que influenciaram os estudos geográficos humanistas: as matrizes da Psicologia Cultural e da Semiologia – que, segundo Gomes (1996), definem estudos sobre o espaço vivido; e a matriz de abordagem fenomenológica, que aproxima os estudos da Geografia a sua filosofia.

Segundo Relph (1979), o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, por meio da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva.

Relph (1979) previa pelo menos duas consequências imediatas do uso da fenomenologia na Geografia: uma visão holística e unificadora da relação homem-natureza e uma crítica ao cientificismo e ao positivismo.

Nesse entendimento, Buttimer (1974, apud HOLZER, 1992), amadurece essa ideia. Em anexo ao seu “Values in Geography”, publicou um estudo sobre a utilização da Fenomenologia e do Existencialismo, pela Geografia. Para a autora, o mérito dessas filosofias

é abranger a totalidade do ser – percepção, pensamento, símbolos e ação - o que se constata na prática, onde se torna impossível delimitar, claramente, o que é sujeito e o que é objeto.

Relph (1979) e Buttimer (1982) buscam auxílio do aporte teórico da Fenomenologia, dando ênfase à ideia do espaço vivido para compreender as nossas associações com os espaços, tais como o lugar e a paisagem. Por vezes, paisagem e lugar se difundem nas análises humanistas, estando intimamente relacionados. (COSTA, 2011).

Existem diferentes correntes/tradições teóricas que procuram explicar a origem das percepções que o ser humano possui de seu espaço vivido. Segundo a corrente empirista, a sensação e a percepção são causadas por estímulos externos que atuam sobre os sentidos e sobre o sistema nervoso humano, que provocam sensações ou uma associação de sensações, originando diferentes percepções.

A corrente intelectualista defende a ideia de que a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento, sendo que o exterior é apenas um estímulo a mais para a sensação: sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito (ser ativo) para decompor um objeto (externo, passivo) em suas qualidades simples (a sensação) e de recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e interpretação - a percepção.

A corrente fenomenológica considera a intencionalidade da consciência humana e se preocupa em descrever, analisar e interpretar os fatos que acontecem, propondo a não separação entre sujeito e objeto. O indivíduo interpreta e apoia suas ações a partir das experiências vividas e do seu conhecimento: a relação entre o objeto e aquele que o percebe, é essencial para explicar a percepção apresentada por um indivíduo. (CHAUÍ, 1998). Assim, essa corrente vem ao encontro das necessidades apontadas na presente pesquisa.

Do ponto de vista científico, é interessante notar como o conceito de percepção ambiental tem estabelecido conexões entre um estudo sobre o meio físico, afeito aos métodos da Geografia, e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do

instrumental psicológico. Parece ser exatamente por se colocar no meio do terreno que esse conceito tem sido definido de maneira ora mais próxima às ciências físicas, ora mais próxima aos saberes que, no passado, foram chamados “ciências do espírito”. (DOMINGUES, 2004).

Marin (2008) relata, em seu estudo em nível internacional, que o início da década de setenta (do século XX) pode ser considerado o momento da disseminação das pesquisas sobre a temática, especialmente a partir da constituição do grupo *Man and Biosphere – 13* (MAB) na UNESCO, cujo foco das questões era a Percepção do Meio Ambiente. De acordo com Melo (2005), o projeto da UNESCO enfatizava o estudo da percepção do meio ambiente como fundamental para a gestão de lugares e paisagens que tinham importância para a humanidade, e o objetivo do MAB era estudar as relações entre as populações e o meio ambiente, em diversas cidades em torno do mundo, distribuídas em um conjunto de 40 países, entre elas a cidade de Porto Alegre.

A pesquisa realizada por Marin (2008) é relevante para as questões envolvendo o presente trabalho. A autora cita um marco importante do desenvolvimento do campo da geografia: como a sugestão do termo *Humanistic Geography*, por Tuan, no encontro da *Association of American Geographers*, em 1976, cujo pensamento foi consolidado na publicação da obra *Topofilia* (1980), utilizando um termo ou conceito originalmente apresentado por Bachelard, na primeira edição de sua obra *A poética do Espaço* (1951). Relata ainda que, na apresentação do termo “humanístico”, Tuan (1976, p.1) rela que a Geografia Humanística não é uma ciência da terra em seu objetivo final, mas se entrosa com as Humanidades e Ciências Sociais, porque todas compartilham a esperança de prover uma visão precisa do mundo humano.

Na obra *Topofilia: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*, Tuan (1980) esclarece aos nossos questionamentos com sua teoria da percepção, segundo a qual as visões humanas, sobre o mundo que nos cerca, são estabelecidas pelas atitudes e

valores. Destacam-se, em seu trabalho as palavras: percepção, atitude, valor e visão do mundo. Ressalta ainda o conceito de topofilia como “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.” (TUAN, 1980. p. 5).

Faz-se necessária a definição, segundo Tuan (1980, p. 4-5), das palavras: percepção, atitude, valor e visão do mundo, pois são de extrema relevância no desenvolvimento desta pesquisa.

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. *Atitude* é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é de experiências. [...] As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor. [...] *A Visão de mundo* é a experiência contextualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças; a palavra sistema implica que as atitudes e crenças são estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva). (TUAN, 1980, p. 4-5).

Amorim Filho (2006) diz que, além da topofilia, os seres humanos desenvolvem o topocídio, significando a destruição das paisagens naturais ou culturais. Esse conceito é de grande significado para o futuro do meio ambiente, pois os seres humanos têm causado danos muitas vezes irreversíveis a ele. Contudo, as pessoas podem praticar a topo-reabilitação, que é a restauração ou reabilitação dos conjuntos ambientais; isso proporcionaria a melhoria na qualidade de vida dos homens.

Del Rio e Oliveira (1999), em concordância com Tuan, explicam que os estímulos externos orientam os mecanismos perceptivos. Eles são captados pelos cinco sentidos, sendo a visão o que mais se destaca. No entanto, a resposta aos estímulos não se dá somente em relação ao que é captado sensorialmente, mas também de experiências e informações adquiridas pelo indivíduo.

Todos os sentidos são utilizados, pelo homem, para perceber o mundo, mas apenas uma pequena parte de sua capacidade inata é utilizada. Isto ocorre devido à vida urbana, que fornece muitas comodidades, distanciando o homem de sua própria natureza.

Na visão de Tuan (1980), seria impossível desconsiderar os valores e crenças dos grupos sociais, no momento de se pensarem as relações destes com o ambiente que os cerca. No instante que se age dessa forma, corre-se o risco de adquirir preconceitos ou ideias equivocadas sobre o comportamento de determinada população. Esse pensamento também é visto em Guimarães (2005), quando discute o papel da interrelação dos valores e experiências vividas de grupos sociais e seu meio nos processos de gestão ambiental. Segundo a autora:

O planejamento, a gestão e a proteção dos recursos paisagísticos naturais e construídos envolvem essencialmente a interrelação entre os seres humanos e suas paisagens, fundamentados em aspectos concernentes às experiências/vivências ambientais, às atitudes, condutas e valorações relativas às dimensões objetivas e subjetivas, tangíveis ou não, porém intrínsecas à dinâmica de vida das diferentes populações e de suas respectivas culturas, às formas de cognição, percepção, interpretação e representação do meio ambiente [...]. (GUIMARÃES, 2005, p. 202).

A forma como os objetos e fenômenos são percebidos, a consideração dessa imagem e do confronto dela com a sensação produzida no indivíduo, de acordo com suas experiências passadas em relação a eventos, paisagens e objetos, devem ser estudadas, quando se pretende realizar uma PA. A forma de perceber o meio deve ser entendida considerando-se valores, crenças, costumes, preceitos e atitudes de cada ser sobre o ambiente construído (GOMES, 1997).

No entendimento de Del Rio e Oliveira (1996), admite-se que a apreensão do mundo se dá a partir dos processos perceptivos, que registram os objetos e fatos, que conferem significados a eles, e que isto se processa de modo a se reconstruir o mundo, mentalmente, como seres individuais e como membros de um grupo. Isto ocorre devido à presença de um determinado objeto, estando relacionado a eventos próximos ou a comportamentos imediatos.

Podemos refletir, até o momento, que os autores apresentados consideram a percepção relacionada aos instintos do homem, sejam natos ou adquiridos, conforme o tempo de experiência e inteligência, como direcionamento e estruturação dos pensamentos.

Retomando a questão da percepção, em que se enfatiza a influência do meio urbano, Cavalcante (2000) retrata a percepção da cidade como um conjunto de “[...] sensações visuais, táteis e olfativas. É no espaço construído que o não verbal se exprime, são os símbolos de uma vivência que se reproduzem como resultado de dinâmicas próprias da cidade”. Seguindo com o raciocínio do autor, a paisagem construída está carregada de “[...] sentimentos, símbolos, significados, desejos e memórias [...]” e estes símbolos, nas diversas paisagens de uma cidade, são fenômenos próprios da vivência nessa cidade, pois é nela que se mora, e não na pintura bucólica de florestas intocadas.

De acordo com os estudos de Gomes (1997), todo usuário forma a sua natureza a partir de conceitos obtidos por meio de pré-ícones colhidos ao longo de um processo cognitivo. Entretanto, a construção desse mundo varia de perceptor para perceptor. Um homem culto pode contemplar a natureza de modo diferente do olhar de um turista ou daquele que tem a terra muito mais como distinção geográfica.

As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios – seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. A imagem, agora assim desenvolvida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto a própria imagem é posta à prova contra a capacidade de registro perceptual, num processo de constante interação. Assim, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre observadores. (LYNCH, 1960 p. 17).

Na perspectiva de Del Rio e Oliveira (1996), cada pessoa possui sua própria visão do mundo, que depende de suas experiências individuais, dos significados, sistemas de valores e interpretações de signos, os quais são inerentes ao indivíduo. E, dessa forma, o ambiente que envolve o homem, seja físico, social, psicológico ou imaginário, influencia sua percepção e seu comportamento. De maneira que não se pode atribuir, simplesmente, relações do tipo

causa e efeito às interações ser humano/ambiente, uma vez que os aspectos envolvidos nesse fenômeno dizem respeito ao todo, a um fenômeno integral que não pode ser dividido para ser investigado, mas que necessita de uma abordagem holística para ser descrito.

Estudos citados por Rapoport (1978) dizem que:

O que se vê tais como estruturas territoriais circulação, forma visual total etc., é importante. Os fatores sociais, culturais e econômicos são imprescindíveis a uma avaliação. A lembrança sintetiza os dois processos. Os diferentes elementos físicos e sócios culturais afetam, portanto, o ver, o recordar e o avaliar uma cidade, assim como os três processos são utilizados, ao conceitualizar o que se percebe, se conhece ou se avalia. Qualquer tipo de avaliação do ambiente perceptivo produz a partir de um confronto de imagens positivas ou negativas e as pessoas, por meio da ação, avaliam o ambiente, fazendo com que as variações nos comportamentos de pessoas diferentes, em um mesmo ambiente, estejam relacionadas à maneira como interpretam as mesmas estruturas espaciais. (RAPOPORT, 1978, p. 54).

Na busca pela compreensão em relação à preferência ambiental de um indivíduo, é necessário que seja avaliada a sua herança biológica, criação, educação, trabalho e meio ambiente físico. Considerando um estudo de grupo, é importante compreender a história cultural e a influência do meio ambiente físico nas atividades rotineiras do ambiente a ser estudado. No entanto, é impossível compreender com clareza os fatores culturais e físicos. “Os conceitos ‘cultura’ e ‘meio ambiente’ se superpõem do mesmo modo que os conceitos ‘homem’ e ‘natureza’.” (TUAN, 1980, p. 68).

Segundo Ittelson (apud MACHADO, 1998), a PA se distingue da percepção do objeto em três importantes aspectos:

- ❖ Na percepção do objeto se investigam as características dos estímulos, enquanto na ambiental a ênfase recai em paisagens de tamanho e complexidade muito maiores, por envolver um campo aberto, em tamanho real;
- ❖ Na percepção ambiental se rompe a distinção sujeito-objeto, pois o indivíduo é parte da paisagem;

❖ Os objetivos das pessoas, no ambiente percebido, são, portanto, relevantes, pois podem levar a uma diferente percepção ambiental e atitudes decorrentes, envolvendo interesses estéticos, utilitários, econômicos, ecológicos, afetivos, etc.

Percebemos o aqui e agora. Porém é a inteligência que nos permite prescindir do aqui e do agora, pois ela é a forma de equilíbrio para o qual tendem todas as estruturas mentais, possuindo um caráter adaptativo (assimilando a realidade e acomodando-se à realidade), é a equilibração entre os fatores internos (herança) e os externos (meio ambiente). (OLIVEIRA, 1983, p. 02).

Neste momento, torna-se importante descrever outro fato tido como referência e de grande importância, que foi a publicação da obra da geógrafa Anne White, (1977) – *Guidelines for fieldstudies in environmental perception*, pela autora Livia de Oliveira (2001, p.15), que representou referência fundamental nos primeiros estudos desenvolvidos no Brasil, nas décadas de setenta e oitenta do século XX. Esses estudos foram motivados, em grande parte, pelos trabalhos da pesquisadora – Livia de Oliveira –, que inseria, no espaço nacional, as reflexões desenvolvidas, na década de setenta, nas conferências sobre o tema, e pelas obras publicadas por autores como Ian Burton, diretor do grupo *Man and Biosphere* – 13 MAB, David Lowenthal, Anne Buttner, Kevin Lynch e Edward Relph. Este último havia proposto, já em 1971, a terminologia Geografia Fenomenológica ao campo, dado o enfoque de suas reflexões em Merleau-Ponty e Bachelard, o que pode ser encontrado na sua obra *Place and Placelessness*, de 1976. (MARIN, 2008).

Na concepção de Piaget (1976), a relação entre a percepção e a inteligência apresenta dois aspectos importantes: o operativo e o figurativo. O primeiro se dá nas ações ou operações em que o sujeito submete o objeto de sua experiência, tendo origem no próprio pensamento, na inteligência; já o figurativo se origina na percepção, ou seja, a apreensão direta ou imaginada das apreensões momentâneas. De forma que a percepção e a imagem fornecem a matéria prima para o trabalho da inteligência.

Para Lynch (1960), a cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário a ser analisado. Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, às recordações de experiências passadas.

Faz-se necessário salientar, ainda, dois apontamentos feitos por Oliveira (2001, p. 18-19), com relação às categorias espaço, lugar e paisagem que, no decorrer da década de setenta, passam a ter uma abordagem centrada na dimensão humana: o conceito de paisagem não se restringiria ao âmbito da natureza, mas envolveria o ser humano com consciência, afetividade e conhecimento crítico; espaço seria definido como espaço vivido, e lugares como dimensão existencial e perceptiva. Essas categorias redefinidas seriam o cerne de uma Geografia não positivista, que então se denominava Geografia Humanística.

Ainda nos estudos apontados pela professora da Geografia da UNESP – Rio Claro, Livia de Oliveira, pioneira da Geografia Humanística e PA, esse conceito, no seu entendimento, é limitado, e prefere chamá-lo de Percepção do Meio Ambiente. Foi a partir das leituras e tradução dos livros de Yi Fu Tuan (Topofilia, 1980) e (Espaço e Lugar, 1983), que a professora difundiu esses conceitos no Brasil, sendo Tuan o grande referencial dessa linha de pesquisa. Junto com outros nomes, orientou trabalhos sobre a Geografia Humanista e percepção ambiental. (MARANDOLA JR., 2003 apud RICHTER et al, 2013). A professora trabalha o conceito a partir do construtivismo piagetiano, propondo que a percepção ambiental é um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa.

Em um trabalho de consolidação do que, até à época, representava uma visão geral das pesquisas em percepção ambiental no Brasil, Del Rio e Oliveira (1996) distinguem duas vertentes principais de orientação epistemológica: estruturalismo e fenomenologia. A vertente estruturalista receberia influências de trabalhos pioneiros anglo-saxões, notadamente de

Lynch e Cullen, mas também comportaria visões próprias de pesquisadores brasileiros, inspirados na semiótica de Peirce ou de Saussure. A vertente fenomenológica teria, em Tuan e na Geografia Humanística, a sua inspiração mais forte. (PACHECO; SILVA, 2006).

Já o professor de Geografia na UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela PUC-MG, Oswaldo Bueno Amorim Filho, também pesquisador na linha da Geografia Humanista e Cultural, relembra que, nos anos 1960, existiam duas correntes de orientações epistemológicas: de um lado a qualificação, a racionalização e a sistematização dos neopositivistas; de outro, o materialismo e o economismo dos neomarxistas. Eram duas correntes extremas e, para se contrapor às duas, surgiu, na década de 1970, a Geografia Humanística, priorizando não só o objetivo ou teórico, mas o ser humano de uma maneira geral, com as suas percepções, representações, atitudes e valores.

Yi-Fu Tuan - Professor universitário e, desde 1956, profissional nos Estados Unidos, escreveu dois livros sobre PA: o primeiro, considerado mais expressivo, intitulado *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, como já mencionado anteriormente. Para o autor, as atitudes ambientais compõem um conjunto de percepções que, por sua vez, estão diretamente relacionadas com a cultura e a experiência de cada indivíduo. O autor ressalta que todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares, apesar de duas pessoas não verem a mesma realidade; nem dois grupos sociais fazem a mesma leitura do meio ambiente.

Os estudos que se baseiam na percepção ambiental propõem que não só a relação entre homem e meio ambiente seja estudada, mas também que perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas sejam elucidadas pela utilização desse conceito (PACHECO; SILVA, 2006), promovendo, inclusive, a sensibilização e a compreensão do meio ambiente a partir do desenvolvimento de um sistema de percepção (RODRIGUES et al., 2012).

Assim, considera-se como percepção ambiental o conjunto das nossas percepções sensoriais somadas à percepção social. Dessa forma, a percepção do ambiente está condicionada, entre outros fatores, às diferentes condições de vida do ser humano, o que se reflete na condição de saúde. Portanto, além da consideração da percepção dos moradores de uma cidade, torna-se imprescindível a percepção dos gestores públicos quanto aos problemas ambientais urbanos e sociais ligados à população, para que se tomem medidas a respeito. (GUIMARÃES, 2012).

De forma que será abordado no próximo capítulo, o contexto histórico e geográfico do objeto de estudo (a cidade de Itumbiara e a Avenida Beira Rio), a fim de melhor avaliar as características do ambiente a ser estudado, para posterior análise da relação homem – meio ambiente baseada nos conceitos ligados a percepção ambiental contextualizados nesse capítulo.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE ITUMBIARA-GO E DO RIO PARANAÍBA

A origem de Itumbiara se deu com a instalação de um posto de arrecadação das rendas estaduais às margens do rio Paranaíba, onde, pouco antes, havia sido construído um porto, por ser ali a passagem da estrada que ligava Anhanguera a Uberaba. (Figura 1)

Itumbiara é a antiga Santa Rita do Paranaíba, que era porto do Estado, onde se cobravam as passagens e a exportação de gado. Surgiu em 1824, por influência de Minas Gerais, sendo povoada por fazendeiros e agricultores que tinham se transferido para Goiás de pouco e não desejavam residir nas sedes de suas fazendas, porque o rio era paludoso [...]. (ARTIAGA, apud FERREIRA, 2009).

Figura 1 – Itumbiara (GO): Posto de Arrecadação de Itumbiara, Recebedoria de Goiás, sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

O primeiro documento oficial sobre a existência de Santa Rita do Paranaíba trata da arrematação do Porto, que pertencia ao Império. O Porto foi instalado na estrada nova de Uberaba-MG por um particular chamado Candido Rodrigues de Paiva. No local, eram cobrados tributos pela travessia de animais e mercadorias. (FERREIRA, 2009). (Figura 2).

Figura 2 – Itumbiara (GO): Balsa de travessia Rio Paranaíba, 1824.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

O Governo Leonino Caiado, pela sua Secretaria da Indústria e Comércio, fez publicar, em 1973, o “Levantamento Histórico e Econômico dos municípios Goianos”, no qual Itumbiara foi classificada como Microrregião 16 – Vertente Goiana do Paranaíba, constatando-se ser o principal centro urbano, “[...] de grande expressão econômica para o Estado, “[...] a terceira cidade do Estado de Goiás e destacando-se como centro produtor de arroz e com uma pecuária altamente desenvolvida”. (FRANCO, 1988).

O crescimento de Itumbiara foi vertiginoso e, após a construção de uma capela que tinha Santa Rita como padroeira (Figuras 3 e 4), o povoado viu crescer sua população,

recebendo, mais tarde, o nome de Porto de Santa Rita. Pela Resolução Provincial número 18, de 21 de agosto de 1852, o povoado foi elevado à categoria de Paróquia. (FERREIRA, 2009).

Em 16 de julho de 1909, o povoado passou a vila, pela Lei Estadual nº 349, desmembrado, então, do Município de Morrinhos, sendo instalada no dia 12 de outubro do mesmo ano. (NETO, 1997).

Figura 3 – Itumbiara (GO): Inauguração da capela de Itumbiara, 1852.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

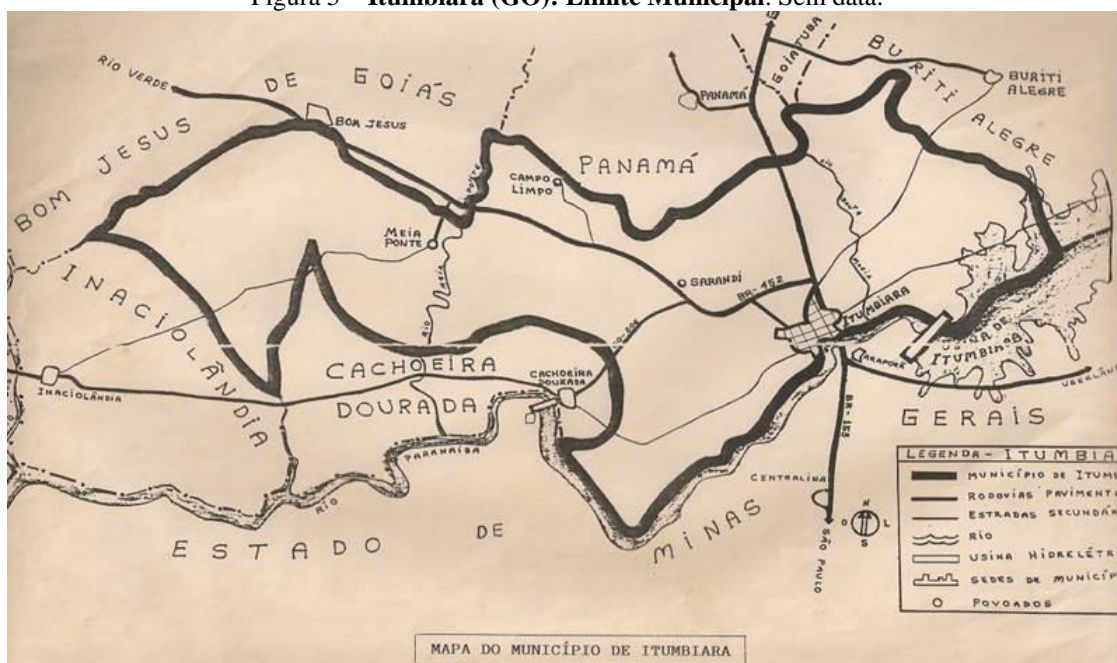
Figura 4 – Itumbiara (GO): Celebração de missa na paróquia. 1852.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Em 27 de julho de 1915, a vila foi elevada à categoria de cidade, pela Lei Estadual nº 518. O nome de Itumbiara, que em Tupy significa “caminho da cachoeira”, foi dado no dia 31 de dezembro de 1943, pela Lei Estadual nº 8.305. Em 29 de julho de 1918, Itumbiara foi elevada à categoria de Comarca, pela Lei nº 621. A data de 14 de novembro de 1952 assinala o desmembramento de parte de território, que hoje é o município de Panamá, por determinação da Lei Estadual nº 709 (NETO, 1997). (Figura 5).

Figura 5 – **Itumbiara (GO): Limite Municipal.** Sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Cabe destacar, ainda, outros fatos históricos relevantes de Itumbiara, como o primeiro pouso de avião (Figura 6), o surto da Gripe Espanhola, em 1919, as ações militares no município (Figura 7), as manifestações políticas (Figura 8), nas revoluções constitucionais de 1930, 1932 e 1964, a primeira enchente. (Figuras 9 e 10).

Figura 6 – Itumbiara (GO): 1º Aeroplano aterrissado em Santa Rita do Paranaíba. Outubro, 1926.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Figura 7 – Itumbiara (GO): Corpo Militar de Itumbiara. Sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara. 2014.

Figura 8 – **Itumbiara (GO): Carreata Política em Itumbiara.** Sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Figura 9 – **Itumbiara (GO): Enchente em Itumbiara.** 1985.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Figura 10 – **Itumbiara (GO): Enchente em Itumbiara – Avenida Beira Rio. 1985.**



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara, 2014.

Retomando a origem do nome do município, é descrito que isto se deu por meio do concurso, o qual o município de Santa Rita do Paranaíba passou a se denominar Itumbiara. Esse nome havia sido dado, anteriormente, pelo Dr. Ignácio Paes Leme, a um posto fiscal da estrada para automóveis, por ele construída, de Santa Rita do Paranaíba a Cachoeira Dourada.

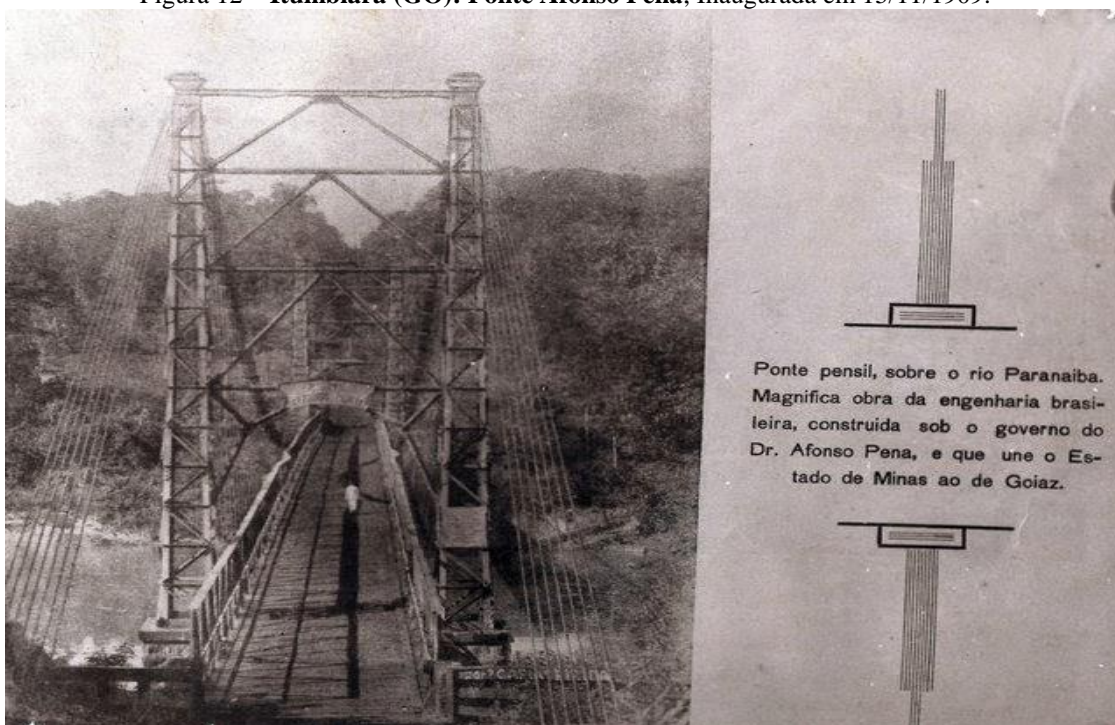
Os nomes que participaram do concurso foram os seguintes: Jussara, Ritlândia, Santa Rita do Paranaíba, Ritápolis e Rithayba. O nome vencedor foi Ritlândia; todavia, não havendo consenso entre Câmara e organizadores do concurso, o Prefeito José Gomes de Lima oficializou o nome de Itumbiara, que havia sido o vencedor do concurso que o jornal local da cidade, “O Comércio”, havia promovido, na época. (Figura 11). Pela Lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1.943, Santa Rita do Paranaíba passou a denominar-se “ITUMBIARA”.

Figura 11 – Itumbiara (GO): Jornal “O Comércio”, divulgação do concurso para definição do nome do município de Santa Rita do Paranaíba. Maio, 1934.



Fonte: Biblioteca Municipal de Itumbiara. 2014

Figura 12 – Itumbiara (GO): Ponte Afonso Pena, Inaugurada em 15/11/1909.



Fonte: Jornal do Triângulo. Disponível em <www.nilsonfreirenews.blogspot.com.br> Acesso em 15 de agosto de 2014.

Outro fato histórico importante de Itumbiara foi a construção da Ponte Afonso Pena (Figura 12), no governo que dá o nome a ela, e inaugurada pelo vice-presidente Nilo Peçanha, já que Afonso Pena morreu em 14 de junho daquele ano. (DIÁRIO DO PORTO, 2014).

A ponte sobre a estrada do sul foi planejada desde o final do século XIX, mas a obra, que começou em 1908 e foi entregue em 1909, foi possível graças aos trabalhos políticos dos deputados federais Hermenegildo Lopes de Moraes (que nasceu em Santa Rita, no ano de 1870) e José Xavier de Almeida, cunhado de Hermenegildo, ex-governador do Estado de Goiás, ambos amigos do então presidente do país.

Considerada um belo exemplar da arquitetura de ferro, a Ponte Afonso Pena é a mais antiga ponte pênsil ainda existente no Brasil. Montada sobre pilares de pedra, construídos nas duas margens do rio Paranaíba, a partir do início de 1908, foi inaugurada no dia 15 de novembro de 1909, ligando os estados de Goiás e Minas Gerais. A ponte veio garantir uma maior comunicação e desenvolvimento entre os Estados de Minas e Goiás, permitindo, também, a integração do sul de Goiás com todo o sudeste brasileiro. (PROPOSTA DE TOMBAMENTO, 2008).

A ponte tornou-se o símbolo máximo da cidade de Itumbiara. Transladada de sua localização original para, aproximadamente, 2,5 km a jusante do rio Paranaíba (Figura 13), encontra-se bastante íntegra e, desde 2007, ganhou iluminação especial e passou a ser vista como um grande motivo de orgulho para goianos e mineiros da região (Figura 14). Nessa mesma data, foi tombada, como Patrimônio Histórico do Município de Itumbiara, GO, uma das pilastras da ponte Afonso Pena, na margem direita do Rio Paranaíba, em lei sancionada pelo prefeito José Gomes da Rocha.

Figura 13 – Itumbiara (GO): Primeiro módulo sendo transladado.
Sem data.



Fonte: Acervo de Furnas, 2014.

Figura 14 – Itumbiara (GO): Ponte Afonso Pena – Vista noturna. 2007.



Fonte: Subsecretaria da Educação, 2014.

A solicitação de tombamento da Ponte Afonso Pena surgiu de uma demanda de grupos e das lideranças organizadas de Itumbiara, ideia seguida pelas lideranças da população do município de Araporã, MG. Teve interesse manifestado pela Universidade Federal de Uberlândia, MG, assim como o comprometimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - com esse projeto. Em 2006, o Departamento de Proteção do IPHAN visitou a ponte e constatou a importância desse monumento no cenário nacional, sinalizando para um possível

tombamento, a exemplo da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, SC, ou da Ponte São Vicente, em Santos, SP. A preservação da ponte, assim, ganha força, por ser uma demanda de vários segmentos da sociedade local, de grupos políticos e de intelectuais. São atores que reconhecem seu valor histórico, estético e tecnológico, objeto da civilização moderna, uma ponte pênsil que, desde o início do século XX, passa a povoar os mapas dos caminhos antigos do Brasil. (PROPOSTA DE TOMBAMENTO, 2008).

Em relação aos aspectos geográficos, o município localiza-se no extremo sul de Goiás, na Microrregião de Meia Ponte – 015, margem direita do Rio Paranaíba. A sede municipal está instalada nos quilômetros 1480/84 da Rodovia Federal BR-153, definida pelas seguintes coordenadas geográficas: 18°25'11''/26'' de latitude sul e 49°13'02''/03'' de longitude W. Gr. Limita-se, ao norte, com Goiatuba e Panamá; ao sul, com Minas Gerais; a leste, com Buriti Alegre e a oeste com Bom Jesus, Cachoeira Dourada e Inaciolândia. Itumbiara fica a uma distância de 204 km da capital do Estado, 400 km de Brasília, 750 km de São Paulo e 1.100 km do Rio de Janeiro. (FERREIRA, 2009). (MAPA 1).

O município de Itumbiara é considerado o portal de entrada do Estado de Goiás. Também é o maior exportador do Estado, devido à sua localização, próxima a Minas Gerais e São Paulo, garantindo o escoamento da produção agrícola do sudoeste goiano através das regiões Sul e Sudeste. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

Seus principais pontos turísticos são o Rio Paranaíba, a Cachoeira do Salitre e a Ponte Afonso Pena. Práticas náuticas são comuns na cidade. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

A população do município, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era, em 2013, de 98 484 habitantes, sendo o 11º mais populoso do Estado e apresentando uma densidade populacional de 40,01 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, promovido pelo mesmo órgão estatístico, 50,7% da população

eram mulheres (47.117 habitantes), 49,3% (45.825 habitantes) homens; 95,8% (89 000 habitantes) viviam na zona urbana e 4,2% (3 942 habitantes) na zona rural (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

Entre 2000 e 2010, a população de Itumbiara teve uma taxa média de crescimento anual de 1,32%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 0,96%. No Estado, essas taxas foram de 1,02%, entre 2000 e 2010, e 1,02%, entre 1991 e 2000. No País, foram de 1,01%, entre 2000 e 2010, e 1,02%, entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 4,04%. (IPEA, 2014).

O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Renda e por Longevidade, repetindo o que ocorreu na década anterior (1991-2000), onde a dimensão da Educação cresceu, em termos absolutos, 0,204 (IPEA, 2014). (Quadro 1).

Quadro 1: Itumbiara(GO) - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, 2010.

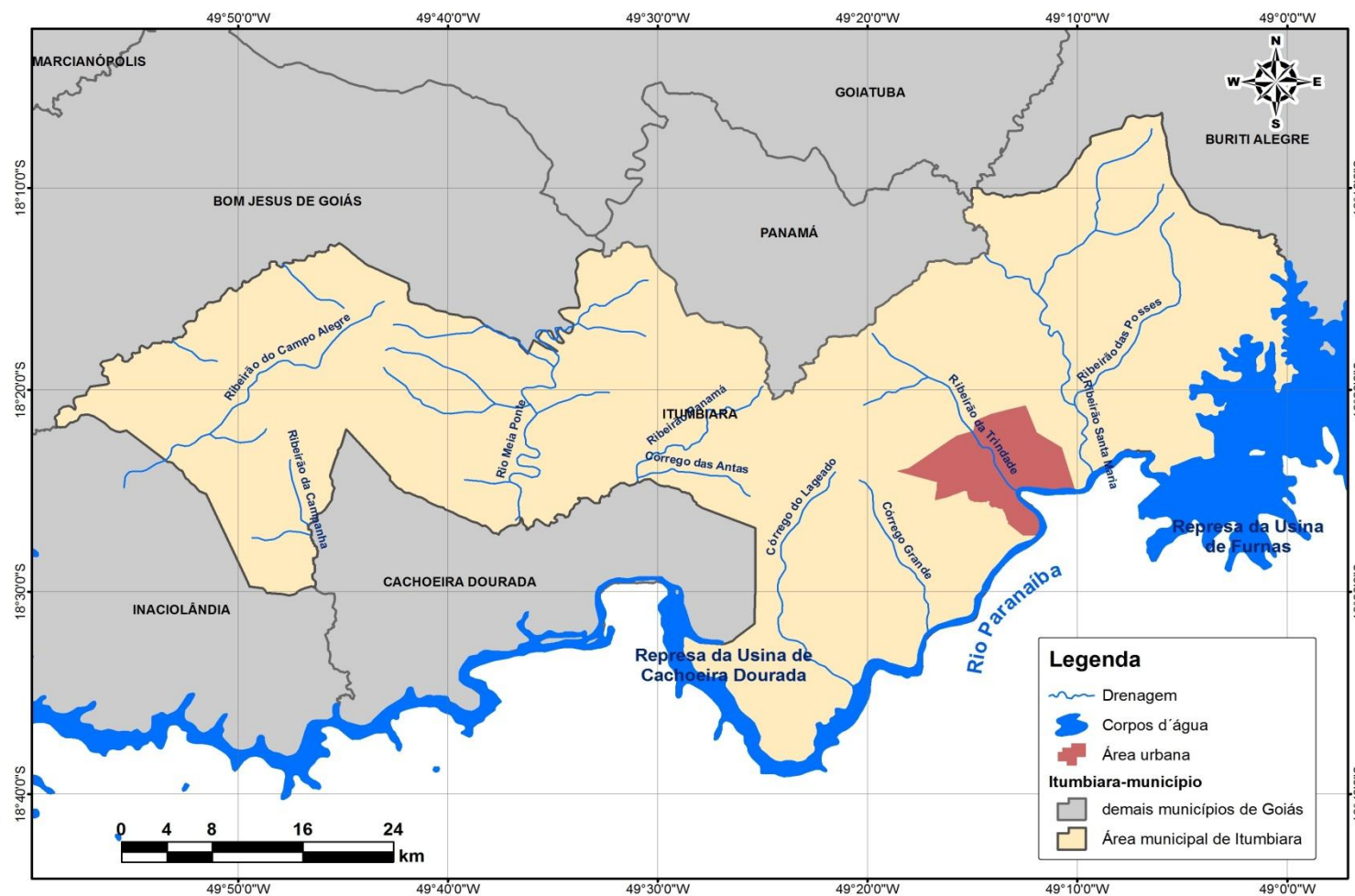
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,301	0,505	0,682
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,39	39,02	55,56
% de 5 a 6 anos na escola	50,03	76,68	95,09
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	46,69	78,38	89,17
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	20,87	45,18	65,66
% de 18 a 20 anos com médio completo	11,16	29,43	51,95
IDHM Longevidade	0,718	0,815	0,838
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,06	73,90	75,30
IDHM Renda	0,644	0,686	0,744
Renda per capita	438,82	570,50	821,43

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2014

LOCALIZAÇÃO



Mapa 1 - ITUMBIARA (GO) - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2014



Projeção Geográfica
Datum: SIRGAS 2000
Fonte (bases cartográficas): IBGE, 2014
Organizadora: Vercilene Paula Rodrigues
Desenho: Giliander Allan da Silva
Data: set.2014

Sendo uma região piscosa, a comuna possui uma riqueza animal intensa, de regular valor econômico para a cidade. A hidrografia local é rica e ajuda na economia da região, fornecendo energia elétrica, favorecendo a pesca, irrigando lavouras e abastecendo as cidades de água. (FERREIRA, 2009). Os rios que passam por Itumbiara são os rios Paranaíba, dos Bois e Meia Ponte. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

O clima de Itumbiara é tropical (tipo Aw segundo Köppen), com diminuição de chuvas no inverno e temperatura média anual de 23,8°C, tendo invernos secos e amenos (raramente frios) e verões chuvosos, com temperaturas moderadamente altas. O mês mais quente, outubro, tem temperatura média de 25,5°C, e o mês mais frio, julho, de 21,1°C. Outono e primavera são estações de transição. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

É comum, na região de Itumbiara, a alteração repentina de temperaturas. Suas alterações climáticas mais significativas dão-se de meados de agosto até o mês de janeiro, quando o clima fica substancialmente quente, com temperaturas podendo mesmo passar dos 40°C. Segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desde o ano de 2000, a maior temperatura registrada em Itumbiara foi de 41,5°C, observada no dia 16 de outubro de 2008. A mínima foi de 2,0°C, no dia 18 de julho de 2000.

Encontram-se, no município, dois tipos de vegetação: Campo e Cerrado. As plantas mais comuns são: Pequi, Angico, Jatobá, Aroeira, Sucupira Branca, Murici e Gramínea. (FERREIRA, 2009).

Itumbiara destaca-se, no contexto estadual, como um dos Municípios centro polo agroindustrial, com produtos derivados do milho, da soja, do algodão e do leite.

Em 1996, conforme o Censo Agropecuário, a área cultivada, em Itumbiara, foi de 50.489 hectares de culturas temporárias; 720 hectares de culturas permanentes; 17.085 hectares de pastagens naturais; 106.946 hectares de pastagens artificiais (plantadas); 20.222

hectares de matas naturais e artificiais e 2.132 hectares de culturas irrigadas. Apresenta, ainda, um total de 246.460 hectares, sendo que, desse total, 202.610 são propícios para a agricultura e formação de pastagens. Ainda em 1996, o município apresentava 1.240 propriedades rurais, 981 tratores, 755 arados de tração mecânica, 19 arados de tração animal, 141 colheitadeiras e 3 645 máquinas de plantio. Tais características demonstram a busca pelo crescimento da cidade, sua evolução. (FERREIRA, 2009).

O município de Itumbiara possui 39 estabelecimentos de armazenagem e estocagem a seco, suficientes para comportar e atender toda a produção do município e, ainda, as produções dos municípios vizinhos. Em 1997, possuía capacidade de armazenagem de 573 500 toneladas ou 550.000 sacas de 60 quilos, assim distribuídas: 346.141 m³ em armazéns convencionais, equivalendo a 186.920 toneladas, 193.240 toneladas em armazéns tipo graneleiros e 193.340 toneladas em armazéns tipo silos (valores referentes até o ano de 2009).

O número de empregos diretos, no município, gerados pela agropecuária, em 2006, foi de 4.441, sendo 3.548 vagas ocupadas por homens e 893 por mulheres. Destes, 4.142 vagas eram ocupadas por pessoas acima de 14 anos. (FERREIRA, 2009).

Itumbiara destaca-se por diversos produtos, como derivados do milho, da soja, do algodão e do leite. Mas também, em nível estadual, na área industrial. A indústria responde por grande parte da economia do município e vem ganhando espaço nos últimos anos. O município conta com indústrias nos ramos metalúrgico, calçado, têxtil, mecânico e alimentação. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

Possui um Distrito Industrial, situado nas margens da Rodovia Federal BR-452 e com acesso para a Rodovia Federal BR - 153, que liga o Estado de Goiás aos estados de Minas Gerais, São Paulo e aos demais centros consumidores do País, como o Nordeste e Brasília. (FERREIRA, 2009).

O Distrito Industrial tem uma infraestrutura estável, com energia elétrica, água, esgoto, telefone e asfalto. Possui uma área de, aproximadamente, 1 100 000 m², distribuídos em quadras e ruas, localizando-se a oito quilômetros do centro da cidade. As indústrias ali presentes recebem apoio do FOMENTAR - Sistema de financiamento de até 70% do ICMS - pelo período de 15 anos, com encargos de 2,6% ao ano e, ainda, com os benefícios da municipalidade, oferecendo vantagens, inclusive ajuda na limpeza dos terrenos. Atualmente, há 167 indústrias em atividade. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

O município sedia diversas empresas nacionais exportadoras, com destaque para a Caramuru Alimentos (exportadora de soja), Louis Dreyfus Commodities (exportadora de derivados de algodão), JBS (exportadora de couro) e STEMAC (Geradores de energia).

A renda per capita média de Itumbiara cresceu 87,19%, nas últimas duas décadas, passando de R\$ 438,82, em 1991, para R\$ 570,50, em 2000, e R\$ 821,43, em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 30,01%, no primeiro período, e 43,98%, no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 5,69%, em 1991, para 2,46%, em 2000, e para 0,81%, em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini, que era de 0,55, em 1991, manteve-se em 0,55, em 2000, e passou para 0,49, em 2010 (IPEA, 2014). (Quadros 2 e 3).

O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Quadro 2 - Itumbiara(GO) - Renda, Pobreza e Desigualdade, 2010.

Itumbiara	1991	2000	2010
Renda per capita	438,82	570,50	821,43
% de extremamente pobres	5,69	2,46	0,81
% de pobres	24,35	13,16	3,73
Índice de Gini	0,55	0,55	0,49

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2014

Quadro 3 - Itumbiara(GO) - Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População, 2010.

Itumbiara	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,75	3,98	4,85
40% mais pobres	10,90	11,24	13,68
60% mais pobres	21,73	22,02	26,32
80% mais pobres	39,29	39,24	45,09
20% mais ricos	60,71	60,76	54,91

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2014

Sobre o trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,89%, em 2000, para 68,89%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 10,22%, em 2000, para 4,58%, em 2010 (IPEA, 2014). (Quadro 1).

Na área da saúde, entre hospitais, prontos-socorros, postos de saúde e serviços odontológicos, Itumbiara possui 51 estabelecimentos, sendo 27 deles privados e 24 públicos municipais. A cidade possui 232 leitos para internação, em estabelecimentos de saúde, e três hospitais gerais, sendo dois públicos e um privado. (FERREIRA, 2009).

Sobre a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano), em 1991, Itumbiara apresentou 22,7 por mil nascidos vivos, passando para 19,0 por mil em 2000, e para 13,5 por mil, em 2010 (Quadro 4). Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do Estado e do País eram 14,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente. A esperança de vida passou de 68,1 anos, em 1991, para 75,3 anos, em 2000. (IPEA, 2014).

Quadro 4 - **Itumbiara(GO) - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 2010.**

Itumbiara	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,1	73,9	75,3
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	22,7	19,0	13,5
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	26,8	22,4	15,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,4	2,2	1,9

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2014

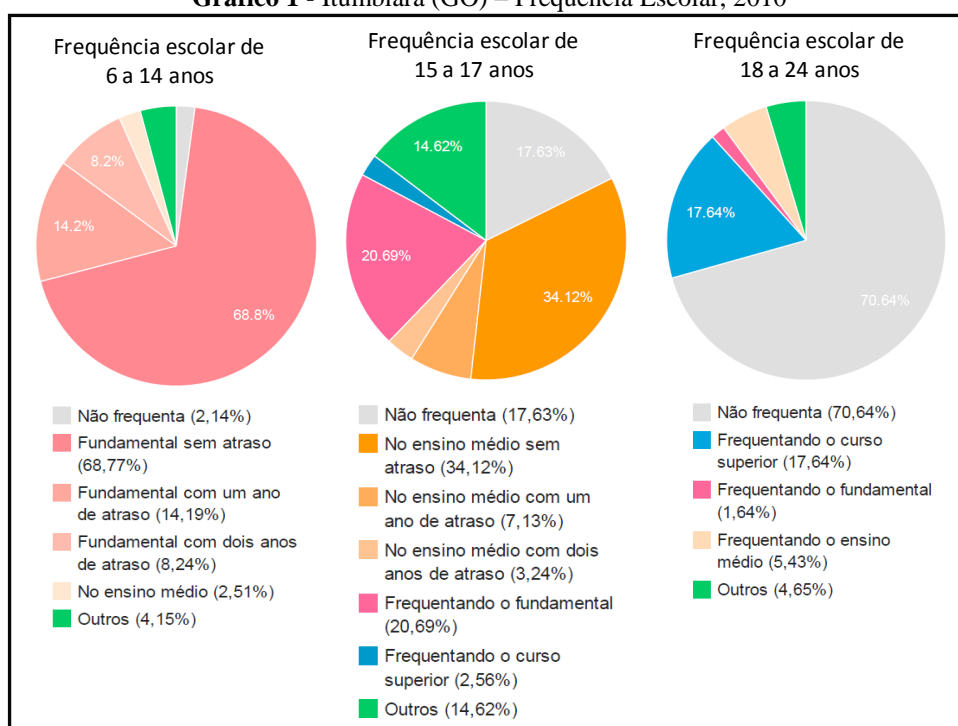
Itumbiara possui escolas em todas as regiões do município. Em 2009, contava com, aproximadamente, 13.708 matrículas de ensino fundamental, 4.000 matrículas de ensino médio e 2.146 matrículas destinadas ao ensino pré-escolar. Das instituições escolares do município, 48,9% eram de ensino fundamental; 34,1% eram de ensino pré-escolar; e 17% de ensino médio. Em relação aos docentes, 64,8% lecionavam para o ensino fundamental; 25% para o ensino médio; e 10,2% para o ensino pré-escolar. (SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, 2014).

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Instituto Federal de Goiás, as duas únicas instituições públicas de ensino superior. Possui, ainda, outras instituições de ensino superior particulares, como a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Faculdade Santa Rita de Cássia (UNIFASC) e Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos, na escola, cresceu 24,01%, e no de período de 1991 a 2000, 53,27%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, cresceu 13,77% entre 2000 e 2010 e 67,87% entre 1991 e 2000. A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 45,33%, no período de 2000 a 2010, e 116,48%, no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 76,52%, entre 2000 e 2010, e 163,71% entre 1991 e 2000. (IPEA, 2014).

Em 2010, 68,77% dos alunos de Itumbiara, entre 6 e 14 anos, estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000, eram 66,50% e, em 1991, 39,65%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 34,12% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000, eram 24,46% e, em 1991, 10,61%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 17,64% estavam cursando o ensino superior em 2010, 10,47% em 2000 e 2,23% em 1991. Nota-se que, em 2010, 2,14% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos, atingia 17,63% (IPEA, 2014). (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Itumbiara (GO) – Frequência Escolar, 2010

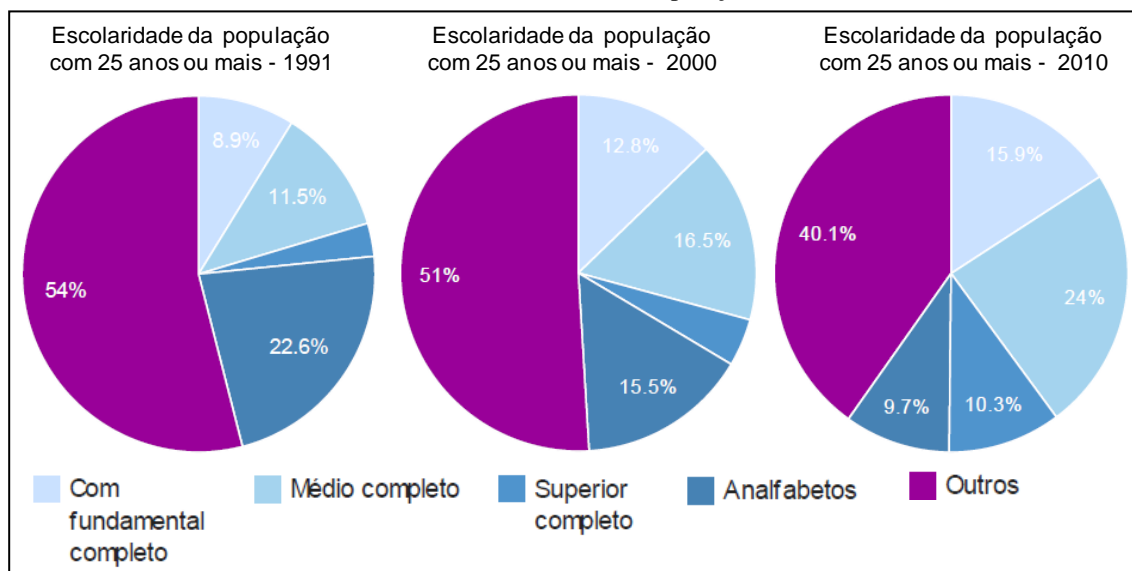


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Com relação à escolaridade da população com 25 anos ou mais, Itumbiara vem apresentando uma queda significativa no percentual de analfabetos, que reduziu de 22,6%, em 1991, para 9,7%, em 2010. Os outros segmentos - ensino fundamental completo, médio completo e superior completo - apresentaram significativo crescimento. (Gráfico 2).

Algumas faculdades, como a UNOPAR - Universidade Norte do Paraná - atuam em parceria com o órgão ambiental local, o COMDEMAI – Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente -, a fim de desenvolverem ações voltadas para as questões ambientais. Essa parceria se dá por meio de encontros, reuniões que se caracterizam como parte de um modelo de gestão itinerante, que ocorre em todo o município, com o intuito de trazer, para mais perto da população de Itumbiara e demais interessados, as ações realizadas pelo Conselho Municipal, em relação às questões ambientais do município.

Gráfico 2 - Itumbiara (GO) – Escolaridade da População com 25 anos ou mais, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Grande parte dos problemas que afetam o meio ambiente e a qualidade de vida da população são de responsabilidade do município e a partir deste podem ser empreendidas ações capazes de preveni-los e solucioná-los, como foi, por exemplo, a elaboração de um

Plano Diretor. Mais do que isso, o município é o local onde se podem buscar caminhos para um desenvolvimento que harmonize o crescimento econômico com o bem-estar da população.

O Plano Diretor Participativo de Itumbiara (Anexo 1) tem, como um de seus objetivos, conforme disposto no Art. 3º, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantindo o uso desta de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada, de forma a assegurar, a todos os habitantes, condições de bem estar e segurança. A população apresenta uma participação ativa frente às ações ou medidas implantadas pelo Poder Público, a fim de proporcionar um ambiente melhor a todos.

A preocupação com a qualidade ambiental vem crescendo nos municípios brasileiros. Por isso, têm sido criados mecanismos para aumentar a consciência e promover a mudança de hábitos e de comportamentos. Cada vez mais a população, juntamente com o Poder Público, tem sido solicitada a participar da gestão do meio ambiente. (MATOS; DIAS, 2010).

O município dispõe, ainda, de unidades do SENAI, SENAC, SESC e SESI e, em função disso, os índices de alfabetização e capacitação profissional dos municípios estão entre os mais altos de Goiás. A nota geral alcançada por Itumbiara, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2011, nos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 5.5 pontos, considerada uma nota de nível bom, na categoria avaliada. (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

Além do COMDEMAI, podemos destacar órgãos como a AMMAI (Agência Municipal do Meio Ambiente de Itumbiara), uma autarquia integrante da administração indireta do Município de Itumbiara, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sede e foro na Cidade de Itumbiara, prazo e duração indeterminado, com a finalidade de formular, programar e

coordenar a execução da Política Municipal do Meio Ambiente, voltada ao desenvolvimento sustentável, no âmbito do território municipal. (AMMAI, 2009).

Ainda tratando de ações ligadas ao meio ambiente, a cidade de Itumbiara conta com o CBH – Paranaíba (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba), um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, do Decreto de 16 de julho de 2002, do Presidente da República, e da Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, também atuante nas atividades voltadas para a abordagem ambiental e em parceria com outros órgãos públicos locais e estaduais. (CBH – PARANAÍBA 2014).

Em relação às condições de saneamento básico, segundo informações da SANEAGO (Empresa de Saneamento Básico em Goiás), a cidade de Itumbiara tem ampliado as obras de saneamento. Investimentos de aproximadamente R\$ 97,7 milhões, já realizados em parceria com o Governo de Goiás, nos últimos 15 anos, fizeram com que o município apresentasse uma melhora significativa dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Quadro 5). Nesse período, foram realizadas melhorias, como a reconstrução da barragem de captação no Ribeirão Santa Maria, ampliando o volume de água disponível para tratamento em 90,9%, aumentando a vazão de 220 para 420 litros por segundo. (SANEAGO, 2014).

Quadro 5 - Itumbiara(GO) - Indicadores de habitação e saneamento, 2010

Itumbiara	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	84,10	92,57	97,87
% da população em domicílios com energia elétrica	97,54	99,44	99,92
% da população em domicílios com coleta de lixo *Somente para população urbana	69,84	95,34	99,41

Fonte: Pnud, Ipea e FJP, 2014

Outro dado de grande importância para o município refere-se a um projeto, já em fase de licitação, de construção da nova captação de água, que passará a ser no rio Paranaíba, com um custo aproximado de R\$13 milhões. A expectativa é de que a iniciativa proporcione água, para a população, em um bom nível de qualidade e quantidade, além de uma sensível redução nos custos de tratamento. Os municípios de Bom Jesus, Cachoeira Dourada, Goiatuba e Itumbiara já estão com projetos elaborados para incrementar os Sistemas de Abastecimentos de Água e de Esgotamento Sanitário. (SANEAGO, 2014).

Hoje, a cidade de Itumbiara já conta com a ampliação e a modernização da Estação de Tratamento de Água, permitindo que uma parte considerável da população, quase o dobro, possua o benefício. Tratando-se de esgoto, conforme dados da SANEAGO (2007), 80% dos moradores contam com o benefício.

Itumbiara realiza diversos eventos, todos os anos. Alguns já são bem conhecidos pela população local. Há grandes eventos, religiosos e culturais, sediados e realizados na cidade. Entre os de destaque, estão as festas de São Sebastião e de Santa Rita de Cássia, a quermesse de Cristo Rei e a procissão fluvial de Nossa Senhora das Graças.

Nos últimos três anos, a Prefeitura Municipal de Itumbiara e a Secretaria de Turismo realizaram as edições do “Arraiá” de Itumbiara, com o intuito de fomentar e promover lazer, entretenimento, cultura e turismo à população de Itumbiara e região. Trata-se da maior comemoração junina do Estado de Goiás, na qual entidades filantrópicas montam suas barracas, com comidas típicas. Os saldos são revertidos em benefícios de seus usuários. O evento é realizado na Avenida Beira Rio, com 10 dias de festa e com apresentação de artistas todos os dias, além de grupos de quadrilhas, barracas de brincadeiras e comidas típicas, casamento comunitário e a grande carroceata de abertura oficial (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2014).

Tornam-se frequentes, na região do Lago da Represa do Rio Paranaíba, encontros entre pescadores e equipes de pesca para a prática de pesca esportiva, fato que se tornou destaque em revistas especializadas, que consideram Itumbiara o 2º melhor lugar do Brasil para a pesca esportiva do Tucunaré. O rio também sedia modalidades esportivas aquáticas.

Um dos cartões postais da cidade, a Ponte Afonso Pena, sobre o Rio Paranaíba, é um dos locais mais visitados pelos turistas, pela sua arquitetura e pela beleza do local. Hoje, conta com uma linda e moderna iluminação. A ponte, como foi dito, é um dos acessos ao Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, vale ressaltar que os ambientes mencionados servem como excelentes pontos para práticas voltadas para a educação ambiental relativa à preservação do local, envolvendo a tomada de consciência em relação ao ambiente, utilizado tanto para o lazer como para fins econômicos. Assim, indo ao encontro com o proposto na pesquisa, podemos fazer as seguintes indagações: as pessoas que frequentam esses ambientes se preocupam com as questões ambientais? Podem ser presenciadas práticas de educação, por parte dos responsáveis pelo local? São questionamentos que nos instigam, devido ao grande aumento de locais que utilizam a natureza para fins recreativos sem a preocupação com a poluição deixada pelos frequentadores, com a preservação de sua flora e fauna ou com a beleza natural do local.

Em relação ao rio Paranaíba, faz-se necessária a abordagem sobre ele e sua bacia hidrográfica devido a sua relevância para o estudo e pela sua influência direta na cidade de Itumbiara, no que envolve os setores econômico, social e ambiental, percebidos de forma mais direta pela influência da Avenida Beira Rio.

O rio Paranaíba nasce no Estado de Minas Gerais, no município de Rio Paranaíba/MG, numa altitude de cerca de 1.100m. Percorre, aproximadamente, 100 km até alcançar o perímetro urbano de Patos de Minas/MG e segue mais cerca de 150 km até tornar-se limítrofe

dos estados de Goiás e Minas Gerais. Nesse ponto, encontram-se os limites municipais entre Coromandel e Guarda-Mor, em Minas Gerais, e Catalão, em Goiás. A partir desse trecho, o rio Paranaíba continua sendo o divisor entre Goiás e Minas Gerais até o município de Paranaíba/MG, onde passa a formar a divisa entre os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O rio Paranaíba segue até a confluência com o rio Grande, exutório da bacia, para formar o rio Paraná. (PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

Após tornar-se limite estadual, o rio Paranaíba recebe o rio São Marcos, um de seus principais afluentes pela margem direita, onde alcança o reservatório da usina hidrelétrica – UHE Emborcação. A jusante, recebe o rio Araguari, pela margem esquerda, e o rio Corumbá, pela margem direita. Esses dois cursos d’água desembocam em áreas de remanso do reservatório da UHE Itumbiara, que também está situada no rio Paranaíba.

Ao passar entre os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, o rio Paranaíba encontra a UHE Cachoeira Dourada. A partir desse ponto, recebe outros três grandes afluentes da bacia, que são os rios Meia Ponte e Turvo e dos Bois, pela margem direita, e o rio Tijuco, pela margem esquerda. Em seguida, encontra outro barramento, a UHE São Simão, que é a última usina do rio Paranaíba, a partir da qual se inicia a hidrovia Tietê-Paraná, com vários terminais para o transporte de grandes cargas.

Em sua geologia e geomorfologia, a bacia apresenta variação de 240 m a 1400 m de altitude, com as menores altitudes acompanhando o curso principal do rio Paranaíba e, principalmente, a região da sua foz, localizada na Província Paraná. Já as maiores cotas altimétricas ocorrem nas porções nordeste e sudeste, as quais integram a Província Tocantins.

A Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba está inserida na Região Hidrográfica – RH Paraná, uma das 12 RHs do Brasil instituídas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH por meio da Resolução nº 32, de 15 de outubro de 2003. Possui uma área de 223 mil km² e abrange parte dos estados de Goiás, Minas Gerais, a parte mais urbanizada do Distrito

Federal e uma pequena parcela do Estado do Mato Grosso do Sul. É composta por 197 municípios, além do Distrito Federal, sendo que 28 sedes municipais se encontram fora dos limites da bacia e 170 sedes se encontram em seu interior.

Essa bacia é a segunda maior unidade da Região Hidrográfica do Paraná, ocupando 25,4% de sua área, e está localizada entre os paralelos 15° e 20° sul e os meridianos 45° e 53° oeste. Posicionada na região central do Brasil, ocupa cerca de 2,6% do território nacional e inclui os estados de Goiás (63,3%), Mato Grosso do Sul (3,4%) e Minas Gerais (31,7%), além do Distrito Federal (1,6%). (PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

O rio Paranaíba, um dos formadores do importante rio Paraná, juntamente com o Rio Grande, apresenta extensão de 1.008 km até sua foz, recebendo, em seu percurso, águas de quatro unidades da Federação: Minas Gerais, onde estão suas nascentes, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul. A sua bacia de contribuição apresenta posição estratégica no contexto nacional, situando-se entre o Triângulo Mineiro, polarizado pela cidade de Uberlândia, e as grandes capitais Goiânia e Brasília.

Essa bacia, que vem apresentando um expressivo desenvolvimento nos últimos anos, se consolida cada vez mais como um importante eixo logístico, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e também como uma fronteira agrícola em franca expansão, em especial para a produção de grãos, à qual se associa uma forte agroindústria, principalmente da cadeia da cana-de-açúcar. Além disso, apresenta importante trecho navegável da Hidrovia do Paraná e um expressivo parque de geração hidrelétrica, que é complementado pela atividade industrial e forte concentração populacional nos centros urbanos, que abrigam cerca de 8,5 milhões de habitantes.

2.1. O rio Paranaíba e a cidade de Itumbiara – Avenida Beira Rio

A relação entre o rio Paranaíba e a cidade de Itumbiara - na época, Santa Rita do Paranaíba – iniciou-se com a instalação de um Posto de arrecadação das rendas estaduais, no ano de 1824, por influência de Minas Gerais, nas margens do rio Paranaíba, povoadas por fazendeiros e agricultores que tinham se transferido para Goiás e não desejavam residir nas sedes de suas fazendas. A travessia de mercadorias, animais, como dos próprios moradores, era feita por balsa, até então o único acesso para qualquer atividade fora do vilarejo Santa Rita do Paranaíba.

O povoado localizava-se nas margens do rio Paranaíba, ainda em casebres (Figura 15) e, de acordo com o seu crescimento, a futura cidade foi tomando forma, abrindo caminho para mais distante do rio. Pode-se imaginar a simplicidade das pessoas que ali moravam pelas suas casas e pela falta de infraestrutura, a começar pelas ruas, como apresentado nas figuras 16 e 17.

Figura 15 – Itumbiara (GO): Imagem do rio Paranaíba, ainda com casebres. Sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal – Casa da Cultura. 2014.

Figura 16 – Itumbiara (GO): Rua Santa Rita sem sargeamento a paralelepípedos. Jan de 1942.



Fonte: Biblioteca Municipal. 2014.

Figura17 – Itumbiara (GO): Primeira ponte de concreto de Itumbiara – Rua Padre Félix. Sem data.



Fonte: Biblioteca Municipal. 2014

A Avenida Beira Rio margeia o rio em uma extensão de mais de seis quilômetros, apresentando uma trajetória de evolução, ou, melhor dizendo, reformas e melhorias, por mais de trinta anos, considerada pelos políticos da época como a “grande invenção” do século XX. Entretanto, suas obras são evidenciadas a partir de 1960.

A discussão sobre a construção da Avenida Beira Rio ocorreu desde 1955, na Câmara Municipal, mas coube a Modesto de Carvalho dirigir, como Prefeito, a execução do projeto em seu governo, entre 1973 e 1976. Logo depois, no governo seguinte, de Radivair Miranda Machado, foram realizados novos investimentos no paisagismo da avenida. (MACHADO et al, 2005).

A primeira etapa das mudanças, com um gasto de um milhão de reais em recursos próprios, ocorreu depois de mais de 20 anos da construção, no Governo de Cairo Batista, sendo realizada a primeira intervenção na Avenida, inaugurada em 12 de outubro de 1999. (Figuras 18 e 19).

Figuras 18 - Itumbiara (GO): Avenida Beira Rio. Final de 1990.



Fonte: Jornal Diário de Itumbiara. 2014.

Figura 19 – **Itumbiara (GO): Calçada da Avenida Beira Rio.** Sem data.



Fonte: DECOM – Departamento de Comunicação de Itumbiara. 2014.

Durante o governo Luiz Moura, a obra teve mais uma etapa, com pouco mais de 500 m. Nesse período, as margens do rio desmoronaram pelo menos duas vezes. Nesse mesmo local projetava-se a construção do farol, até hoje não finalizado. (Figura 20).

Figura 20 – **Itumbiara (GO): Farol não finalizado.** 2013.



Fonte: Jornal Diário de Itumbiara. 2014.

Conforme emenda da Bancada Parlamentar goiana, liberando mais de R\$ 11 milhões, o governo José Gomes da Rocha completou o trecho ao longo de dois quilômetros da Orla do Paranaíba (Figura 21), faltando, nessa etapa, apenas a conclusão do farol, cuja licitação foi vencida por uma empresa que não conseguiu realizar a obra. Com os recursos liberados por essa emenda foi possível, ainda, fazer toda a recuperação da pavimentação asfáltica da avenida, inaugurada em 12 de outubro de 2009, no centenário de instalação do Município, após sua emancipação, em 1909. (MACHADO et al, 2005).

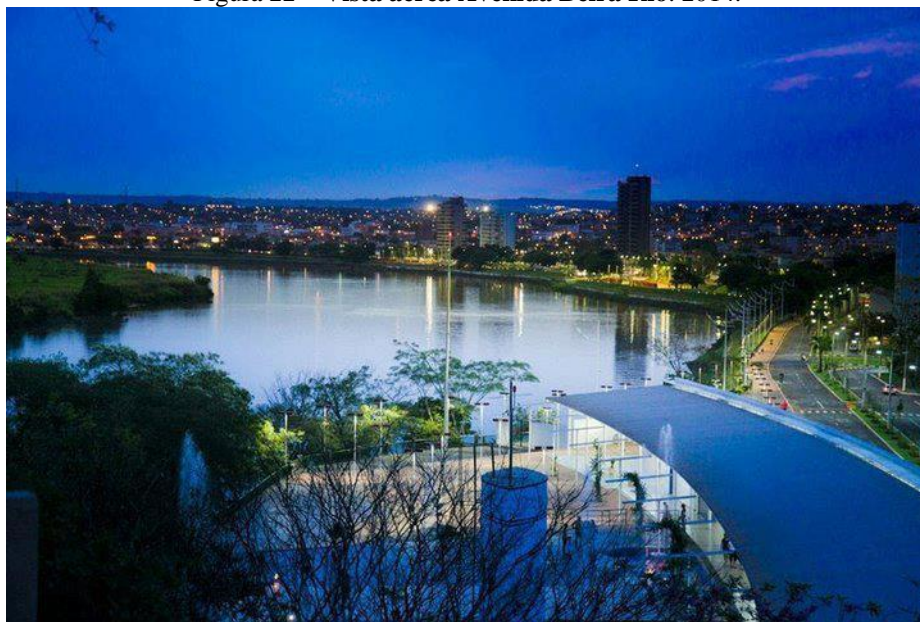
Figura 21 – Itumbiara (GO): Avenida Beira Rio. 2013.



Fonte: Jornal Diário de Itumbiara. 2013.

Na atual gestão, o prefeito Francisco Domingues de Faria, “Chico Balla”, completa a etapa de paisagismo, em dois quilômetros da orla do rio Paranaíba. Com os recursos provenientes de três emendas parlamentares, no valor de R\$ 5 milhões, irá executar mais uma etapa na Avenida, na construção de um Pier. (Figura 22).

Figura 22 – Vista aérea Avenida Beira Rio. 2014.



Fonte: DECOM – Departamento de Comunicação de Itumbiara. 2014.

Para Ferreira (2009), o principal ponto turístico de Itumbiara é o rio Paranaíba. Considerado bonito e com águas ideais para a navegação, principalmente no trecho entre as represas de Furnas e de Cachoeira Dourada, ele está praticamente inserido no cotidiano da cidade. Em suas margens, no calçadão da Avenida Beira Rio, por exemplo, acontecem as maiores manifestações populares do município.

Outra opção é o lago de Furnas, Usina Hidrelétrica de Itumbiara. Trata-se de um lago de grande beleza. Em suas margens, existem pousadas de bom nível. Assim como o rio, o lago fica muito movimentado, nos finais de semana e feriados. Tanto o lago, como o rio, são palcos de campeonatos de pesca esportiva. (FERREIRA, 2009).

A UHE de Itumbiara está localizada no rio Paranaíba, entre os municípios de Itumbiara/GO e Araporã/MG, (figura 23). É a maior usina do Sistema Furnas; teve sua construção iniciada em 1974 e entrou em operação em 1980, mas foi inaugurada em 1981, quando já estava em pleno funcionamento. A capacidade instalada da usina é de 2.082 MW, sua barragem atinge 6.808 m de comprimento e seu reservatório abrange uma área de

inundada de 778 km², com um volume total de 17 bilhões de m³ de água (REVISTA FURNAS, 2007, p. 39).

Na implantação da UHE, foram construídas duas vilas, para dar suporte às obras - Vila Operadora de Itumbiara e Vila Temporária de Nova Araporã, a primeira localizada na própria cidade, na margem goiana do rio Paranaíba (Vila de Furnas), implantando 193 residências, valorizando aquela parte da cidade. A segunda vila, de Araporã, destinada aos operadores da construção civil, implantada na margem mineira do rio, próxima à BR 153, comunica-se com a Vila de Furnas pela histórica Ponte Afonso Pena, inaugurada em 1909.

Figura 23 – Itumbiara (GO): Imagem da UHE de Itumbiara. 2012.



Fonte: Acervo de Furnas – Unidade Itumbiara. 2014.

Retomando a história da Avenida Beira Rio, Ferreira (2009) relata:

Caminhar pela Avenida é uma das sensações mais agradáveis que pude evidenciar durante o trabalho no projeto “Goiás em Raio X”. Sentir a brisa no rosto, o clima ameno e humano proveniente das pessoas que se divertem nos bares que povoam o lugar, observar o povo fazendo exercício durante todo o percurso. Enfim, toda a beleza e a vida própria que a avenida possui sustentaria uma publicação à parte. (FERREIRA, 2009, p. 15).

Corroborando, Neto (1997) classifica a história do rio Paranaíba de forma lúdica, poética, lembrando-se da primeira exploração do rio feita por Estanislau Gusterre, em 1808, por volta do mês de novembro. Em 1816, uma nova exploração do rio Paranaíba, foi realizada por José Pinto Fonseca e João Caetano da Silva, que também “desceu rio abaixo” (SIC). Depois de 1824, nova exploração, foi realizada por Antônio José Leite; ele embarcou nos rios Dos Bois e Paranaíba, navegou rio acima e, depois de subir até o rio das Velhas por seis dias, chegou a Sant’Ana, em Minas Gerais. Lá falou das maravilhas do caudaloso rio, que até então era desconhecido por quase todos.

Em 1873, o autor Neto (1997) faz a citação do Juiz de Direito Aguiar Whitaker:

Em nenhum ponto por onde passei deixa o grande Paranaíba de dar fundo nem tão pouco o canal se estreita a menos de 20 braças a não ser em alguns lugares sinuosos e rápidos fora da navegação fraca e cômoda. Circunstâncias, porém, que não impedem de modo algum a passagem de embarcações menores e de fácil governo, principalmente para cima onde se estabelece, sem risco e nem incômodo algum, uma linha de vapores, podendo chegar até o Canal de São Simão com bloqueio na Cachoeira hoje chamada Cachoeira Dourada. (NETO, 1997, p. 31).

A trajetória de fatos e acontecimentos que marcaram a relação do rio Paranaíba com a cidade de Itumbiara e a Avenida Beira Rio, infelizmente, não se compõe apenas de narrativas de contemplação e entusiasmo por parte da população. Segundo Siqueira et al (2013), as questões políticas e econômicas que gravitam em torno da Avenida Beira Rio vêm acompanhadas de problemas sociais que podem ser percebidos a partir da exclusão de antigos moradores, os quais “desocuparam” as margens do rio Paranaíba (Figura 15) e foram transferidos para um bairro afastado do cartão postal da cidade, resolvendo o problema do contraste entre a estética da modernidade e a visão incômoda da pobreza daqueles pescadores e carroceiros que, a partir de então, foram afastados dos recursos que lhes possibilitavam a sobrevivência.

Grande parte das ações que vêm sendo promovidas pelo Poder Público Municipal, em nome de uma busca por qualidade de vida, está ligada a uma

readequação e/ou delimitação das diversas formas de se viver a/na cidade. Os valores alimentados, os sentimentos vivenciados pelos sujeitos, ao experimentarem seus modos de viver, vão sendo acomodados e/ou “reorientados”, em meio a um caráter aparentemente homogêneo, naquilo que se convencionou chamar de “qualidade de vida”. (MARINHO, 2011).

Nos questionamentos feitos aos moradores, por intermédio das entrevistas, foram muito observadas as expressões: “melhor qualidade de vida” e “revitalização” na Avenida Beira Rio, quando perguntamos sobre as questões ambientais da cidade e a respeito da avenida. Assim, considerando a indagação de Marinho (2011), ao falar do termo “revitalização”, o que exatamente deve ser revitalizado? Que sentidos estão colocados quando se aponta para uma necessidade de “revitalizar” a cidade? A narrativa que se segue, da entrevista realizada com o prefeito José Gomes da Rocha (2011), oferece subsídios que envolvem essa questão:

A Beira Rio está bonita. Se você olhar os governantes anteriores, como Modesto de Carvalho, Cairo Batista e Radivair Miranda, todos tinham a mesma linha. O Modesto começou a Beira Rio. O Radivair fez o paisagismo, o Cairo fez o calçadão e agora eu venho e faço a revitalização. (ROCHA, 2001, p. 26).

Nas muitas reportagens sobre a avenida, são comuns dizeres como:

A Beira-Rio é hoje o cartão-postal de Itumbiara, ponto de encontro de velhos, moços e crianças; [...] classes sociais diferentes se encontram ali para passear, conversar, praticar esportes, fazer caminhada e para participar de festas [...]. (MARINHO, 2001, p. 9).

Ou, ainda, “[...] a Avenida Beira Rio é decididamente um poderoso símbolo de Itumbiara”. (MARINHO, 2011). (Figura 24).

O espaço da avenida vem sendo transformado de maneira que possa simbolizar não só a cidade, mas também o que seria a competência de alguns grupos à frente da administração pública, nas últimas quatro décadas.

Figura 24 - ITUMBIARA (GO) CROQUI DA AVENIDA BEIRA RIO, 2014



Na Avenida Beira Rio, o investimento chega a R\$ 11 milhões. A avenida foi totalmente reconstruída, ganhando um visual moderno. Conhecida como a Copacabana de Goiás, a Beira Rio é o grande point da cidade, local de encontro de crianças, jovens, adultos e idosos. Foi projetada para agradar a todos, com quiosques, playground, Palácio das Águas, fontes luminosas, quadras esportivas e iluminação especial. (SIQUEIRA, 2013). (Figuras 26 e 27). Entretanto, evidenciamos reportagens, após pesquisa em jornais, que apontam problemas com mais prioridades na cidade, onde se questiona a necessidade da “revitalização” da Avenida Beira Rio. (Figura 25).

Figura 25 – Itumbiara (GO): Reportagem sobre as obras na Avenida Beira Rio. Março 2013



Fonte: Jornal Estadão de Goiás. 2014.

A reportagem *Obras Ilusionista ou Fantasirosa na cidade de Itumbiara*, realizada pelo Jornal Estadão de Goiás, traz algumas das promessas feitas pelos políticos há oito anos, que, até o momento, não foram concluídas, as quais, são lembradas por alguns moradores, quando entrevistados pelo jornal. Transcrevemos alguns trechos da reportagem:

Teríamos o maior e mais moderno aterro sanitário de goiás: com usina de reciclagem, associação de catadores de papéis... lançaram a pedra

fundamental no primeiro ano de governo do Zé Gomes, fizeram propaganda, soltaram foguetes, compraram a área, mas: cadê o aterro sanitário de Itumbiara?

Teríamos pier-beira-rio: obra ilusionista, populista, fantasiosa, maravilhosa, se sáísse do papel, fizeram propagandas, soltaram foguetes, inauguraram a pedra fundamental, deram nome ao Pier (João Gilberto Motta) mas: cadê o Pier?

Teríamos o farol da beira-rio: não temos navios, mas o ilusionismo do passado achou melhor construir uma coisa inconsertável, um farol no cartão postal de Itumbiara (o trono do rei), mas: cadê o farol da beira-rio?

Teríamos um curso de medicina em Itumbiara, um projeto do governo federal para médico, cursos de medicina para cidades com mais de 200 leitos hospitalares, teríamos mais de 200 leitos hospitalares, se o hospital regional de Itumbiara tivesse vindo, mas: cadê o projeto e a área do hospital Chico Balla?

Diante de tantos teríamos; o que podemos imaginar dos políticos de Itumbiara, eleições estão vindo aí, com certeza eles bateram de novo na sua porta, cobre deles as obras paradas, inacabadas ou nem realizadas em Itumbiara. (JORNAL ESTADÃO DE GOIÁS, 2013, p. 1).

Figura 26 – **Itumbiara (GO): Vista aérea da Avenida Beira Rio, quadras esportivas** – Sem data.



Fonte: DECOM – Departamento de Comunicação de Itumbiara. 2014.

Figura 27 – Itumbiara (GO): Avenida Beira Rio, convivência da população – Sem data.



Fonte: DECOM – Departamento de Comunicação de Itumbiara. 2014.

Um estudo envolvendo o projeto de revitalização da Avenida Beira Rio, em Itumbiara, feito por Gorski¹ (2007), tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o projeto de revitalização parcial da orla do rio Paranaíba, na sua travessia pela cidade de Itumbiara, sobre a interface cidade-rio e sobre como a legislação que estabelece as APP de cursos d'água, quando enrijece a dinâmica urbana, pode se tornar ineficaz para coibir a degradação ambiental.

O projeto de revitalização da orla foi desenvolvido por uma equipe composta de urbanistas, arquitetos e paisagistas, na Secretaria Municipal de Planejamento de Itumbiara, no período de 2005 a 2006. A licitação e a contratação do projeto partiram da decisão do Prefeito e de seus assessores de recuperar, no âmbito de seu território administrativo, o rio e sua orla.

¹ Maria Cecília Barbieri Gorski - gorski@ajato.com.br. Arquiteta e urbanista pela Universidade Mackenzie - São Paulo, formada em 1976. cursando o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie a partir de fevereiro de 2006. Sócia diretora desde 1981 da Barbieri & Gorski Arquitetos Associados S/C LTDA, especializada em projetos de lazer e arquitetura paisagística. Foi professora de Paisagismo e Controle Ambiental da Pontifícia Universidade Católica - Campinas, SP de 1979 a 1985, e presidente da ABAP - Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, no período de 1995 a 1998.

O projeto, além de atender à demanda funcional, propôs-se estabelecer alguns elementos referenciais na paisagem urbana, tanto para o usuário de terra quanto para o usuário da água. (GORSKI, 2007).

Em seu trabalho, Gorski (2007), estruturou o desenvolvimento de sua metodologia a partir dos parâmetros do Plano Diretor local, das demandas explicitadas pela população, em seminários, e das exigências da legislação das APP de cursos d'água.

Segundo Gorski (2007), a população de Itumbiara, nas diversas reuniões realizadas, demonstrou preocupação com a ação do homem sobre o meio ambiente, principalmente com a poluição crônica de suas águas superficiais e com a destruição de sua vegetação natural. Essa preocupação da sociedade estabelece, para o Plano Diretor, a dimensão cultural com respeito à sustentabilidade ambiental. Este fato determina que as ações propostas em favor do meio ambiente não poderão ser somente restritas à sua proteção.

O Plano Diretor, ao contrário, propõe ações transversais relativas à habitação, desenvolvimento econômico, mobilidade e novas urbanizações. São, portanto, domínios setoriais que deverão respeitar o meio ambiente, na forma proposta pelo eixo estratégico do meio ambiente. (GORSKI, 2007, p. 23).

No estudo apresentado pela autora, o Plano Diretor indicou a revitalização da orla e a recuperação das águas do Paranaíba como um projeto especial, levando em conta o resultado dos seminários e debates realizados com os representantes da sociedade civil presentes às reuniões para sua elaboração, ocasião em que se detectou, nitidamente, a importância do rio como o marco de identidade urbana, ao se dar início ao projeto.

Podemos dizer, como sugestão, que uma possível saída, ou reversão aos danos oriundos dessa condição seria a realização de um planejamento e uma gestão integrada dos recursos ambientais, em especial da água, tendo a bacia hidrográfica como unidade básica de gestão. Como também a necessidade de recuperar o passivo ambiental estabelecido evidenciado no Plano Diretor, Cap III, Art 18, I – “Meio Ambiente: Valorizar, recuperar e proteger os recursos naturais e o patrimônio construído”.

De posse de levantamento planialtimétrico e fotos aéreas, e em visitas de reconhecimento, verificou-se que a área existente entre o leito do rio e a Avenida Beira Rio apresentava declividade variável, sem remanescentes da mata ciliar original, com a presença de vegetação arbórea disposta em manchas esparsas e forração de gramíneas. Nos trechos mais planos havia a presença de algumas edificações, invadindo as áreas de APP. (GORSKI, 2007).

A intervenção proposta pelo trabalho previu a remoção dessas edificações, respeitando os parâmetros definidos pela APP, que balizaram o desenvolvimento do projeto, ao estabelecer os limites de permeabilidade do solo na faixa lindeira ao rio e a característica dos equipamentos passíveis de serem implantados.

[...] a reabilitação ambiental das APPs urbanas deve ter como princípio fundamental a criação de um sentido de lugar, de um espaço onde é possível exercer a cidadania, privilegiando projetos e desenhos urbanos que estejam interrelacionados aos processos naturais dos rios e dos sistemas de áreas verdes. Assim é possível conciliar a promoção da qualidade de vida à conservação dos recursos naturais. (SERVILHA et al, 2006, p. 5-6).

A imagem da cidade, que se pretende difundir, está lançada. Sendo assim, esse lugar, onde todos podem democraticamente estar e conviver, onde as diferenças não têm importância, torna-se, então, um símbolo ideal, tanto de beleza natural quanto da diversidade e pluralidade que é “preciso” alcançar, na busca pela “qualidade de vida”. Entretanto, o turismo, por si só, parece não ser justificativa suficiente para que se invistam vários milhões, em apenas um local da cidade. A Avenida Beira Rio vai sendo colocada como solução para a falta de espaços de lazer e, mesmo que se saiba que grande parte dos moradores terão dificuldades para seu acesso – pela distância, falta de dinheiro para o transporte –, a ideia que se formula é a de um lugar que vai “agradar a todos”. (MARINHO, 2011).

Torna-se inegável a evolução da Avenida Beira Rio nas últimas quatro décadas, vista de forma positiva por todos que fazem parte de sua história, como os

frequentedores. Entretanto, essa evolução trouxe, em maior evidência, problemas socioeconômicos, apontados pelos moradores entrevistados, como a questão da falta de uma melhor eficiência no gerenciamento dos resíduos (lixo) na cidade, a ineficiência do saneamento básico em alguns pontos, trazendo prejuízos à população que, em parte, questiona o dinheiro investido na “revitalização” da Avenida e os problemas mais emergentes, esquecidos pelos governantes, conforme evidenciado nas reportagens mencionadas anteriormente.

O gerenciamento dos resíduos sólidos na cidade de Itumbiara ainda se apresenta de forma primária, não sendo verificadas ações mais concretas e eficientes para o tratamento adequado desses resíduos. A publicação do Jornal Diário de Itumbiara, em reportagem, relata que no período de 2001 a 2004, o município de Itumbiara já debatia sobre medidas para adequação do Aterro Controlado, localizado nas margens da BR 452, tendo como objetivo transformá-lo em um Aterro Sanitário, dentro dos padrões exigidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), como em concordância com diretriz aprovada no Plano Diretor da cidade, Cap III, Art. 18, inciso II, promover ações articuladas de saneamento a partir de planos setoriais de abastecimento d’água, esgotamento sanitário, drenagem e gerenciamento dos resíduos sólidos. (DIÁRIO DE ITUMBIARA, 2013).

A reportagem abaixo demonstra o quanto a cidade necessita fomentar práticas ambientais, com uma estruturação eficaz por parte do município em relação a questão de tratamento de resíduos sólidos, na cidade de Itumbiara:

No aterro sanitário do município, já comprometido e a espera de mudanças, outros homens ganham a vida tentando reciclar um pouco das milhares de toneladas de lixo que são despejadas todos os dias. Já foram investidos mais de R\$ 400 mil em uma nova área e há uma promessa de se fazer um investimento de R\$ 5 milhões e criar novo Aterro, com galpão, com Cooperativas, com condições da realização de reciclagem do lixo. Por enquanto, homens e lixo se reciclam pela cidade. Alguns vão sobrevivendo sem nenhum programa social ou de controle na reciclagem do lixo, ganhando alguns reais para o dia a dia. Outros não se reciclam e se perdem no meio do caminho. O lixo e os homens. (DIÁRIO DE ITUMBIARA, 2013, p.1).

A imagem negativa dos aspectos apresentados anteriormente pode ser amenizada, quando se evidencia práticas ambientais, como o projeto desenvolvido pela Usina Hidrelétrica de Itumbiara, denominado Projeto Estação Reciclar. O projeto teve início em 2005, com um trabalho de conscientização junto às escolas e uma pesquisa domiciliar, sendo implementado primeiramente na usina, e ampliado para outras empresas da cidade, o que possibilitou a reciclagem de 35 toneladas de materiais. Os recursos arrecadados foram revertidos na capacitação de seis catadores, aluguel de um imóvel para o Centro de Triagem, aquisição de uma caminhonete usada, um reboque adaptado para a coleta seletiva, prensa, balança, empilhadeira e equipamentos de proteção individual (EPIs). (REVISTA DE FURNAS, 2008).

A segunda etapa foi a coleta residencial sistemática de “porta em porta”, realizada em cinco bairros (Vila Residencial de Furnas, Village Beira Rio, Jardim Primavera, Jardim Morumbi e bairro Brasília), na cidade de Itumbiara. Os moradores foram instruídos a não colocar no lixo comum o material que pode ser reaproveitado, como plásticos, papéis, papelão, alumínio, vidros etc.

Esses produtos são recolhidos pelos coletores do projeto, e o que sobra é um volume bem menor, como restos de comida, toalhas de papel e outros não recicláveis, reduzindo assim o lixo que vai para o aterro sanitário da cidade, preservando o meio ambiente”, explica o coordenador do projeto, o voluntário Nilson Britto. (REVISTA DE FURNAS, 2008, p.29).

A beleza de uma cidade traz encantamento e satisfação para turistas e pessoas que possuem o hábito de aproveitá-la, sendo olhada como um cartão postal. Já as pessoas que passam por problemas na área da saúde, transporte, emprego, saneamento básico e outros problemas sociais, quase não percebem esse ambiente, construído para uma realidade totalmente oposta à sua. A preocupação com a parte de lazer, entretenimento, esporte, convivência com a família, bem estar é de extrema importância para a população, mas não deve ser tratada como prioridade por parte dos

governantes, no momento de planejar suas ações emergenciais.

Os questionamentos realizados com os moradores entrevistados trouxeram respostas que coincidem com os objetivos levantados neste contexto. A falta de melhor gestão do lixo na cidade, como a questão de uma melhor eficiência no tratamento de esgoto foram um dos principais pontos levantados e que serão mais bem contextualizados na apresentação e discussão dos resultados.

De forma que será apresentada no próximo capítulo a técnica utilizada, sendo a entrevista, como a amostragem aplicada na presente pesquisa.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Segundo Del Rio (1996), as particularidades dos estudos de percepção ambiental e o seu surgimento relativamente recente e sua interdisciplinaridade, fazem com que não haja uma metodologia nem um instrumento de medição que possa ser considerado o mais indicado. (COSTA, 2011).

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, na qual este trabalho se desenvolve, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa. Interessa aquilo que é sabido, posto em dúvida, amado, odiado etc. (Bochenski, 1962 apud GIL, 2008). O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito. (GIL, 2008).

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. “As técnicas de pesquisa mais utilizadas são, portanto, de natureza qualitativa e não estruturada” (Gil, 2008, p. 15).

A origem das pesquisas de natureza qualitativa iniciaram-se em oposição ao positivismo clássico, que vê o conhecimento científico como uma fotografia do real, objetiva e neutra, correspondendo ao único conhecimento infalível e verdadeiro (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 1999). A crítica ao positivismo parte dos filósofos e pensadores sociais, a partir da segunda metade do século XIX, pois entendiam que a vida social humana, comparada com as ciências físicas, além de incorreto, podia destruir o que representa a essência da vida social humana (SANTOS FILHO, 2000). Apoiada nessas premissas, a técnica da pesquisa qualitativa justifica-se, principalmente por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999 apud ALVES; RAIMUNDO, 2009).

De forma que a característica principal de uma pesquisa qualitativa é a interpretação, pois parte do pressuposto que as pessoas investigadas agem em função de suas crenças, percepções sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, que não é desvendado de modo imediato. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 1999). Empregando esse tipo de pesquisa, pode-se descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais com maior profundidade. (RICHARDSON, 1999, apud ALVES; RAIMUNDO, 2009).

As pesquisas de percepção ambiental, em sua maioria utilizam estratégias, métodos e instrumentos diversificados e muitas vezes complementares. As principais técnicas utilizadas nesses trabalhos são mapas mentais (LYNCH, 1998), questionários e entrevistas (MACHADO, 1996).

A presente pesquisa possui cunho qualitativo, com enfoque na fenomenologia, como já descrevemos, onde a principal fonte de informação é o sujeito, sendo realizada por meio de entrevista semiestruturada, trabalhada, individualmente, com cada entrevistado, tendo a

mesma sequência, com as mesmas palavras, por meio de um questionamento composto por elementos diferentes a serem analisados, trabalhados.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al., 1967, p. 273 apud GIL, 2008).

LIMA (2003, p. 16-17) descreve vantagens para a utilização da entrevista e para o levantamento de dados frente a outras técnicas, visto que:

- possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, incluindo assuntos complexos ou de alta carga emocional;
- permite conhecer a atitude, preferência ou opinião do entrevistado a respeito de determinado assunto sobre o qual aquele indivíduo seja fonte segura ou exclusiva;
- é muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- os dados obtidos podem ser classificados e quantificados;
- não exige que o entrevistado saiba ler e escrever;
- possibilita um maior número de respostas, considerando-se que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a responder a uma entrevista;
- existe possibilidade de flexibilidade para esclarecer dúvidas, fazer adaptações, para facilitar o entendimento ao entrevistado;
- permite ao entrevistador observar e analisar a expressão corporal do entrevistado e a situação geral, durante a entrevista.

Também são apresentadas as desvantagens do uso da técnica de entrevista:

- falta de vontade do entrevistado em responder à entrevista;
- possibilidade da não compreensão das perguntas, mesmo após a flexibilização pelo entrevistador;
- respostas falsas;
- inabilidade do entrevistado em formular as respostas, em decorrência da falta de vocabulário ou por problemas diversos;
- influência exercida pela aparência pessoal do entrevistador;
- influência de opiniões pessoais do entrevistador, consciente ou inconscientemente, sobre as respostas do entrevistado;
- custos relativamente altos para a produção de roteiros de entrevista, treinamentos de pessoal e aplicação de entrevistas.

As limitações apresentadas poderiam implicar, de forma negativa, a qualidade das entrevistas; porém, diante da flexibilidade de características da técnica e um planejamento da pesquisa, tentamos minimizar os impactos, para que eles fossem ignorados. Não podemos afirmar que não houve falhas; porém, diante das verificações, visualiza-se, de forma positiva, a técnica utilizada.

Em relação ao método de pesquisa nota-se que, nas formas “livre” ou “semiestruturada”, o método permite o surgimento de dados qualitativamente importantes, condicionantes ao desenvolvimento de qualquer pesquisa. A adequada colocação entre as formas de coleta, organizando o processo sem, no entanto, evitar o surgimento de interferências espontâneas do entrevistado, além de aumentar o conteúdo de avaliação e aprimorar o processo permite o descobrimento de elementos antes não pensados pelo pesquisador.

3.1. Os Sujeitos da Pesquisa

Em concordância com as bases teóricas da pesquisa e com os objetivos propostos, foram considerados sujeitos desse estudo os moradores entrevistados, localizados na Avenida Beira Rio ou na sua proximidade. A idade considerada para a realização das entrevistas foi a partir dos 18 anos, segundo critério adotado, já que Piaget (1976) nos diz que é a partir dessa idade que se concretiza a formação e a interpretação simbólica, a subjetividade. Corroborando, Tuan (1980) afirma que as crianças e adolescentes apresentam ainda uma percepção muito parcial do meio, podendo interferir nos questionamentos da pesquisa.

A escolha dos indivíduos ocorreu por meio de amostragem não probabilística de conveniência ou acessibilidade. Vieira (1980 apud NEHME, 2008), considera que esta ocorre quando se utilizam elementos da amostra que podem oferecer as informações necessárias e que estejam mais disponíveis para participar do estudo. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo (GIL, 2008), oposta à amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação à população total.

A representatividade na pesquisa qualitativa pode ser definida, a partir de recursos aleatórios para fixar uma amostra. (TRIVIÑOS, 1987). Portanto, o encerramento da coleta de informações foi definido de acordo com “o ponto de redundância”, sugerido por Alves Mazzotti e Gewandsznajder (2002), para escolha dos participantes, que se constituiu no momento da coleta de dados, quando as informações já obtidas são suficientemente confirmadas e que o surgimento de novos dados torna-se cada vez mais escasso, assim não mais justificando a inclusão de novos elementos. (COSTA, 2011).

A presente pesquisa foi realizada na Avenida Beira Rio, em horários e períodos aleatórios, não se tendo como quantificar os frequentadores do local. Nesse contexto, é admitido que estes possam representar um universo (estudos exploratórios ou qualitativos). (LEVY; LEMESHOW, 1980; LWANGA; LEMESHOW, 1991).

Foram realizadas 120 entrevistas, após reestruturação/adequação do questionário (com 22 questões, mesclando abertas e fechadas). Essa reestruturação se deu posteriormente à realização do pré-teste, realizado com oito entrevistados.

Como descreve Martins (2004), uma característica que está presente na definição dos métodos qualitativos é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

Na realização de qualquer estudo, é praticamente impossível examinar todos os elementos da população de interesse. Geralmente se trabalha com uma amostra da população, de forma consistente. (MAROTTI, 2008). É errôneo pensar que, em caso de acesso a todos os elementos da população, haja mais precisão. Os erros de coleta e manuseio de um grande número de dados são maiores que as imprecisões de quando se generalizam, via inferência, as conclusões de uma amostra bem selecionada (CORREA, 2006).

Para Oliveira (2001), há duas grandes divisões no processo de amostragem: a probabilística e a não probabilística.

- **Amostragem probabilística:** é a única forma que permite planos de amostra representativa. Permite que o pesquisador estime até que ponto os resultados baseados em sua amostra tendem a diferir dos que seriam encontrados por meio do estudo da população. São amostras consideradas rigorosamente estatísticas. (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 1996; PEREIRA, 2003);
- **Amostragem não probabilística:** tem como característica principal não fazer uso de formas aleatórias de seleção; torna-se impossível a aplicação de formas estatísticas para cálculo. É usada quando não se conhece o tamanho do universo e os indivíduos são selecionados por critérios subjetivos do pesquisador (ARIBOMI; PERITO, 2004; GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 1996).

Nesse breve resumo envolvendo a aplicabilidade da amostragem, encontramos inseridos nas características presentes em uma abordagem não probabilística do tipo de amostra por acessibilidade ou por conveniência, como já citamos, a qual, segundo Oliveira (2001), apresenta-se destituída de qualquer rigor estatístico. De modo que utilizamos uma amostra por conveniência, no intuito de garantir uma representatividade de vários segmentos sociais (bairros e profissões), na tentativa de concluir o trabalho com um embasamento sólido e que venha ao encontro das indagações propostas.

3.2. Instrumentos da Pesquisa

No tipo de pesquisa apresentado e na modalidade proposta, é sempre necessário que o pesquisador seja aceito pelo grupo, pela comunidade, para que se coloque, ora na condição de partícipe, ora na de observador. É o que Bronislaw Malinowski (1978) *apud* Martins (2004) chamava de “a necessidade de mergulhar na vida do outro”, para que essa vida possa, em alguma medida, ser reconstruída.

Essa pesquisa contou, ainda, com os seguintes recursos para a coleta de dados:

- **Levantamento Bibliográfico:** deu-se na identificação de referências que podiam auxiliar, no decorrer da pesquisa, dentre as quais puderam ser relacionadas: a verificação/análise de dissertações, teses, artigos, jornais, revistas, pesquisa documental e fotográfica *in loco* nos órgãos públicos, como a Prefeitura, o Museu Municipal, a Biblioteca Pública, a empresa privada responsável pela publicação de eventos na cidade (DECOM); como a obra da Avenida Beira Rio, censos e estatísticas estaduais, dentre outras, a fim de se obterem subsídios de fontes diversas, buscando melhor qualidade ao trabalho. Tentamos, também, buscar trabalhos realizados na cidade em relação a questões ambientais. Entretanto,

não se obteve muita diversidade, mas cada conteúdo apresentado teve sua parcela de importância.

- **Adequação das questões para aplicação das entrevistas:** inicialmente, foi realizado um pré-teste, com questões semiestruturadas, seguido de anotações paralelas, para avaliação. Posteriormente, após a reelaboração das questões, as entrevistas foram aplicadas com os moradores, escolhidos de forma convencional, em pontos estratégicos da Avenida Beira Rio e entorno. Para as anotações, foi utilizado um diário de campo, em que registramos as observações e indagações pertinentes ao estudo, para posterior composição textual.

A entrevista foi constituída de três partes (Apêndice A). Primeiramente, constam informações para registro de dados pessoais dos sujeitos, com questões fechadas: sexo, idade, naturalidade, escolaridade, profissão e bairro de residência. Questões de 01 a 06.

Nas questões consideradas fechadas, pode-se prever a resposta entre um grupo de possibilidades, o que gera uma formação de categorias pré-definidas, tendo como vantagem a redução do tempo de aplicação e de quantificação dos resultados. Entretanto, também possuem algumas desvantagens, como limitar as respostas que não estavam previstas, podendo induzir à escolha de uma resposta a partir do conhecimento das opções existentes ou ainda estimular um preenchimento rápido do questionário, não caracterizando, assim, a realidade, com relação às informações desejadas.

Posteriormente, abordamos os questionamentos relacionados à percepção ambiental dos sujeitos. Dentre os vários conceitos atribuídos, podemos ressaltar a questão das relações entre o homem e o meio ambiente (cidade de Itumbiara e seus moradores) - como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera dele, como o utiliza e sua ação cultural sobre esse meio. Percebe-se a correlação da conceituação, com estruturação das questões propostas. Questões 07 a 14. Finalizando, foram discutidas as

questões em relação à Avenida Beira Rio, envolvendo tanto a PA como a avaliação física da obra implementada. Questões 15 a 22.

[...] a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção sensível, estamos cientes de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. Essa propriedade de ser autocontido com relação ao pensamento está na base da ciência natural... cujas relações mútuas prescindem da expressão do fato e do que se pensa acerca das mesmas. (WHITEHEAD, 1994, p. 09 apud CUNHA; LEITE, 2009).

Os questionamentos ligados à percepção ambiental foram elaborados a fim de buscar o entendimento, por parte dos moradores, em relação às questões ambientais da cidade e da Avenida Beira Rio, se estão inseridas nas diretrizes do Plano Diretor e se são colocadas à disposição da população, possuindo questões tanto fechadas como abertas, sendo estas em maior quantidade.

As questões abertas buscaram respostas mais subjetivas, sem nenhuma tendência preestabelecida, sem direcionamento ao entrevistado para uma resposta já definida. Entretanto estas, na maior parte, tornam-se mais cansativas e aumentam o tempo de aplicação do questionário e da análise da quantificação dos resultados.

Conforme Amorim Filho (2006), o estudo de percepção ambiental de comunidades locais e no entorno onde são implantadas Unidades de Conservação, ou qualquer outro tipo de empreendimento, é de suma importância, pois possibilita levantar informações relevantes para tais comunidades, para os empreendedores, assim como para que a implantação aconteça dentro da lei, sem prejuízos para o meio ambiente. É necessário que se comece pelos elementos de composição social, ou seja, históricos, culturais, socioeconômicos. Também é necessário observar a situação dos recursos naturais, a visão de natureza tida pela comunidade, entre outros fatores, que podem ser pontuais ou não.

3.3. Coleta de Dados

Antes de iniciar as entrevistas, foi levado em consideração o cuidado com a utilização da informalidade no vestuário, e com a simplicidade na fala, para esclarecer a razão das perguntas em relação às questões ambientais na cidade. Apresentou-se a relevância da pesquisa, a Universidade vinculada e o esclareceu-se que a pessoa dispunha do tempo que considerasse necessário para responder, evitando o constrangimento ou uma possível incompreensão ao entrevistador. Da mesma forma, ao esclarecer as dúvidas, tivemos o cuidado em não influenciar nas respostas.

As entrevistas ocorreram em períodos espaçados, ficando da seguinte forma: no ano de 2013, nos meses de fevereiro a junho, alternando horários pela manhã (07h30 às 12h30) e pela tarde (14h00 às 19h30), em dias da semana. O restante das entrevistas ocorreu de fevereiro a maio de 2014, nos mesmos períodos já citados, sendo em algumas semanas aos sábados (a partir das 16h00) e/ou domingos (a partir das 09h00), tendo ocorrido um maior número de entrevistas, nesse período, pela disponibilidade de tempo das pessoas em respondê-las, pois, nos fins de semana, aproveitamos a movimentação da feira local da cidade, onde ocorria um maior fluxo de indivíduos.

Uma dúvida, quase que em todas as entrevistas, foi em relação às questões envolvendo os assuntos ambientais e a avaliação da obra (Avenida Beira Rio), pois alguns manifestavam receio de transmitir seus pensamentos, por envolver questões políticas. Para esses casos, foi esclarecido o caráter acadêmico-científico desta pesquisa.

A exposição dos dados obtidos será explanada no próximo capítulo onde trabalharemos a relação dos resultados alcançados com a parte conceitual proposta nessa pesquisa, envolvendo a percepção ambiental.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa qualitativa, o tratamento das informações obtidas por entrevistas constitui o momento mais complexo da pesquisa. (ROSA; ARNOLDI, 2008). Nesse momento, pode ser evidenciado o sucesso ou fracasso do trabalho, visto que se busca uma apreensão profunda de significados das falas do sujeito, que exigem grande atenção na interpretação dos dados e envolvimento do pesquisador com as colocações teóricas escolhidas e a área de estudo. (COSTA, 2011).

Neste trabalho, os resultados e a discussão estão centrados nas 120 entrevistas realizadas, conforme amostragem descrita no Capítulo 3.

4.1. Caracterização Social do Entrevistado:

A primeira parte da entrevista consta a idade, gênero, naturalidade, escolaridade, profissão e bairro onde mora o sujeito, representada nas questões de 01 a 06.

Na pesquisa, a identidade do participante foi preservada, a fim de evitar qualquer constrangimento ou recusa por parte do entrevistado.

A faixa etária da maior parte dos entrevistados está entre os 25 – 49 anos (56%). Diante dessa característica, foi-nos permitido avaliar que esses indivíduos apresentaram maior pré-disposição no momento da abordagem da entrevista, como também podemos levantar que essa faixa etária pode representar um grupo, dentre os entrevistados, detentor de mais conhecimentos, experiências vividas, como uma maior participação de experiências dentro do

contexto histórico da cidade, podendo melhor avaliar os questionamentos colocados, em comparação aos demais (11% de 18 a 24 anos e 33% de 50 a 80 anos. Tabela 1).

Tabela 1 – Itumbiara (GO) - Distribuição de número de entrevistados em faixa de idade, 2014.

Idade em anos	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
18 - 24	13	11
25 - 49	67	56
50 - 80 ou mais	40	33

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

O gênero dos entrevistados foi abordado na questão 02. Foram entrevistados 52 homens e 68 mulheres. Mesmo sendo maior o percentual de mulheres (57%) dentro do grupo entrevistado, verifica-se que a questão do gênero não foi relevante e nem pode ser considerada como condicionante para que houvesse algum tipo de alteração nas respostas obtidas na presente pesquisa. Verifica-se que os níveis de conhecimento sobre os assuntos abordados eram de interesse e preocupação geral, independente do entrevistado ser homem ou mulher. (Tabela 2).

Tabela 2 – Itumbiara (GO) - Distribuição dos entrevistados por gênero, 2014.

Gênero	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
Masculino	52	43
Feminino	68	57

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Quanto à questão da naturalidade, foi levantado que 84,2% dos entrevistados nasceram em Itumbiara, podendo-se considerar uma representatividade alta em relação aos

nascidos em outras cidades, com apenas 15,8%. Esse fator pode ser verificado como determinante, tendo influência nas respostas de algumas questões específicas, como: “**Qual a importância do rio Paranaíba para você?**”; “**Como avalia a obra feita às margens da Bacia do rio Paranaíba?**”. “**O que você acha que poderia ser feito para melhorar a Avenida Beira Rio?**”. Nos resultados obtidos levantados, constatou-se que os sujeitos nascidos em Itumbiara apresentam uma relação de maior envolvimento de sentimentos, com a cidade e o rio Paranaíba, demonstrando maior interesse em participar da pesquisa. Nessas questões, buscamos essa relação afetiva, sustentada na subjetividade, pois, segundo Chauí (1998), a relação entre o objeto e aquele que o percebe é essencial para explicar a percepção apresentada por um indivíduo. (Tabela 3).

Tabela 3 – Itumbiara (GO) - Naturalidade dos entrevistados, 2014.

Local de Nascimento	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
Itumbiara - GO	101	84,2
São Paulo - SP	3	2,5
Araguari -MG	2	1,7
Araporã - MG	3	2,5
Panamá - GO	1	0,8
Goiatuba- GO	2	1,7
Taquaral - GO	2	1,7
Tupaciguara – MG	4	3,3
Anápolis - GO	1	0,8
Valente - BA	1	0,8

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Na tabela 4, o grau de instrução dos entrevistados demonstrou uma representação maior para o ensino médio completo, com 48%, e superior completo (38%), não tendo relação com o nível de respostas elaboradas. Nem sempre um morador, por ter ensino superior completo, soube compreender melhor do que os moradores com menor grau de instrução. Entretanto, pôde ser verificada a relação do grau de instrução com as profissões destacadas: vendedores (25,8%), funcionário público (18,3%), administrativo (7,5%), autônomo (9,2%), recepcionista (7,5%). Tabela 5.

Pode-se destacar que não houve percentual para indivíduos analfabetos. Consideramos este um ponto positivo e relevante para a pesquisa, tanto quanto para as questões sociais da cidade.

Tabela 4 – Itumbiara (GO) - Demonstrativo do nível de escolaridade dos entrevistados, 2014.

Nível de Escolaridade	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
Não sabe ler	-	-
Fundam. Incompleto	1	0,9
Fundam. Completo	-	-
Ensino médio completo	58	48
Ensino médio incompleto	2	1,7
Ensino superior completo	46	38
Ensino superior incompleto	13	10,9

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Tabela 5 – Itumbiara (GO) - Distribuição das profissões e/ou cargos dos entrevistados, 2014.

Profissão/Cargo	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
Técnico Agropecuário	2	1,7

Técnico Seg.Trabalho	1	0,8
Aux. Almoхарife	4	3,3
Administrativo	9	7,5
Dentista	1	0,8
Escrevente Cartório	1	0,8
Operador Carregamento Açúcar	1	0,8
Líder de campo	1	0,8
Funcionário Público	22	18,3
Aposentado	1	0,8
Estudante	2	1,7
Professor	1	0,8
Vendedor	31	25,8
Auxiliar Agrícola	1	0,8
Conferente	1	0,8
Agente Comunitário	1	0,8
Operador de Máquina	2	1,7
Comerciária	2	1,7
Auxiliar de Cortadeira	1	0,8
Engenheiro Agrônomo	2	1,7
Professor Educação Física	2	1,7
Autônomo	11	9,2
Técnico em Manejo	1	0,8
Tratorista	1	0,8

Assistente de Câmara	1	0,8
Auxiliar Veterinário	1	0,8
Motorista	1	0,8
Encarregado de produção	1	0,8
Engenheiro Civil	1	0,8
Pedagoga	1	0,8
Líder	1	0,8
Farmacêutica	1	0,8
Recepcionista	9	7,5
Diretor Comercial	1	0,8

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

A cidade de Itumbiara possui 66 bairros no total, como demonstrado no MAPA 2 e (Tabela 6). Dessa quantidade, foi possível coletar informações de indivíduos residentes em 28 bairros diferentes, aplicando a amostragem não probabilística, como mencionado no Capítulo 3. As maiores representações foram dos bairros Paranaíba (15,8%), Centro (15,0%) e Vila de Furnas, com 10,0%. Esses resultados nos chamaram atenção para reflexões como a relação de proximidade dos bairros citados com o objeto de estudo, a Avenida Beira Rio. Provavelmente os indivíduos que residem mais próximo à Avenida têm mais acesso a ela; entretanto, esse fator não foi determinante, ou influenciou os sujeitos entrevistados, no caso de não frequentarem a Avenida; o fator foi **falta de tempo**. (Tabela 15).

Tabela 6 – Itumbiara (GO) - Apresentação dos bairros de residência dos entrevistados, 2014.

Bairro Onde Residem	Nº de Entrevistados	Percentual (%)
----------------------------	----------------------------	-----------------------

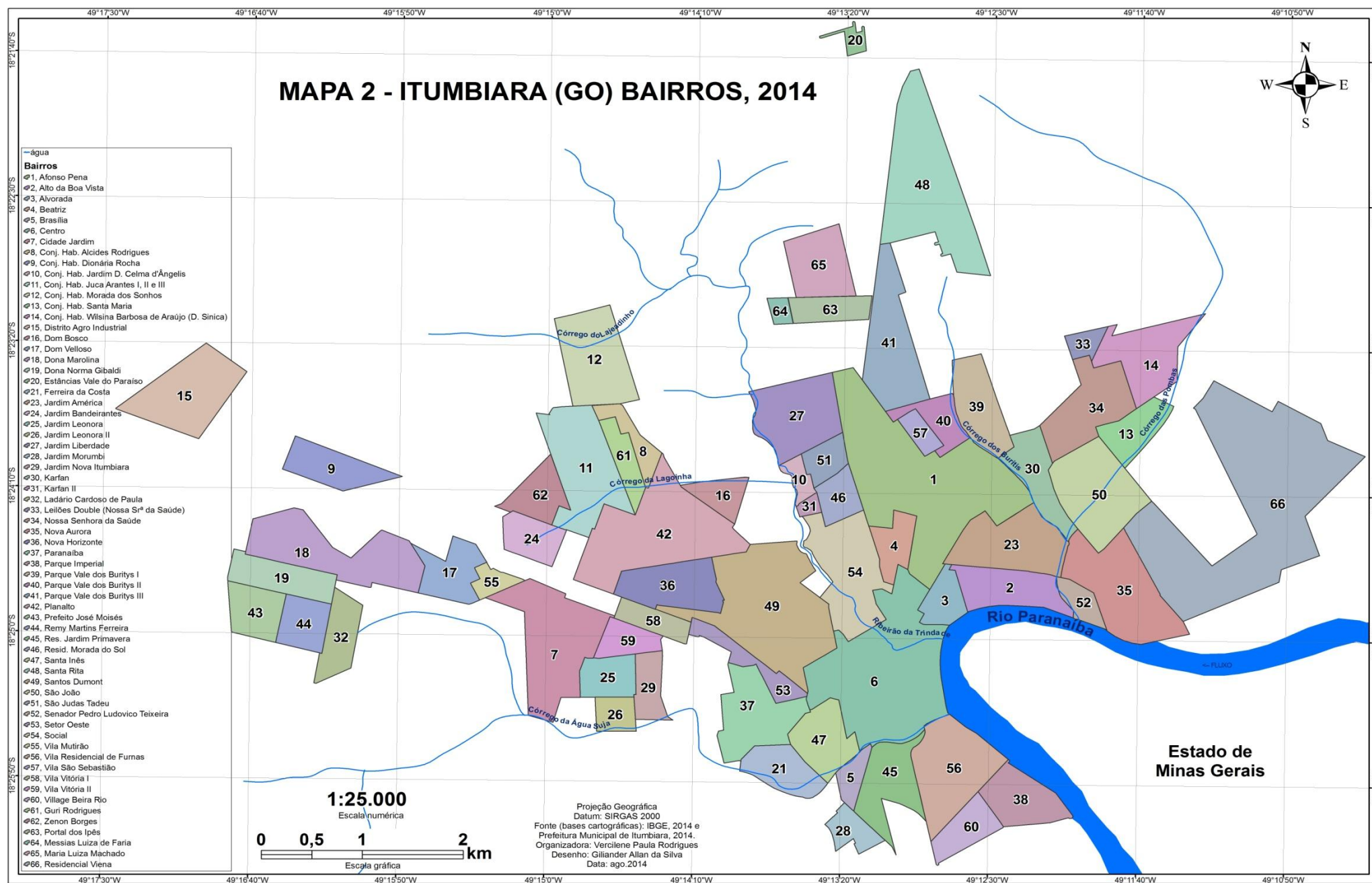
Village Beira Rio	2	1,7
Santos Dumont	2	1,7
Vila de Furnas	12	10
Centro	18	15
Bairro Trindade	2	1,7
Planalto	7	5,8
Bela Vista	2	1,7
Paranaíba	19	15,8
Alto da Boa Vista	12	10
Vila Vitória	2	1,7
Novo Horizonte	2	1,7
Afonso Pena	10	8,3
Dom Bosco	1	0,8
Jardim Bandeirante	1	0,8
Buriti III	4	3,3
Brasília	8	6,7
Cidade Jardim	2	1,7
São Judas Tadeu	1	0,8
Marolina	1	0,8
Reni Martins	1	0,8
Dom Veloso	1	0,8
Santa Inês	4	3,3
Jardim América	1	0,8
Jardim Morumbi	1	0,8

Parque dos Buritis	1	0,8
Nossa Senhora da Saúde	1	0,8
Social	1	0,8
Nova Aurora	1	0,8

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

4.2. Percepção dos entrevistados sobre a qualidade de vida e o meio ambiente na cidade de Itumbiara - GO

Após a caracterização social dos entrevistados, procuramos demonstrar os resultados entre as interrelações homem – meio ambiente. Segundo Tuan (1980, p. 92), cada indivíduo ou comunidade percebe seu meio de acordo com suas necessidades e/ou sua cultura; assim como os pigmeus do Congo dão tanta importância aos sons, pois sua floresta não lhes permite vislumbrar extensas paisagens, os índios do sudoeste americano viram seus olhares para os céus (TUAN, 1980. p. 94), ou seja, existem percepções diferenciadas da natureza, e isso inclui o fator espaço-temporal. Os indivíduos, as comunidades e as sociedades percebem os espaços e o tempo de forma diferenciada, de acordo com suas crenças, costumes e valores.



Nesse contexto, os resultados dispostos a seguir são referentes às questões de 07 a 14, sendo abordados, primeiramente, sobre a questão da qualidade de vida e como esses indivíduos avaliam e percebem os fatores ambientais na cidade de Itumbiara. Diante dessa proposta, na pesquisa, consideramos que Guimarães (2005), em seus estudos sobre qualidade de vida, apresenta, de início, as reflexões de Wilhelm (1976, p. 133-135), que entende “qualidade de vida” como sensação de bem estar do indivíduo, onde há variação de múltiplos aspectos e dos fatores objetivos e subjetivos, externos ou internos, que se relacionam em contínua interatividade, influenciando o bem estar individual e coletivo, em suas várias dimensões (física, biológica, ecológica, cultural, psicológica, geográfica, etc.).

O ambiente pode influir sobre ambas as categorias de fatores (objetivos e externos como subjetivos e internos), mas com eficiência diversa e em momentos diversos. Por outro lado, há fatores que independem do ambiente circundante, pois se relacionam, seja com estruturas psicológicas, em seus aspectos mais profundos, seja com condicionamentos econômicos básicos. (GUIMARÃES, 2005).

Percebe-se que a esfera subjetiva de percepção engloba sentimentos e juízos de valor dos indivíduos. Isso é atrelado à carga cultural do sujeito, ao ambiente e local em que ele vive e às condições de desenvolvimento possíveis para sua vida. Direciona desde sua forma de ação na sociedade, como os meios de percepção e julgamento de sua vida, sempre relativos às expectativas e ao entendimento de bem-estar de seu grupo (ALMEIDA et al, 2012). “A subjetividade sobre o conceito de qualidade de vida diz respeito também às diferentes fases da vida do sujeito, tendo um significado diferente em cada uma delas, para a mesma pessoa.” (NAHAS, 2001, p.5).

De forma que, após o levantamento das respostas, foi possível buscar um maior entendimento, quando esses indivíduos consideram a sua vida, em Itumbiara, boa com (58,3%) e ótima (37,5%). Nesse momento, podemos analisar que esses moradores

relacionaram “qualidade de vida” ao lazer, família, trabalho, saúde, como foi comentado pelos participantes. Diante dessa expressão, seria possível relacionar a vida dessas pessoas com os valores afetivos, os sentimentos pela cidade e pela Avenida Beira Rio? Nessa observação poderíamos também relacionar com as manifestações topofílicas, o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”? (TUAN, 1980. p. 5). (Tabela 7).

Entretanto podemos afirmar a relação histórica, da maioria dos entrevistados, em relação ao objeto de estudo, como também os sentimentos de admiração e entusiasmo por fazerem parte desse contexto.

Tabela 7 – Itumbiara (GO) - Distribuição da qualidade de vida dos entrevistados, 2014.

Percepção	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Ótima	45	37,5
Boa	70	58,3
Regular	2	1,7
Péssima	-	-
*Outra opção	1	0,8
Não sei	2	1,7
Não quero responder	-	-
* Excelente		

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014.Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Uma das preocupações ambientais levantadas pelos entrevistados, em relação à cidade de Itumbiara, foi a questão da água poluída do rio Paranaíba, com 31,7%, seguida por objetos que poluem córregos (20,8%) e falta de coleta seletiva (8,3%), na Tabela 8, tendo em mente que esse rio é considerado o cartão postal da cidade, como um dos principais lugares

mais frequentados pelos moradores. Esse resultado foi levantado quando questionados sobre qual a maior ameaça ambiental na cidade de Itumbiara. Nesse momento da pesquisa, foi possível perceber um incômodo da maioria dos participantes, ao sentir necessidade de expor os problemas ambientais da cidade, mostrando certa insatisfação em relação ao poder público local na tomada de ações sobre as questões ambientais. Em certos momentos, um único indivíduo apresentava mais de um fator que o incomodava, mas que não computamos, apenas ficou registrado nas anotações de campo, visto que poderíamos comprometer a coleta de dados por considerar mais de um fator por entrevistado, nessa questão.

Podemos relacionar a preocupação dos moradores com a questão do saneamento básico, como também pela falta de práticas ambientais, no sentido de conscientizar a população da destinação correta dos lixo (gestão dos resíduos).

Seguem algumas respostas que nos alertaram para os problemas socioambientais da cidade e que incomodam alguns dos entrevistados:

“Falta infraestrutura da cidade para suportar a população atual.”
 “Péssima educação da população.”
 “Contaminação dos córregos e falta de tratamento do esgoto.”
 “Excesso de veículos.”
 “As pessoas.”

Esses relatos nos incentivaram ainda mais nas entrevistas, pois esses moradores mostraram espontaneidade em participar da pesquisa, expondo sua opinião sobre o tema, meio ambiente.

Tabela 8 – Itumbiara (GO) - Maiores ameaças para o meio ambiente, 2014.

Motivos citados	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Água poluída do rio	38	31,7
Objetos jogados em córregos/esgotos caindo nas ruas	25	20,8

Não tem coleta seletiva	10	8,3
Poluição do meio ambiente	1	0,8
Poluição do ar	8	6,7
Desmatamento e queimadas	8	6,7
Lixo em céu aberto	2	1,7
Animais mortos	1	0,8
Odores das Indústrias	2	1,7
As pessoas	1	0,8
Falta árvores	1	0,8
Falta de respeito com o meio ambiente	1	0,8
Péssima educação da população	1	0,8
Contaminação dos córregos	1	0,8
Restos industriais	2	1,7
Poluição Sonora	1	0,8
Água	1	0,8
Lixo acumulado	2	1,7
Falta replantio de árvores	5	4,2
Poluição dos veículos	1	0,8
Excesso de veículos	1	0,8
Falta de infraestrutura da cidade	1	0,8
Falta de matas ciliares	2	1,7
* Não quiseram responder	4	3,3

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Verifica-se nos questionamentos quanto às satisfações e insatisfações dos sujeitos, mediante as questões ambientais, indicação de atitudes prejudiciais ou positivas, como também experiências próprias a favor do meio ambiente. Obteve-se uma similaridade nas respostas, às questões 10, 11 e 12 (Tabela 9, 10 e 11) que apontaram a falta de gerenciamento de resíduos (lixo) como o mais agravante ao meio ambiente, exposto da seguinte forma: Lixo nas ruas (25%), o que mais incomoda os entrevistados; das ações negativas identificadas, lixo deixado em lugar inadequado (33,3%); de ações positivas identificadas, a coleta seletiva (16,7%). Um ponto que chamou a atenção foram as ações negativas identificadas, com 70,8%, sendo maiores que as positivas (47,5%). Esses dados sugerem aplicação de práticas ambientais pelos órgãos responsáveis (AMMAI; CONDEMAI e Prefeitura), como a conscientização da população sobre uma maior preocupação com o meio ambiente, visto ser esta uma das diretrizes existentes para cumprimento no Plano Diretor da cidade - cap.III, Art. 18, II – promover ações articuladas de saneamento, a partir de planos setoriais de abastecimento d água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Tabela 9 – Itumbiara (GO) - Tipo de poluição que mais incomoda os entrevistados, 2014.

Tipos de poluição	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Lixos nas ruas	30	25
Esgoto a céu aberto	4	3,3
Sonora	11	9,2
Poluição Visual	4	3,3
Falta de aterro sanitário	3	2,5
Queimadas e lixo	15	12,5

Poluição do ar e o rio Paranaíba	10	8,3
Poluição do ar	1	0,8
Lixo em locais inadequado e esgoto nos mananciais	15	12,5
Animais mortos jogado nas ruas	1	0,8
Detritos e esgoto	2	1,7
Água parada – dengue	1	0,8
Terrenos baldios com muito lixo	7	5,8
Poeira nos bairros mais distantes	1	0,8
A poluição das indústrias	6	5
Cidade suja	2	1,7
Não quiseram responder	7	5,8

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Evidenciamos que os entrevistados levaram um tempo maior em relação às questões apresentadas anteriormente, no sentido de dúvidas em relação a terem que citar atitudes benéficas ou prejudiciais ao meio ambiente. Alguns entrevistados não tinham conhecimento de que praticar a separação do lixo em casa é uma atitude que melhora/colabora com o meio ambiente. (Tabela 10).

Tabela 10 – Itumbiara (GO) - Demonstração de ações positivas e negativas identificadas pelos entrevistados, 2014.

Ações citadas	Entrevistados	
	Ações Positivas	
	Qtde	Percentual (%)
Plantio de muda na margem de córrego	10	8,3
Coleta seletiva	20	16,7

Destinação adequada de lixo	7	5,8
Distribui muda de plantas	10	8,3
Cuida da praça	5	4,2
Denúncia sobre o meio ambiente	5	4,2
Total	57	47,5
Não identificaram ações	63	52,5
Ações Negativas		
	Qtde	Percentual (%)
Lixo deixado em lugar inadequado	40	33,3
Queima lixo	21	17,5
Resto de óleo de cozinha na rede de esgoto	6	5
Desmatamento	5	4,2
Esgoto a céu aberto	10	8,3
Excesso de ruídos	2	1,7
Lavar ruas com água tratada	1	0,8
Total	85	70,8
Não identificaram ações	35	29,2

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Na questão 12, um dado nos chamou atenção em relação à resposta de “não praticar a queima de lixo” (16,7%). O participante enfatizou que não realizava essa prática, mas que podiam ser vistas, pela cidade, pessoas que possuem o hábito de queimar lixo em casa, nas calçadas e em lotes baldios.

Essa situação também pode ser considerada como oportunidade de a administração pública atuar com práticas de educação ambiental, levando informação à população sobre os aspectos negativos decorrentes dessa ação.

Tabela 11 – Itumbiara (GO) - Apresentação das ações realizadas pelo entrevistado a favor do meio ambiente, 2014.

Ações citadas	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Destinação correta do lixo	<u>31</u>	<u>25,8</u>
Descarte correto de óleo	2	1,7
Conscientização	6	5
Coleta seletiva	10	8,3
Racionamento de água	<u>21</u>	<u>17,5</u>
Plantio de muda	5	4,2
Não queimar lixo	<u>20</u>	<u>16,7</u>
Contribuo para a limpeza da cidade	10	8,3
Não poluir rios	5	4,2
Não quiseram responder	10	8,3

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Verificou-se uma preocupação com a valorização da temática ambiental por parte dos entrevistados, quando questionados a avaliar a cidade de Itumbiara versus meio ambiente, 42 % avaliaram como **estável**, considerando a escala de zero a cinco propostas

pela pesquisa, em que os valores representam: **zero (péssimo); um (muito ruim); dois (ruim); três (estável); quatro (bom) e cinco (excelente)**. Com essa avaliação, foi possível entender que os indivíduos entrevistados possuem não só uma percepção sobre as questões ambientais da cidade, como também sobre a necessidade de ações para melhor preservação e conservação desse meio. (Tabela 12).

Tabela 12 – Itumbiara (GO) - Opinião sobre a avaliação da cidade de Itumbiara para as questões ambientais, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
dois	31	25,8
três	51	<u>42,5</u>
quatro	17	14,2
um	7	5,8
zero	4	3,3
cinco	5	4,2
Total	115	95,8
Não quis responder	5	4,2

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

A população demonstrou preocupar-se com as questões ambientais da cidade, evidenciado em 82,5% de recusa, quando questionamos se os moradores aceitariam um aumento no nível de poluição em troca de mais oportunidade de emprego (Tabela 13). Essa questão possui relação direta com o questionamento feito na questão 16 (Tabela 17), que será apresentada ainda neste capítulo, em que foram relatadas opiniões sobre as características que mais chamam a atenção, pelos visitantes, durante a manhã na Avenida, com destaque para uma resposta: “*a fumaça da usina de álcool*”. Mesmo sendo um percentual pequeno, de

apenas 0,8%, a visão do entrevistado torna-se extremamente relevante, pois se trata de um grave problema, geralmente voltado para as atividades industriais, ocasionando a poluição atmosférica, causando danos à população, bem como ao meio ambiente. Nesse sentido refletimos que, no caso específico, cabe ao órgão ambiental local (AMMAI) realizar, junto às indústrias, um trabalho tanto no sentido de informar como de fiscalizar os parâmetros legais de tolerância para emissões atmosféricas industriais, a fim de evitar danos à saúde da população e ao meio ambiente.

Tabela 13 – Itumbiara (GO) - Opinião em relação ao nível de poluição e oportunidade de emprego, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Sim	16	13,3
Não	99	82,5
Total	115	95,8
Não quis responder	5	4,2

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Com essa tabela, encerramos as questões envolvendo a percepção dos entrevistados em relação ao tema qualidade de vida e meio ambiente, na cidade de Itumbiara. Avaliamos, de forma geral, que os moradores souberam expor suas ideias e sugestões, cada um a seu modo, trazendo sua percepção sobre as questões propostas.

4.3. Percepção ambiental da Avenida Beira Rio e avaliação de sua implantação – “revitalização”:

Nas questões 15 a 22 foram analisadas as percepções dos moradores entrevistados em relação ao significado do rio Paranaíba, no seu cotidiano, como também à Avenida Beira

Rio, suas características ambientais, como está inserida na rotina das pessoas, além da implantação de sua obra (revitalização).

Verificou-se, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a relevância do rio Paranaíba para os moradores entrevistados, como por toda a população da cidade de Itumbiara, mencionada no capítulo II. A proximidade dos indivíduos com o rio não se dá somente em relação à Avenida Beira Rio, mas também na valorização da beleza e da importância histórica do rio, para o desenvolvimento da cidade.

A importância do rio Paranaíba é manifestada por **89,2%** dos indivíduos entrevistados, revelando-nos vários motivos que chamam a atenção, ou, melhor dizendo, vários fatores que estimulam os moradores a frequentar o rio, como cartão postal, com 29,2%, e lazer (20,8%), Tabela 14. Essa expressão de sentimentos pode ser vista em Amorim (1999), quando conceitua o termo *valor*, que representa uma qualidade, que o homem atribui, conscientemente ou não, a um tipo de relação, a uma representação ou a um objeto.

Avaliamos ser importante citar algumas das respostas, no sentido de enriquecer a pesquisa e valorizar os moradores participantes dispostos a contribuir;

“Além de atrativo turístico um importante abastecedor hídrico”.

“Cartão postal.”

“É uma benção de Deus em nossas vidas, eu amo, é tudo de bom o que ele fez por nós.”

“Um rio desse porte é para poucos, então temos que preservá-lo ao máximo.”

“Nossa! Pra mim é a marca e lindo, mas não cuidamos dele como deveria.”

“Significa um patrimônio ambiental insubstituível.”

Tabela 14 – Itumbiara (GO) - Importância do rio Paranaíba para os moradores, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual

		(%)
Ponto turístico e abastecedor hídrico	12	10
Cartão postal da cidade	35	29,2
Dependência	2	1,7
Passeio	2	1,7
Fornecimento de água	3	2,5
Representa vida	5	4,2
Beleza	7	5,8
Geração de energia	2	1,7
Energia elétrica	2	1,7
Benção de Deus	1	0,8
Pesca e campeonato náutico	2	1,7
lazer	25	20,8
Sustentabilidade	2	1,7
Preservação	4	3,3
Patrimônio ambiental	3	2,5
Total	107	89,2
Não quiseram responder	13	10,8

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

O assunto relativo à questão 16 está direcionado para verificar se o entrevistador tem o hábito de frequentar a Beira Rio e comentar o motivo, tanto para as respostas “SIM” como para “NÃO”.

Os sujeitos entrevistados que frequentam a Avenida, representam 90,8%%, sendo que apenas 5,0% não são frequentadores. De forma que foi possível trazer, para a pesquisa, os

principais motivos, como: lazer com a família e tranquilidade (25,8%); admirar a paisagem (15%); e praticar esportes (13,3%). Tabela 15.

No percentual dos que responderam não frequentar a Avenida (5%), estes justificaram pela falta de tempo e não pela distância, como supusemos, de início. Nesse momento da pesquisa, foi possível apresentar uma variedade de bairros, mesmo tendo, como escolha para a coleta das amostras, apenas pontos próximos da Avenida. Assim, refletimos que, dentre os indivíduos pesquisados, a questão da distância não foi determinante nos resultados levantados.

Tabela 15 – Itumbiara (GO) - Distribuição da frequência de visitas à Beira Rio, 2014.

Frequência de visita	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Sim		
Exposições de motivos		
Lazer com a família e tranquilidade	31	25,8
Pescaria	5	4,2
Admirar a paisagem	18	15,0
Descanso	15	12,5
Contato com a água	5	4,2
Praticar esportes	16	13,3
Esporte aquático	3	2,5
Fazer amizades	8	6,7
Lanchas e mulheres bronzeando	1	0,8
Bares á noite	6	5

Falta opção	1	0,8
Total	109	90,8
Não		
Exposições de motivos		
Falta tempo	6	5,0
Total Geral	115	95,8
Não quiseram responder	5	4,2

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

A Avenida Beira Rio teve sua história iniciada ainda nos anos 1960, com moradores nas margens do rio, em seus casebres, como relatado no capítulo II. Diante da trajetória de seu crescimento, podemos acompanhar várias mudanças, ocorridas de acordo com a gestão pública de cada época. Assim, nos dias atuais, esse processo de modernização é chamado de “revitalização”, pelos moradores da cidade.

Essa “revitalização”, também identificada como modernização, foi avaliada pelos entrevistados como boa (17,5%) para a cidade e também importante para o turismo (16,7%), como se vê na Tabela 16, nos resultados com maior representatividade. Nessa questão, foi possível obter 93,3% de indivíduos participantes na pesquisa. Por meio do estudo realizado por Gorski (2007), foi-nos possível conhecer melhor os impactos encontrados, bem como as ações sugeridas, apresentados no capítulo II, subitem 2. 1.

De forma mais abrangente foi demonstrado, pelos sujeitos da pesquisa, uma avaliação da obra realizada, direcionada para o encantamento, como: “linda”, “excelente”, “muito boa”. Entretanto, foi possível identificar, mesmo com valores mais pontuais e menores, as seguintes expressões, voltadas para as questões ambientais da obra:

“Falta manutenção da coleta de lixo.”

“Mais infraestrutura para o meio ambiente.”

“Boa para nós, prejudicial para o rio.”

“Projeto sem juízo.”

“Ampliar áreas verdes.”

“Crime ambiental.”

Os relatos aqui evidenciados fazem-nos refletir que a “revitalização” da Avenida trouxe algumas insatisfações por parte de alguns indivíduos entrevistados, que supõem ter faltado uma melhor avaliação do projeto da obra, no que se refere aos assuntos relacionados ao meio ambiente, que não deveriam ter focado apenas lazer e entretenimento. Em acordo com o sentimento de insatisfação, pode-se trazer o conceito de *topocídio*, apresentado por Amorim Filho, com o significado de destruição das paisagens naturais ou culturais, causada pelos homens, sendo muitas vezes irreversível. Contudo, o autor sugere praticar a toporreabilitação ou reabilitação dos conjuntos ambientais, proporcionando a melhoria na qualidade de vida dos homens.

Tabela 16 – Itumbiara (GO) - Distribuição da avaliação da obra na Avenida Beira Rio – “Revitalização”, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Não soube aproveitar toda a área da margem do rio	1	0,8
Ótimo	15	12,5
Falta manutenção da coleta de lixo	10	8,3
Regular	2	1,7
Boa	21	17,5
Falta finalizar	1	0,8
Precisa melhorar	1	0,8
Muito boa	4	3,3

Muito ruim	1	0,8
Mais infraestrutura para o meio ambiente	16	13,3
Linda	3	2,5
Excelente	1	0,8
Boa para nós prejudicial para o rio	3	2,5
Projeto sem juízo	1	0,8
Sem administração	1	0,8
Sem segurança	1	0,8
Importante para o turismo	20	16,7
Inadequada	5	4,2
Ampliar áreas verdes	1	0,8
Melhoria para o bem estar não para o rio	2	1,7
"Crime" ambiental	2	1,7
Total	112	93,3
Não quiseram responder	8	6,7

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

As características da Avenida podem ser observadas quando foram questionados aos indivíduos participantes da entrevista: “O que mais chama a atenção durante o **dia** e durante a **noite**, na Avenida”? “O que **mais** gostam na Avenida e o que **menos** gostam”? A beleza natural foi observada por 82,5% dos indivíduos, durante o dia; já à noite, a quantidade de pessoas na Avenida foi o que mais se destacou, com 59,2%. A característica de que mais gostam, na Avenida, é a presença do rio, com 46,7% e, dentre o que menos gostam, destacou-se o trânsito ruim, com 49,2%. Esta última pode ser relacionada ao crescimento populacional

da cidade, bem como à quantidade de prédios residenciais, restaurantes, bares, hotel, hospital, concentrados ao longo da Avenida (Tabelas 17, 18 19 e 20).

As manifestações apresentadas vão ao encontro das reflexões de Cavalcante (2000), que retrata a percepção da cidade como um conjunto de “sensações visuais, táteis e olfativas. É no espaço construído que o não verbal se exprime, são os símbolos de uma vivência que se reproduzem como resultado de dinâmicas próprias da cidade”.

Tabela 17 – Itumbiara (GO) - Opinião dos entrevistados sobre a Beira Rio durante o dia, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Opções		
O movimento e o barulho no trânsito	2	1,7
A tranquilidade	14	11,7
A beleza natural	99	82,5
*Outra opção	1	0,8
Não sei		
Não quero responder	4	3,3
TOTAL (responderam)	116	96,7

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Na alternativa **outra opção**, apenas um entrevistado respondeu: * *a fumaça da usina de álcool*”.

Tabela 18 - Itumbiara (GO) - Opinião dos entrevistados sobre a Beira Rio durante a noite, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)

Opções		
Insegurança	11	9,2
A quantidade das pessoas	71	59,2
A movimentação dos bares e boates	27	22,5
*Outra opção	7	5,8
Não sei	1	0,8
Não quero responder	3	2,5
TOTAL (responderam)	117	97,5

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Na alternativa **outra opção**, foi respondido:

“Lugar gostoso de ficar;”

“a beleza natural;”

“as pessoas praticando esporte;”

“a iluminação;”

“as formas das pessoas socializarem no espaço de lazer;”

“o clima agradável e o pôr do sol.”

Tabela 19 – Itumbiara (GO) - Opinião dos entrevistados sobre o que mais gostam na Beira Rio, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Opções		
Tranquilidade	17	14,2
O contato com as pessoas	21	17,5
O verde	19	15,8
O rio	56	46,7
*Outra opção	3	2,5

Não sei	1	0,8
Não quero responder	3	2,5
TOTAL (responderam)	117	97,5

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Em outra opção, tivemos as respostas:

“a noite, as luzes refletindo no rio;”

“toda a beleza natural;”

“o som automotivo.”

Tabela 20 - Itumbiara (GO) - Opinião dos entrevistados sobre o que menos gostam na Beira Rio, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Opções		
Insegurança	16	13,3
Barulho	30	25
Trânsito ruim	59	49,2
O excesso de pessoas	3	2,5
*Outra opção	6	5
Não sei	3	2,5
Não quero responder	3	2,5
TOTAL (responderam)	117	97,5

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

Na opção **em aberto**, comentaram:

“de ver a sociedade destruindo tudo;”

“falta de cuidado das pessoas com o meio ambiente;”

“o excesso de lixo e mato alto,”
 “poluição dos carros,”
 “excesso de cão com as pessoas,”
 “ciclistas nas calçadas.”

Diante da abordagem utilizada no campo da percepção, podemos observar variadas interpretações e opiniões, diante das questões socioambientais apresentadas nesta pesquisa, referentes à cidade de Itumbiara. Nesse sentido, foi possível concluir as entrevistas questionando os sujeitos, se consideram algum ponto de melhoria, na revitalização feita na Avenida Beira Rio. Obtiveram-se respostas como o desejo arborização, em maior concentração (23,3%), mais segurança (17,5%) e fator limpeza na Avenida (14,2%). (Tabela 21).

Tabela 21 – Itumbiara (GO) - Distribuição das sugestões para a Beira Rio, 2014.

Opinião respondida	Entrevistados	
	Qtde	Percentual (%)
Aproveitar mais as margens do rio	1	0,8
Nada, tudo bom.	4	3,3
Ter coleta seletiva	6	5
Ter mais segurança	21	17,5
Preservar a natureza	5	4,2
Não jogar esgoto no rio	1	0,8
Banheiros públicos	3	2,5
Ter menos poluição	1	0,8
Mais arborização	28	23,3
Diminuir poluição sonora	5	4,2
Limpeza	17	14,2

Fazer ciclovia	5	4,2
Aumentar área de lazer	4	3,3
Despoluir o rio	5	4,2
Conscientização	6	5
Total	112	93,3
Não quiseram responder	8	6,7

Fonte: Pesquisa direta – 2013/2014. Org: RODRIGUES, V. P., 2014.

As respostas analisadas, no presente estudo, permitem-nos salientar que a população “percebe”, talvez não de forma total, as questões ambientais envolvendo a Avenida Beira Rio e a cidade de Itumbiara. Entretanto, podemos afirmar que a falta de conhecimento, como a pouca informação gerada, na área acadêmica e pelos órgãos públicos responsáveis, a não evidência de atividades educativas propostas pelos órgãos públicos são problemas que estão além de nosso estudo, mas que precisam ser avaliadas pelos líderes competentes, de forma conjunta a diversos setores.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho, algumas considerações, merecem ser apresentadas, pois, por meio delas, podemos ter uma avaliação relacionada à percepção ambiental dos frequentadores da Avenida Beira Rio, à validade do método, às dificuldades encontradas e, ainda, a apresentar a possibilidade de desenvolver futuras pesquisas relacionadas à relação homem/meio ambiente.

Compreender a percepção ambiental dos frequentadores da Avenida Beira Rio, da cidade Itumbiara, e o significado do rio Paranaíba, na vida desses indivíduos, foi o objetivo principal deste trabalho. Essa relação se manifesta em duas fases distintas: uma fase própria do sujeito e de sua experiência de vida; a outra relaciona-se ao meio social do qual o sujeito é parte, avaliando e reinterpretando suas experiências.

Nesta perspectiva, entende-se que a população de Itumbiara está, constantemente, agindo sobre o meio, a fim de sanar suas necessidades e desejos. Questionamentos de como essas ações sobre o ambiente, sendo ele natural ou construído, afetam a qualidade de vida população atual e futura da cidade, precisam ser respondidas. Em relação aos projetos arquitetônicos ou urbanísticos que afetam as respostas dos seus moradores e usuários, podemos dizer que temos uma satisfação psicológica (emocional) com o ambiente em questão?

Para Faggionato (2009), cada indivíduo percebe, reage e responde, distintamente, frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, da subjetividade, dos julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente.

Sobre as questões que direcionamos à “revitalização” da obra, na Avenida Beira Rio, elas foram interpretadas, em maior concentração, em relação à beleza, à paisagem, como um ponto turístico, como o cartão postal. Entretanto, os assuntos direcionados às modificações ambientais ocasionadas a esse ambiente não foram levantados durante as entrevistas, aos “olhos” da maioria dos entrevistados, seja pela falta de informação por parte dos órgãos públicos competentes, ou mesmo pela falta de interesse em buscar esse tipo de informação.

Dessa forma, ficou evidenciada, por parte de alguns moradores e alguns jornais, certa indignação com relação a gastos excessivos para a “revitalização” da Avenida, priorizando o entretenimento, o lazer da população e postergando obras diretamente relacionadas às necessidades básicas da sociedade e ao meio ambiente, como saneamento, gerenciamento de resíduos, poluição do rio, entre outras. Todavia, não cabe a nós, na presente pesquisa, tecer opiniões nem qualquer julgamento em relação a questões que saem do campo da percepção, como dos objetivos propostos nesta pesquisa. Apenas consideramos necessário fazer um breve relato, frente às manifestações dos entrevistados, como em algumas reportagens coletadas, direcionadas a essas questões.

Por outro lado, ficou caracterizado que é quase impossível não se encantar com a beleza e a tranquilidade transmitida, quando se frequentam trechos do rio Paranaíba e a Avenida Beira Rio, e essa visão foi observada nos relatos dos moradores. Independente dos problemas apontados, há uma valorização sentimental que expressa um sentimento de orgulho pela cidade, cada um a seu modo. Dessa maneira, notamos que a forma de perceber o mundo está intimamente ligada à toponímia, à cultura moldada pela história local e à história de vida dos indivíduos.

A inserção da Educação Ambiental, como forma de melhor perceber o ambiente, remete-nos à necessidade de uma urgência dessa prática, com abrangência em escolas, locais de saúde, empresas, tendo a premissa de conseguir atingir o maior número possível de pessoas

interessadas em contribuir para um ambiente mais saudável para todos e com respeito pela natureza, tendo ligação direta com a qualidade de vida.

A Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade, conforme definida na Constituição Federal, na Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e em seu Decreto regulamentador (4.281/02), deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do País, exerçam o controle social da gestão ambiental pública. Isto posto, é necessário elucidar o caráter de uma educação ambiental com este propósito e seus pressupostos. (MMA, 2004, p. 127).

Diante dos estudos de percepção ambiental, evidencia-se que é possível identificar as formas de maior aplicabilidade da Educação Ambiental, podendo-se sensibilizar, conscientizar e trabalhar, conjuntamente, as dificuldades ou dúvidas, quando apresentadas às questões ambientais. Stranz (2002) diz que a educação ambiental é um processo permanente, com o qual os indivíduos e as comunidades tomam consciência “[...] do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determina que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais presentes e futuros.” (STRANZ, 2002, p. 222).

Em relação à metodologia empregada, fundamentada na análise das obras pertinentes a temática, trabalhos de campo, realização de entrevistas, coleta, análise e tabulação de dados, ela possibilitou o entendimento da percepção ambiental dos moradores da cidade de Itumbiara com relação à Avenida Beira Rio e revelou-se satisfatória, uma vez que os objetivos centrais do trabalho, formulados inicialmente, foram alcançados.

A escolha do objeto de estudo, bem como o período de tempo destinado ao desenvolvimento da pesquisa, a nosso ver, foi bem sucedida, uma vez que possibilitou identificar e analisar, em diferentes grandezas, as relações e a percepção ambiental dos frequentadores da Avenida Beira Rio, em relação às questões ambientais da cidade de

Itumbiara, do rio Paranaíba e da própria Avenida.

Quanto ao referencial teórico utilizado, consideramos que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois as dificuldades em conseguir gerar e agrupar alguns dados, somadas à experiência pessoal ainda limitada de interpretação deles, foram, em grande parte, superadas pelo subsídio teórico produzido por pesquisadores, com destaque especial aos trabalhos de Tuan.

Sobre o processo de elaboração da pesquisa, as maiores dificuldades encontradas restringiram-se ao acesso aos arquivos sobre a história do município, informações sobre as obras de revitalização da Avenida Beira Rio, impressão do material cartográfico, realização, coleta e tabulação dos dados oriundo das entrevistas, atividades estas que, além de tomarem uma grande quantidade de tempo, envolveram, também, uma grande soma de recursos.

Especificamente, sobre o acesso aos referenciais históricos da cidade de Itumbiara e às informações sobre a obra de revitalização da Avenida Beira Rio, a negação e a sobreposição de burocracia para liberação desses dados, pelos órgãos municipais, até certo ponto é compreensível – mas não apoiada -, sobretudo num momento em que a sociedade cobra mais transparência na administração pública. Negar aos pesquisadores e à população o conhecimento sobre a história da cidade e obras públicas, no momento atual, fere os princípios de uma gestão pública democrática, transparente e participativa.

Assim, pode-se afirmar que fragilidade da pesquisa, em um primeiro momento, pode ser relacionada ao pouco arquivo documental, a respeito da “revitalização” (ou implantação) do projeto envolvendo a obra da Avenida Beira Rio, na cidade de Itumbiara, onde se pudessem acessar informações mais detalhadas, e à possibilidade de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado, que evidenciasse a modificação no ambiente.

A realização das entrevistas com os frequentadores da Avenida Beira Rio permitiu uma visualização de como essas pessoas agem e entendem as questões ambientais de sua

cidade e da Avenida. Os participantes da entrevista mostraram-se à vontade e receptivos, ao serem questionados, demonstrando liberdade para falar sobre os principais problemas, dificuldades e suas aspirações quanto ao que esperam dos órgãos públicos locais, para terem uma cidade melhor, em termos ambientais, com uma melhor qualidade de vida.

Cabe destacar a necessidade de inclusão, nos planos diretores do município, da prática de ações voltadas ao meio ambiente, sua preservação, seu entendimento pela população inserida em cada contexto. O meio ambiente é um bem comum, sendo necessária uma visão mais aprofundada, direcionada e participativa na área ambiental, cultural, social e também econômica. Trata-se de uma ação conjunta entre sociedade e poder público. O ambiente construído, onde vive o homem, é, na realidade, o produto da transformação do meio natural, para criar condições de melhor habitação. Esse meio é, portanto, componente do ambiente como um todo e precisa ser visto como tal, para ser conservado.

Perspectivas para futura pesquisa, após o término desse trabalho, possuímos algumas, como, por exemplo, utilizar as bases deste trabalho de percepção ambiental dos frequentadores da Avenida Beira Rio para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental nas escolas do município, tendo como metodologia a pesquisa participante. Esperamos materializar a investigação dessa problemática na tese de doutorado.

Fazendo uma avaliação geral, consideramos que o esforço dedicado a este trabalho foi de muita valia, pois possibilitou um grande crescimento profissional e pessoal, em termos de conhecimento e, também, um amadurecimento em termos de ideias e relacionamento interpessoal com todos os envolvidos neste trabalho.

Por fim, espera-se que esta pesquisa tenha avançado um pouco na compreensão das relações entre o homem e o meio ambiente urbano e que tenha, ainda, contribuído, de algum modo, para o avanço do conhecimento e possibilidades de utilização da Percepção Ambiental na criação de espaços públicos mais saudáveis, para quem habita as cidades.

CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS

ADDISON, E. E. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação á cidade.** 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITUMBIARA – AMMAI. **Apresentação,** Itumbiara – GO, 2009. Disponível em: <www.ammai.itumbiara.go.gov.br>. Acesso em: 10 de jun. 2013.

ALMEIDA, A. P. A. **A percepção da paisagem urbana de Santa Maria/RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores.** 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

ALMEIDA, M. A. B; GUTTIERREZ, G. L.; MARQUES, R.; **Qualidade de vida.** Edições EACH. Prefácio do Professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades EACH / USP. São Paulo. 2012.

ALVES, C. J. S; RAIMUNDO, S. Percepção ambiental e as práticas do lazer em contato com a natureza no Parque Estadual da Cantareira – Núcleo Pedra Grande. **OLAM – Ciência e Tecnologia** – Rio Claro, São Paulo. Ano IX, v.9, n.1, p.335, jan – jul, 2009.

AMORIM FILHO, O. B. A pluralidade da Geografia e as necessidades das abordagens culturais. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v. 16, n. 26, p. 35-38, jan. 2006.

_____. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL’ RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia (org.). **Percepção Ambiental:** a experiência brasileira. São Carlos: UFSCar, 1999.

BARRACHO, C. **Psicologia social, ambiente e espaço:** conceitos, abordagens e aplicações. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 98 p.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ITUMBIARA. **Acervo Histórico sobre Itumbiara (GO).** 2014.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

_____. **Values in Geography.** Washington, AAG, 1974, 28 p.

CAVALCANTE, M. M. P. D. **Meio ambiente construído, globalização e sustentabilidade cultural** – estudo de caso: o bairro da ponta verde. 2000. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Engenharia Ambiental). UFAL, Maceió, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1998..

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA – CBH/PARANAÍBA. **Sobre CBH - Paranaíba**. Disponível em: <<http://www.cbhparanaiba.org.br>>. Acesso em: 05 de mai. 2014.

COSTA, R. G. Da S. **Valores, Atitudes e Simbolismos: Estudo da Percepção dos Frequentadores do Parque Mariano Procópio, Juiz de Fora/MG**. 2011, 191f. Dissertação (Mestrado em História) UFU, Uberlândia, 2011.

CUNHA, A. S; LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para a educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, São Paulo, set. 2009.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. Apresentação. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. p. XVII.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ITUMBIARA (GO) – DECOM. 2014. **ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>. Acesso em: agosto 2014.

DIÁRIO DO PORTO. Obras de Itumbiara (GO) na primeira República. **Jornal do Triângulo**, 1909. Disponível em: <www.nilsonfreireblogspot.com.br>. Acesso em: junho 2014.

DOMINGUES, I. **Epistemologia e ciências humanas**. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004.

DORNELLES, C. T. A. **Percepção ambiental: Uma análise na Bacia Hidrográfica do Rio Monjolinho**. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Engenharia Ambiental). USP, São Carlos, 2006.

_____. Cidade da mente, cidade real – percepção e revitalização da área portuária do RJ. In: DEL RIO, V. OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: EDUFSCar, 1999. p. 3-22.

DRUMMOND, M. V. D. Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Representação urbana. ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 4., Rio de Janeiro, 2001. **Anais...** v.9. Rio de Janeiro, 2001.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. In: SANDRA FAGGIONATO. 2009. (Org.). Disponível em: <<http://www.educar.sc.usp.br>>. Acesso em: 26 de maio 2014.

FERREIRA, R. A. **Recortes de Itumbiara**. Goiânia, GO: Kelps, 2009.
FRANCO, P. **História de Itumbiara**. Goiânia, GO: Lider, 1988. 100 p.

GIL, A. C **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 94.

GOMES, E. C. **Percepção do ambiente construído: a praça**. 1997. Tese (Doutorado). FAU/USP, São Paulo, 1997.

- GOMES, P. C. Da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GORSKI, M. C. B. A APP de cursos D' Água e o Projeto de revitalização da Orla do Rio Paranaíba, Itumbiara-GO. In: APPURBANA – SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO. 1., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo, FAUUSP, 2007.
- GUIMARAES, S. T. L. Percepção, interpretação e educação ambiental: um olhar geográfico. **São Paulo/SP: Território & Cidadania**, v. 3, n.1, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania>>. Acesso em: 15 junho 2014.
- GUIMARÃES, S. T. L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **Olam – Ciência e Tecnologia**. Rio Claro. v. 1. n. 5. p. 202-219, mai. 2005.
- GUIMARÃES, S. T. et al. Saúde, Saneamento e Percepção de riscos ambientais urbanos. **Caderno de Geografia**, v. 22, n. 37. 2012.
- RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.
- HOCHBERG, J. E. **Percepção**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- HOLZER, W. A. **Geografia Humanista** – sua trajetória de 1950 – 1990. 1992. 550 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, UFRJ/ Rio de Janeiro, 1992.
- _____. **Um estudo fenomenológico da paisagem do lugar**: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1994. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico**, Itumbiara, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 25 de Agosto 2014.
- JORNAL O REGIONAL DE ITUMBIARA. Divulgação notícias Beira Rio. 2013.
- LEE, T. **Psicologia e meio ambiente**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- LEVY, P. S; LEMESHOW, S. **Sampling for health professionals**. Belmont: LLP, 1980.
- LIMA, R. T. **Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos**: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (Bacia Hidrográfica do Rio do Momjolinho). 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado). USP, São Carlos, 2003.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

PREFEITURA DE ITUMBIARA.História de Itumbiara. Disponível em: <<http://www.itumbiara.go.gov.br>>. Acesso em: 15 de maio 2014.

MACHADO JR., D. S. M.; DESIDÉRIO, M. C.; LEMES, I. **HISTÓRIA, CIDADE, MODERNIDADE** – Jogos de Poder e Exclusões “Edificadas” nos Alicerces da Avenida Beira Rio: Itumbiara – 1970/2005. Disponível em: <http://www.prp.ueg.br/06v1/conteudo/pesquisa/indicien/eventos/sic2005/arquivos/humanas/historia_cidade.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2014.

MACHADO, L. M. P. C. **A Serra do Mar Paulista: um estudo da paisagem valoriza.** 1988. Tese (Doutorado). IGCE – UNESP, Rio Claro, 1988.

_____. Paisagem valorizada: a serra do mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (Orgs). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira.** São Carlos: UFSCar, 1996. p. 97 – 119.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**, USP, v. 3, n. 1. p. 203-222, 2008.

MARINHO, Y. A. **“É uma experiência dos pobres...”**: Trajetórias de Trabalhadores Negros na cidade de Itumbiara (1980 – 2010). 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

MAROTTI, J. et al. Amostragem em Pesquisa Clínica: Tamanho da Amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186-194, mai./ago. 2008.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MATOS, F.; DIAS, R. Governança dos Recursos Hídricos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 15., Santo Domingo. **Anais...** Santo Domingo. Republica Dominicana, nov. 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto R. De Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MELO, V. L. M. O. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 17., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 9146-9165.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão ambiental pública e sustentabilidade. Identidade da educação ambiental brasileira.** Brasília, 2004.

NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de vida:** conceito e sugestões para um estilo de vida ativo. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NEHME, V. G. F. **Os laços topo-biofílicos que transformam espaços em lugares para servidores e estudantes da escola agrotécnica federal de Uberlândia (MG):** Arbodagem

perceptiva em geografia. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

NETO, S.P.A. **Itumbiara um século e meio de história**. Itumbiara: Gráfica Terra, 1997.

OLIVEIRA, L. De. A percepção da qualidade ambiental. **A ação do homem e a qualidade ambiental**. ARGEIO e Câmara Municipal de Rio Claro – SP, 1983, p. 1-8.

_____. Percepção do meio ambiente e geografia. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 14-28, nov. 2001.

_____. A percepção da qualidade ambiental. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, PUC, v. 12, n.18, 2002.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>> Acesso em: 25 de mai. de 2014.

PÁDUA, L. C. T. **A geografia de Yi Fu Tuan: Essências e Persistências**. 2013, 208f. Tese (Doutorado em Geografia). 2013. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PIAGET, J.A **equilíbrio das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PLANO DE RECURSOS DE HÍDRICOS (PRH). **Enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia hidrográfica do rio Paranaíba**, 2013.

PREFEITURA DE ITUMBIARA. Plano Diretor. LEI COMPLEMENTAR N° 073/06. Disponível em: <<http://www.itumbiara.go.gov.br>>. Acesso em: agosto 2014.

PROPOSTA DE TOMBAMENTO. Ponte Afonso Pena. Projectus LTDA – Projetos e Consultorias. Itumbiara (GO), 2008.

RAPOPORT, A. **Los aspectos de La vida urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. 381p.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.

REVISTA FURNAS, Furnas. ano XXXIII, n. 337, fev 2007, p.39. Edição Especial–50 anos de Furnas.

REVISTA FURNAS, Furnas. ano XXXIV, n. 352, mai 2008. Uma riqueza que vem do lixo. FRANKLIM, Eduardo.

RICHTER, M, et al. A reserva biologia de Tinguá (RJ) e a comunidade do entorno: Uma análise da relação a partir do conceito de percepção ambiental. **Anais - Uso público em unidades de conservação**, Niterói – RJ: UFF, v. 1, n. 1, 2013.

ROCHA, J. G. **Entrevista Marinho, Y. A**. In: ROCHA, J. G. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Itumbiara (GO), 2011.

RODRIGUES, M. L. et al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

SANEAGO. Empresa de Saneamento Básico de Goiás. **Saneamento em Itumbiara (GO)**. Disponível em: <<http://www.netsabe.com.br/e/itumbiara-go/saneago--goias-sa/>>. Acesso em: Agosto 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ITUMBIARA (GO). Disponível em: <<http://www.smeitumbiara.info/>>. Acesso em: 30 de Agosto 2014.

SERVILHA, E. R. et al. Conflitos na Proteção Legal das Áreas de Preservação Permanente Urbanas. **Laboratório Fluxus** – Faculdade de Engenharia Civil, arquitetura e Urbanismo, Unicamp, 2006.

SIQUEIRA, D.; CATALOGO, M.; LEMES, I. Beira Rio em Itumbiara, Uma Avenida de Múltiplos Governos e Muitos Investimentos. **Diário de Itumbiara**. 20 mai. 2013. Disponível em: <www.nilsonfreirenews.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2014.

STRANZ, A. et al. Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., SEMANA ALTO URUGUAI DO MEIO AMBIENTE, 16., Erechim, 2002. **Anais...** Erechim – RS: EdiFAPES, p. 222, 2002.

STRUZA, J. A. I; MACHADO, L. M. C. P. O sentido de lugar em Rondonópolis – MT e o topocídio do cerrado: uma contribuição aos estudos de cognição ambiental. Geografia: ações e reflexões. SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO. Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais...** ParlaMundi Brasília – DF.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Space and place: humanistic perspective. **Progress in Geography**. v, 6, 1974.

USINA HIDRELÉTRICA DE ITUMBIARA (GO). **Acervo de imagens de Furnas**. 2014.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Entrevista semi estruturada e avaliativa da percepção ambiental da população de Itumbiara - GO.

1) IDADE? () 18 – 24 / () 25 – 49/ () 50 – 80 anos ou mais.

2) SEXO? () M () F

3) LOCAL DE NASCIMENTO? _____

4) ESCOLARIDADE

() Não sabe ler

() Ensino médio incompleto

() Fundamental incompleto

() Ensino superior completo

() Fundamental completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino médio completo

5) PROFISSÃO? _____

6) BAIRRO ONDE MORA? _____

7). COMO VOCÊ CONSIDERA A SUA VIDA EM ITUMBIARA?

() Ótima

() Outra opção O quê? _____

() Boa

() Não sei

() Regular

() Não quero responder

() Péssima

8) QUAIS AS MAIORES AMEAÇAS, NA SUA OPINIÃO, PARA O MEIO AMBIENTE DE ITUMBIARA?

9) QUAL TIPO DE POLUIÇÃO MAIS O INCOMODA EM ITUMBIARA?

10) VOCÊ CONHECE ALGUÉM EM SEU BAIRRO QUE FAZ ALGO QUE PREJUDICA O MEIO AMBIENTE? () SIM NÃO ()

O

QUÊ? _____

11) VOCÊ CONHECE ALGUÉM EM SEU BAIRRO QUE FAZ ALGO QUE AJUDA A MELHORAR O MEIO AMBIENTE? () SIM NÃO ()

O

QUÊ? _____

12) O QUE VOCÊ FAZ PARA AJUDAR A MELHORAR O MEIO AMBIENTE EM ITUMBIARA?

O

QUÊ? _____

13) DE 0 A 5, QUE NOTA VOCÊ DARIA PARA QUESTÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE NA CIDADE DE ITUMBIARA? *Escala - quanto menor o número pior a situação, quanto maior melhor. Zero: péssimo; Um: muito ruim, Dois: ruim; Três: estável; Quatro: bom; Cinco: excelente.*

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 5 ()

14) O VOCÊ ACEITARIA UM AUMENTO NO NÍVEL DE POLUIÇÃO EM ITUMBIARA, EM TROCA DE MAIORES OPORTUNIDADES DE EMPREGO?

(☐) SIM NÃO (☐)

15) QUAL A IMPORTÂNCIA DO RIO PARANAÍBA PARA VOCÊ?

16) VOCÊ COSTUMA VISITAR A ÁREA DE “BEIRA RIO” DE RIO PARANAÍBA? *

(...) Sim (☐) Não

Se Sim, explique brevemente a razão de visitá-las.

Se não, explique brevemente a razão de NÃO visitá-las.

17) COMO AVALIA A OBRA FEITA ÀS MARGENS DA BACIA DO RIO PARANAÍBA (BEIRA RIO)?

18). O QUE LHE CHAMA MAIS A ATENÇÃO DURANTE O **DIA** NA BEIRA RIO?

a. (☐) O movimento e o barulho do trânsito

b. (☐) A tranquilidade

c. (☐) A beleza natural

d. (☐) Outra opção O quê? _____

e. (☐) Não sei

f. (☐) Não quero responder

19) O QUE LHE CHAMA MAIS A ATENÇÃO DURANTE A **NOITE** NA BEIRA RIO?

a. (☐) A insegurança

b. (☐) A quantidade de pessoas

c. (☐) A movimentação em bares e boates

d. (☐) Outra opção O quê? _____

e. (☐) Não sei

f. (☐) Não quero responder

20) O QUE VOCÊ **MAIS** GOSTA NA BEIRA RIO?

a. (☐) Tranquilidade

b. (☐) O contato com as pessoas

c. (☐) O verde

d. (☐) O rio

e. (☐) Outro O quê? _____

f. (☐) Não sei

g. (☐) Não quero responder

21) O QUE VOCÊ **MENOS** GOSTA NA BEIRA RIO?

a. (☐) Insegurança

b. (☐) Barulho

c. (☐) Trânsito

d. (☐) O excesso de pessoas

e. (☐) Outro O quê? _____

f. (☐) Não sei

g. (☐) Não quero responder

22) O QUE VOCÊ ACHA QUE PODERIA SER FEITO PARA MELHORAR A BEIRA RIO?

ANEXO – PLANO DIRETOR DA CIDADE DE ITUMBIARA – GO**LEI COMPLEMENTAR Nº 073/06**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 073 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006

“DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA, ESTADO DE GOIÁS, APROVA E EU, O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I**DA POLÍTICA URBANA****Capítulo I****Dos Princípios e Objetivos**

Art 1º. A promoção do desenvolvimento do Município de Itumbiara tem como princípio básico a sustentabilidade, entendida como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental a infra-estrutura urbana ao transporte, aos serviços públicos ao trabalho e ao lazer.

Parágrafo único. Integram a sustentabilidade os princípios da igualdade, oportunidade, qualidade e transformação, que articulados e interagindo de forma complementar, nortearão a política de desenvolvimento urbano de Itumbiara.

Art. 2º. O Plano Diretor Participativo de Itumbiara é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município, bem como de orientação do desempenho dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão do espaço urbano, nos termos da Lei Orgânica Municipal. (lei nº 1.159/90).

Art. 3º. O Plano Diretor Participativo de Itumbiara tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantido uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de forma a assegurar a todos os seus habitantes, condições de bem estar e segurança.

Art. 4º. Os critérios que asseguram o cumprimento do objetivo expresso no artigo anterior são:

I – a garantia da função social da propriedade;

II – a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana, com vistas a garantir a qualidade de vida para os habitantes do município e promover o desenvolvimento da atividade turística.

III – a gestão democrática, participativa e descentralizada;

IV – a integração das ações públicas e privadas através de projetos de atuação;

V – o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

VI – a redução dos espaços vazios, produzindo uma cidade compacta e com custos mais justos;

VII – a racionalização e adequação da infraestrutura urbana e equipamentos sociais, instalados, evitando a sobrecarga e ociosidade;

VIII – a formulação de política habitacional que contemple tanto novas habitações em locais e condições dignas, quanto à regularização e urbanização dos assentamentos populares, invasões e loteamentos irregulares.

TITULO II

DAS ESTRATÉGIAS

Art.5º. O Plano Diretor Participativo de Itumbiara é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do Município e compõe-se de seis estratégias, quais sejam:

I – Ordenamento Físico Territorial; II – Mobilidade e Acessibilidade; III – Meio Ambiente;

IV – Desenvolvimento Sócio-Econômico; V – Desenvolvimento Sócio Cultural;

VI – Gestão Pública.

Parágrafo único. Para implantação de políticas, programas, projetos e ações, públicos ou privados, serão adotadas as diretrizes das estratégias correspondentes.

Capítulo I

Do Ordenamento Físico Territorial

Art.6º. A Estratégia do Ordenamento Físico Territorial tem como objetivo o ordenamento e a produção do território Municipal e da cidade através da distribuição espacial das atividades econômicas, da densificação e da configuração da paisagem rural e urbana, tanto em relação à edificação, quanto na expansão da superfície parcelada, que será implementada através do Modelo Espacial.

Art.7º. Integram a Estratégia do Ordenamento Físico Territorial as seguintes diretrizes:

I – Definição de um macrozoneamento para o Município de Itumbiara que corresponda a uma divisão em unidades territoriais que expressem o destino que se pretende dar a cada uma delas.

II – Garantir o tecido urbano de Itumbiara mais compacto reduzindo a dispersão urbana, promovendo a ocupação dos vazios urbanos: lotes e ou glebas, compatibilizando-o com a infra-estrutura instalada em bases sustentáveis.

III – Assegurar o direito à moradia a todos os cidadãos, com habitações dignas, dotadas de infra-estrutura e integradas à malha urbana consolidada.

IV – Estabelecer normas específicas para projetos públicos e privados de grande porte e impacto significativo no tecido urbano.

V – Promover a integração à estrutura da cidade áreas especiais, inseridas no tecido urbano aproveitando as melhorias já implantadas e ou eliminando a precariedade da infra e super estrutura.

Capítulo II

Da Mobilidade e Acessibilidade

Art.8º. A Estratégia da Mobilidade e Acessibilidade urbana tem por objetivo geral melhorar os deslocamentos na cidade e no Município para atender as distintas necessidades da população, qualificando a circulação de pessoas e cargas e priorizando o transporte coletivo em detrimento do particular.

Art.9º. Integram a Estratégia da Mobilidade e Acessibilidade urbana as seguintes diretrizes:

I – Promover a estruturação urbana através da hierarquia do Sistema Viário associada às intervenções necessárias para melhorar as conexões entre os diversos bairros da cidade e destes com o centro;

II – Requalificar a malha viária promovendo a circulação urbana de veículos motorizados, ciclistas e pedestres e portadores de necessidades especiais;

III – Elaborar um Plano Diretor de Transporte para a integração urbana e o conforto dos usuários;

IV – Conceber mecanismos de controle de movimentação de cargas no território municipal e na Macrozona Urbana, coibindo o trânsito de veículos pesados no interior do tecido urbano.

Parágrafo único. A viabilização das diretrizes previstas neste artigo está condicionada às seguintes ações:

I – Hierarquização da Malha Viária; II – Requalificação Viária;

III – Melhoria da Acessibilidade;

IV – Controle da Movimentação de Cargas.

Art.10. Sistema Viário e o conjunto de vias, logradouros, acessos e travessias, destinado à circulação de veículos e pedestres, operacionalizado com elementos de fiscalização, sinalização e controle de tráfego.

Seção I

Da Hierarquia da Malha Viária

Art.11. A hierarquização viária tem por objetivo conceber uma malha viária que se constituirá no principal suporte físico da mobilidade e acessibilidade urbana.

Art.12. Para efeito desta Lei, malha viária é o conjunto de vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional, com observância dos padrões urbanísticos.

§ 1º. Malha Viária Básica é o conjunto das vias de transição, arteriais e coletoras, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana.

§ 2º. Função da via é o seu desempenho de mobilidade, considerados aspectos da infraestrutura, de uso e ocupação do solo, do transporte e do tráfego veicular.

Art.13. As vias de acordo com os critérios estabelecidos de funcionalidade e hierarquia classificam-se em:

I – Vias Regionais de Transição – são aquelas com grande abrangência e fluidez de tráfego, caracterizadas por acessos especiais, pela ausência de interseções e travessia de pedestre em nível, e não permitir acessibilidade aos lotes lindeiros a não ser através de via marginal, como pista auxiliar de conexão às atividades lindeiras;

II – Vias Arteriais – são aquelas que estruturam o tecido urbano, promovem ligações entre os diversos bairros, com alta capacidade de tráfego, apresentando a integração com o uso e ocupação do solo e são próprias para operação de sistema de transporte coletivo;

III – Vias Coletoras – são aquelas que servem de ligação entre as vias Arteriais e vias Locais dos bairros, distribuindo o fluxo de veículos nos bairros, e também servem de ligações entre dois ou mais bairros, apresentam equilíbrio entre fluidez de tráfego e acessibilidade, possibilitando sua integração com o uso e ocupação do solo e são próprias para a operação do transporte coletivo;

IV – Vias Locais – são aquelas que tem como função distribuir o fluxo de veículos pelo interior das quadras, de característica de baixa velocidade de tráfego e pequeno volume de veículos, com intensa integração com o uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. A hierarquia viária encontra-se demonstrada no Mapa 03, anexo I, integrante desta Lei.

Seção II

Da Requalificação Viária

Art.14. As ações de intervenção viária tem por finalidade melhorar as condições de tráfegabilidade da malha viária, priorizando a circulação dos pedestres em relação aos particulares e promover a segurança, intervindo nos fatores de influência de acidentes.

Parágrafo único. Constituem ações e projetos de intervenção viária: I – estruturação das vias Arteriais no sentido Norte-Sul;

II – criação da Av. Perimetral Norte, aproveitando a faixa de domínio das linhas de transmissão de energia;

III – fortalecimento das Avenidas João Paulo II, Itarumã e Afonso Pena;

IV – a execução de uma via margeando o fundo de vale do afluente do Ribeirão Trindade, ao Norte da Av. Perimetral Norte;

V – estruturação de um binário viário conectando a Av. Paranaíba, no bairro do mesmo nome, passando pelos bairros Nova Itumbiara, Jardim Leonora até a futura via Verde do Córrego Água Suja, no bairro Cidade Jardim;

VI – valorizar a conexão viária da cidade com a GO-419, através da Av. Afonso Pena, na região Leste da cidade;

VII – desenvolver projetos de adequação geométrica das vias Arteriais às características funcionais das mesmas, no sistema de circulação viária;

VIII – definir critérios de sinalização, dimensões, áreas de estacionamento, linhas de transporte coletivo para as vias, conforme sua característica;

IX – requalificar o desenho das rotulas de conexão localizadas nas vias Arteriais.

X – reavaliar fluxos de veículos que circulam pelo Centro, desviando o fluxo de passagens para outras vias;

XI – redesenhar conforme normas de geometria viária, os pontos de conflitos identificados no sistema viário.

Seção III

Melhoria da Acessibilidade

Art.15. A melhoria da acessibilidade tem por objetivo requalificar a malha viária no sentido de promover a circulação urbana de veículos motorizados, ciclistas e pedestres e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Parágrafo único. A melhoria da acessibilidade viabilizar-se-á através das seguintes programas, projetos e ações:

I – adequar os espaços públicos integrantes da rede viária, quanto à melhoria das calçadas, arborização, iluminação, sinalização, visando à qualidade da paisagem urbana e melhoria da

acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais;

II – adequar à legislação urbanística e de edificações às Normas Brasileiras correlatas à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais;

III – estabelecer na Lei de uso do solo a necessidade de reservar, em edifícios de uso público, vagas para estacionamento de veículos de portadores de necessidades especiais;

IV – Implantar um programa de adequação progressiva do sistema de transporte coletivo, para garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;

V – Conceber e implantar um programa de educação e divulgação comunitária, para a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais na mobilidade urbana.

Seção IV

Do Controle da Movimentação de Cargas

Art.16. O controle da movimentação de cargas da macrozona urbana viabilizar-se-á com as seguintes ações: – criar Centro de Transferência de Carga, em área lindeira à BR – 452, e desenvolver mecanismos necessários para a logística de distribuição e segurança;

I – implantar o uso e ocupação o solo, segundo os parâmetros fixados para implantação de atividades econômicas previsto no artigo 46, desta Lei;

II – compatibilizar a distribuição de carga com as demais atividades e usos urbanos considerando a frequência do transporte, horário e locais de carga e descarga;

III – proibir a movimentação de cargas através de veículos pesados emissores de ruídos e poluentes pela malha urbana coletora e local;

IV – definir nos acessos urbanos parâmetros de monitoramento da distribuição de carga na Macrozona urbana;

Capítulo III

Do Meio Ambiente

Art.17. A Estratégia do Meio Ambiente tem por objetivo a condução de um modelo de desenvolvimento local, que privilegie a qualidade ambiental através do uso racional e sustentável dos recursos naturais e construídos visando à proteção, a recuperação e a manutenção dos aspectos paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos.

Art.18. Integram a Estratégia do Meio Ambiente as seguintes diretrizes;

I – Valorizar, recuperar e proteger os recursos naturais e o patrimônio construído;

II – Promover ações articuladas de saneamento a partir de planos setoriais de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e gerenciamento dos resíduos sólidos.

III – Contribuir para a melhoria das condições ambientais aperfeiçoando a regulamentação do uso e ocupação do solo e educação ambiental.

Art.19. Constituem a Estratégia do Meio ambiente:

I – Programa de Recuperação dos Recursos Hídricos, que propõe constituir uma política global de gerenciamento dos recursos hídricos do Município;

II – Programa de recuperação da cobertura vegetal nativa do Município, que propõe ações no sentido de incentivar o aumento dos índices de cobertura de vegetação nativa, através da manutenção de fragmentos de vegetação nativa remanescentes, de reflorestamentos e instalação de Unidades de Conservação – Ucs, em especial RPPNs, no território municipal;

III – Programa de implantação de Parques Urbanos Lineares, que propõe ações no sentido de incentivar o aumento dos índices de cobertura vegetal nativa, de permeabilidade e melhorar a situação sanitária e ambiental, ampliando os locais recuperados ambientalmente e propícios ao lazer;

IV – Programa de melhoria da qualidade e ampliação do abastecimento de água tratada, que visa minimizar o processo de degradação ambiental na bacia hidrográfica do Ribeirão Santa Maria e melhorar a qualidade da água oferecida à população, bem como ampliar o universo de usuários do sistema;

V – Programa de gestão de esgotamento sanitário, que propõe ações no sentido de melhorar os índices de esgotamento sanitário, com diminuição da poluição e degradação ambiental, e ampliar o universo de usuários do sistema, incorporando a parcela da população que utiliza fossas sépticas e negras;

VI – Programa de macro drenagem urbana, que privilegie mais intervenções de caráter ambiental e preventivo de obras de engenharia, em especial ao longo dos cursos d'água e nas áreas passíveis de alagamentos.

VII – Programa de gestão dos resíduos sólidos urbanos, que tem a finalidade de melhorar os índices de limpeza urbana, diminuir o risco de poluição, degradação ambiental e proliferação de doenças provocadas pelo lixo hospitalar, aumentar a eficiência do lixo industrial e seu manejo adequado para o aterro sanitário e diminuir o volume de entulho gerados pela construção civil, aumentando a reciclagem dos mesmos e eficiência de seu manejo;

VIII – Programa de diminuição da Impermeabilização do solo da Macrozona Urbana, que visa incentivar e fiscalizar os índices de impermeabilização no processo de uso e ocupação do solo na macrozona urbana, de modo a favorecer a recarga do lençol freático e evitar pontos críticos de alagamentos na malha urbana;

IX – Programa de exploração de minerais industriais, que propõe ações visando obter maior controle destas atividades para a construção civil no município, sobretudo a exploração mineral de areia lavada no Rio Paranaíba;

X – Programa de atividades agroindustriais, que visa apoiar, incentivar a articulação com os órgãos do Estado, encarregados de fiscalizar as atividades agroindustriais;

XI – Programa de extrativismo vegetal, que propõe ações do controle das atividades de extrativismo natural vegetal, especialmente das carvoarias, objetivando amenizar os índices de poluição e degradação ambiental;

XII – Programa de prevenção e controle da poluição do ar, sonora e visual, que visa melhorar a fiscalização e o controle dos pontos críticos da poluição do ar, sonora e visual, sobretudo, emissões veiculares, melhorando a qualidade ambiental e de vida de seus cidadãos;

XIII – Programa de Educação Ambiental, que visa à conscientização e educação da população sobre a importância de compatibilizar as questões econômicas, ambientais e sociais para se ter uma população mais consciente sobre a importância de desenvolver atividades econômicas a luz da sustentabilidade compatibilizando a geração de riqueza com a conservação ambiental.

Capítulo IV

Do Desenvolvimento Sócio-Econômico

Art.20. A Estratégia do Desenvolvimento Sócio-Econômico tem como objetivo criar condições espaciais e institucionais com vistas a facilitar e promover o desenvolvimento sócio-econômico, ampliando o emprego e a renda e melhorando a qualidade de vida da população.

Parágrafo único. A Estratégia de Desenvolvimento Sócio-Econômico viabilizar-se á através das seguintes diretrizes: – Desempenhar o papel de indutor na geração de ocupações produtivas, promovendo a redução das desigualdades sociais;

I – Promover e incentivar o associativismo/cooperativismo e organizações coletivas de pequenos empreendedores;

II – Apoiar incentivos voltados para articulação de cadeias produtivas;

III – Intensificar esforços entre agentes públicos e privados para criar no Município, estrutura turística integrada e moderna segundo a concepção do desenvolvimento sustentável;

Capítulo V

Do Desenvolvimento Sócio-Cultural

Art.21. A Estratégia do Desenvolvimento Sócio-Cultural tem como objetivo promover ações que contribuam para minimizar a pobreza e às desigualdades sociais, bem como as que assegurem o pleno exercício da cidadania, melhorando a qualidade de vida da população.

Parágrafo único. Integram a Estratégia do Desenvolvimento Sócio Cultural os seguintes objetivos:

I – Promoção da inclusão Social; II – Promoção da cidadania;

Art.22. A Estratégia do Desenvolvimento Sócio-Cultural viabilizar-se á através das seguintes diretrizes:

- I – Promover ações de caráter compensatórios e emergenciais visando mitigar os efeitos perversos da pobreza e ou de calamidades;
- II – Promover ações de atendimento às necessidades de segmentos populacionais que apresentem demandas especiais;
- III – Universalização do ensino fundamental;
- IV – Promover estímulos para elevar a escolaridade da população;
- V – Apoiar e promover cursos profissionalizantes compatíveis com a vocação econômica do Município;
- VI – Promover a prática de atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer como perspectiva de inclusão social;
- VII – Otimizar a prestação dos serviços de saúde;
- VIII – Promover ações de segurança em locais que apresentam fragilidade. Capítulo VI

Da Gestão Pública

Art.23. A Estratégia da Gestão Pública tem por objetivo construir uma Gestão Democrática, apoiada em um processo de planejamento que contemple a promoção do Desenvolvimento sustentável do Município, associada à oferta de serviços públicos com qualidade.

Parágrafo único. A Estratégia da Gestão Pública viabilizar-se á através das seguintes diretrizes:

- I – Conceber de um processo de Planejamento com o objetivo de implantar, monitorar e avaliar o Plano Diretor Participativo do Município;
- II – Promover a integração dos órgãos da Administração Local;
- III – Instituir mecanismos para uma Gestão Democrática, com maior participação da sociedade nas ações de Governo;
- IV – Otimizar a oferta dos serviços públicos prestados à comunidade. Seção I

Da Implantação, Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor Participativo

Art.24. Constituem ações de implantação, monitoramento e avaliação do Plano Diretor Participativo:

- I – reestruturar e equipar o Órgão de Planejamento Municipal dotando-o de recursos humanos especializados nas áreas de planejamento, urbanismo, meio ambiente e gestão;
- II – implantar um Sistema de Informações Municipais para subsidiar a gestão do

desenvolvimento urbano;

III – conceber e implantar um Cadastro Técnico Multifinalitário;

IV – criar mecanismos de implantação e gestão dos Instrumentos de Política Urbana previstos no Plano Diretor Participativo;

V – conceber e implantar Programa Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, visando concomitantemente, a urbanização e a regularização de áreas e ou loteamentos irregulares;

VI – atualizar a Legislação Urbanística Complementar, conforme os critérios e parâmetros definidos no Plano Diretor Participativo.

TÍTULO III

DO MODELO ESPACIAL

Art.25. O modelo espacial representa o reatamento no território municipal do conjunto de princípios e diretrizes estabelecidos, sustentados pela estratégia de implantação do Plano Diretor.

Parágrafo único. Constituem princípios básicos do Modelo Espacial proposto:

- I – a descentralização de atividades, através de uma política de miscigenação de usos do solo que considere as atividades econômicas, a provisão de serviços e aspectos sócio- culturais e ambientais;
- II – a densificação controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade;
- III – a estruturação e qualificação ambiental, através da valorização do patrimônio e do estímulo à produção primária.

Art.26. Para efeito desta lei considera-se:

- I – Adensamento: a intensificação do uso do solo;
- II – Densidade Básica: o limite de aproveitamento do solo para uso residencial estabelecido para todos os terrenos do Município;
- III – Densidade Líquida: a relação entre o número de habitantes e a área líquida da unidade territorial considerada;
- IV – Áreas: as porções do território do Município delimitadas por Lei e caracterizadas por suas funções social e físico-ambiental diferenciadas.
- V – Área de Ocupação Intensiva: é aquela que, conciliada com a proteção do patrimônio ambiental, se caracteriza como prioritária para fins de urbanização e densificação.

VI – Área de Ocupação Rarefeita: é aquela com características de baixa densificação, onde a proteção da fauna, flora e demais elementos naturais é prioritária, admitindo-se usos científicos habitacionais de baixa densidade, turísticos, de lazer e atividades econômicas sustentáveis.

VII – Macrozoneamento é a divisão do território em unidades territoriais denominadas macrozonas que expressem o destino que o município pretende dar às diferentes áreas do seu território.

Capítulo I

Do Uso e Ocupação do Solo Seção I

Do Macrozoneamento

Art.27. O Macrozoneamento do Território Municipal de Itumbiara compreende o espaço construído e urbanizado e o espaço de ocupação rarefeita, constituído de suas principais bacias hidrográficas e serras, e tem por objetivo coibir o uso indevido do solo, qualificando seu uso e ocupação para evitar o descontrole institucional das ações privadas no território Municipal.

Art.28. O Macrozoneamento, constante no Mapa 01, anexo I, integrante desta Lei, divide o Território do Município de Itumbiara em 10 Macrozonas:

- I – Macrozona do Rio Bom Jesus;
- II – Macrozona do Ribeirão Campo Grande; III – Macrozona do Ribeirão Campanha; IV – Macrozona do Rio Meia Ponte;
- V – Macrozona da Serra do Azarias;
- VI – Macrozona do Rio Paranaíba;
- VII – Macrozona do Ribeirão Santa Maria; VIII – Macrozona da Serra do Salitre;
- IX – Macrozona do Lago de Furnas; X – Macrozona Urbana.

Art.29. A Macrozona 1 – Do Rio Bom Jesus: abrange parcela de terra pertencente à Bacia hidrográfica do Rio Homônimo, situada na extremidade Oeste do Município de Itumbiara, limitando-se com os Municípios de Bom Jesus de Goiás a Norte/Noroeste e a Sul com Inaciolândia.

Art.30. A Macrozona 2 – Do Ribeirão Campo Grande: compreende as terras pertencentes à bacia Hidrográfica do Ribeirão Campo Grande, situada na porção Oeste do Território do Município de Itumbiara, contígua à Macrozona do Rio Bom Jesus, limitando-se com os Municípios de Bom Jesus a Norte e a Sul com Inaciolândia.

Art.31. A Macrozona 3 – Do Ribeirão Campanha: Abrange os terrenos pertencentes à Bacia Hidrográfica do Ribeirão Campanha, situa-se na porção Oeste do Território do Município de Itumbiara, contígua à Macrozona do Ribeirão Campo Grande, limitando-se a Sul

com os Municípios de Inaciolândia e Cachoeira Dourada.

Art.32. A Macrozona 4 – Do Rio Meia Ponte: Constitui parcela de terra pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Homônimo, situada na porção central do Território do Município de Itumbiara, limita-se com os Municípios de Bom Jesus e Panamá e Norte e a Sul com Cachoeira Dourada.

Art.33. A Macrozona 5 – Da Serra do Azarias: Abrange parcela de terra pertencente à Serra Homônima, localizada na porção central do Território do Município de Itumbiara, limitando-se com os Municípios de Panamá a Norte e a Sul/Sudeste com Cachoeira Dourada.

Parágrafo único. A Macrozona 5 subdivide-se em duas Zonas: I – Zona da Chapada da Serra do Azarias;

II – Zona das Encostas da Serra do Azarias.

Art.34. Macrozona 6 – Do Rio Paranaíba: abrange parcela de terra situada ao longo do Rio Paranaíba e Bacia Hidrográfica do Ribeirão Trindade, limita-se com os Municípios de Cachoeira Dourada a Sul/Sudoeste e com Panamá a Norte/Noroeste.

Parágrafo único. A Macrozona 6 subdivide-se em duas Zonas: I – Zona do Rio Paranaíba, e Lago de Cachoeira Dourada;

II – Zona do Ribeirão Trindade.

Art.35. Macrozona 7 – Do Ribeirão Santa Maria: engloba parcela de terra situada na bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, limita-se a Norte/Noroeste com o Município de Panamá. Neste manancial encontra-se o ponto de captação e Estação de Tratamento de Água e abastecimento público.

Art.36. Macrozona 8 – Da Serra do Salitre: constitui parcela de terra pertencente a Serra Homônima, situada na extremidade Norte/Nordeste do Território do Município de Itumbiara, na divisa com o Município de Buriti Alegre.

Parágrafo único. A Macrozona 8 subdivide-se em duas Zonas: I – Zona da Chapada da Serra do Salitre;

II – Zona das Encostas da Serra do Salitre.

Art.37. Macrozona 9 – Do Lago de Furnas: abrange parcela de terra situada na extremidade Leste do Território do Município de Itumbiara, na divisa com o Município de Buriti Alegre e na esfera imediata do Lago de Furnas.

Parágrafo único. A Macrozona 9 subdivide-se em três Zonas: I – Zona de Produção Sustentável;

II – Área Especial Interesse Turístico;

III – Zona da Serra da Queixada/Barranca.

Art.38. As Macrozonas do Rio Bom Jesus, do Ribeirão Campo Grande, do Ribeirão Campanha, do Rio Meia Ponte, da Serra do Azarias, do Rio Paranaíba, do Ribeirão Santa Maria, da Serra do Salitre e do Lago de Furnas, deverão manter suas características de baixa densificação, onde será observada a proteção da flora, da fauna e de mais elementos naturais, admitindo se, para sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária.

Art.39. Macrozona 10 – Urbana. Área de ocupação intensiva destinada para fins de urbanização, que por suas funções permitem atividades humanas mais diversificadas em ambiente urbano, desde que compatíveis com a proteção ambiental. A definição da Macrozona é representada pelo Perímetro Urbano, descrito em Lei Específica.

Parágrafo único. A Macrozona 10, constante do Mapa 02, anexo I, integrante desta Lei, subdivide-se em áreas de uso conforme as seguintes categorias:

I – Áreas Predominantemente Residenciais;

II – Áreas Destinadas ao Desenvolvimento das Atividades Econômicas – caracterizadas: pelo uso comercial, que se destina à venda de produtos; de serviços que se destina a prestar serviços à população, quer seja de atividade pública ou privada e de uso industrial destinada à produção de bens industrializados.

III – Áreas de Proteção do Ambiente Natural – destinada à preservação e conservação dos recursos naturais no meio urbano, como margens dos cursos d'água, áreas alagadiças, remanescentes de cobertura vegetal de interesse de preservação, destinadas preferencialmente para parques, bosques, lagos, nascentes e similares, com restrições quanto aos usos que provoquem incomodidades ambientais.

Capítulo II

Dos Instrumentos de Controle e Regulação do Solo

Art.40. Constitui objetivos específicos para o controle e regulação do Território:

I – Permitir usos diversos pela cidade, em lotes ou edificações, salvo os usos geradores de incomodidades e os usos que afetam a segurança da vizinhança;

II – Garantir melhor fluidez de tráfego no sistema viário, respeitando a hierarquia e as características geométricas das vias e sua utilização prioritária pelo transporte coletivo;

III – Caracterizar situações de incomodidade, tais como: sobrecarga no volume de tráfego, poluição por gases, partículas e odores, poluição sonora por ruído ou vibração;

IV – Simplificar as categorias e subcategorias de usos, suprimindo as listagens de atividades;

V – Facilitar a mudança de uso do solo, de modo a permitir as transformações de atividades da mesma edificação;

VI – Tratar de forma especial empreendimentos que, por seu porte ou natureza, venham

ocasionar impacto sobre a vizinhança no local onde se instalam e as Áreas Especiais conforme suas especificidades;

Art.41. Para efeito desta lei considera-se:

I – Natureza de incomodidade – condição inerente às atividades que provocam transtornos, podendo ser:

- a) relativa ao ambiente, quanto há geração de ruídos, resíduos e efluentes poluidores,
- b) relativa a riscos de segurança;
- c) relativa à circulação de automóveis, veículos pesados ou ambos;
- d) relativa a interferências de ondas eletromagnéticas, de elementos visuais assim como de impactos de natureza cultural, moral e outros.

II – Nível de incomodidade – condição inerente às atividades que devido ao porte, natureza e intensidade do uso, provocam maior ou menor transtorno ao meio urbano.

III – Lote – unidade imobiliária que constitui parcela autônoma de um parcelamento, definida por uma forma geométrica e com, pelo menos, uma das divisas voltadas para logradouro público.

IV – Gleba – áreas não parceladas.

V – Uso do Solo – conjunto de parâmetro que define a localização e a especificidade dos vários tipos de atividades na malha urbana.

Art.42. O controle e a regulação do território dar-se-ão através dos seguintes instrumentos urbanísticos de intervenção no solo:

I – Normas de uso e ocupação do solo;

II – Monitoramento da Densificação; III – Parcelamento do Solo;

IV – Projetos Especiais de Impacto no Tecido Urbano; V – Áreas Especiais;

VI – Instrumentos de Gestão Urbana. Seção I

Das Normas de Uso e Ocupação do Solo

Art.43. Para efeito de controle das atividades urbanas, ficam estabelecidos, de forma geral, o uso residencial e o uso não-residencial como categorias predominantes.

Art.44. O uso residencial classifica-se como unifamiliar e multifamiliar.

§ 1º. O uso unifamiliar é aquele que permite o assentamento de uma família por unidade imobiliária.

§ 2º. O uso multifamiliar é aquele que permite o assentamento de mais de uma família

por unidade imobiliária, se aplicado nas áreas Adensáveis, definidas no Artigo 55 desta Lei.

Art.45. O uso não-residencial, em função das diferentes naturezas das atividades econômicas, classifica-se em: uso comercial, de serviços e industrial.

§ 1º. O uso comercial é aquele que se destina a vender produtos;

§ 2º. O uso de serviços é aquele que se destina a prestar serviços à população por atividades públicas ou privadas.

§ 3º. O uso industrial é aquele que se destina a produzir bens.

§ 4º. O uso rural é aquele que se destina à produção agropecuária ao extrativismo vegetal e mineral e a agroindústria.

Subseção I

Da Instalação dos Usos Não Residenciais na Macrozona Urbana Art.46. A instalação de usos na macrozona urbana fica condicionada: I – Ao nível de incomodidade causada à vizinhança;

II – A sobrecarga nas vias em relação à função da rede viária; II – Ao porte das atividades comercial e industrial;

Art.47. Todos os usos serão permitidos na Macrozona Urbana, observando-se o disposto no Quadro 01, anexo II, integrante desta Lei, e respeitando a Listagem de Atividades Incomodas, que será objeto de regulamentação através de Decreto.

I - atividades de nível de incomodidade 1 (hum);

II - atividades de nível de incomodidade 2 (dois); III - atividades de nível de incomodidade 3

(três); IV - atividades de nível de incomodidade 4 (quatro); V - atividades de nível de incomodidade 5 (cinco).

§ 1º. Atividades de nível de incomodidade 1 (hum), compreendem aquelas que não causam incômodo e nem impacto significativo ao ambiente, à estrutura e às infraestruturas urbanas.

§ 2º. Atividades de nível de incomodidade 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), compreendem aquelas que têm potencial de causar incômodo e impacto significativo ao ambiente, à estrutura e às infra-estruturas urbanas.

§ 3º. Atividades de nível de incomodidade 5 (cinco), compreendem aquelas que, por suas características excepcionais, provocam maior grau de incômodo e impacto ao ambiente, à estrutura e às infra-estruturas urbanas.

Art.48. Os usos que, segundo a natureza, porte e grau de incomodidade estiverem incompatíveis com o uso residencial, deverão obedecer aos critérios estabelecidos quanto à sua localização em relação às características e função das vias integrantes do sistema viário básico da cidade, expressos no Mapa 05, anexo I, integrante desta Lei.

Art.49. Para os usos já existentes e comprovados através da Inscrição Municipal ou Estadual, e desconforme com a Listagem de Atividades Incomodas, deverá ser objeto de Termo de Ajuste de Conduta realizado entre o Ministério Público e o proprietário.

Parágrafo único. Para os usos descritos no caput deste artigo não poderá ser liberado alvará de ampliação.

Art.50. Os postos de gasolina somente serão instalados: I – em terrenos de esquina;

II – com área mínima de 450m (quatrocentos e cinquenta metros quadrados); III – com comprimento mínimo para via principal de 30 m (trinta metros);

IV – com largura mínima para via secundária de 15 m (quinze metros);

V – com distanciamento mínimo de 80m (oitenta metros) para escolas, templos, hospitais, creches e assemelhados;

VI – com taxa de ocupação de até 80% (oitenta por cento) do terreno, desde que se construa poços de recarga.

§ 1º. Os terrenos para instalação de postos de gasolina não poderão fazer frente para vias locais.

§ 2º. Em casos de pré-existência de postos de gasolina deverá ser respeitado distanciamento mínimo de 80m (oitenta metros) de postos de gasolina para instalação dos equipamentos dispostos no inciso V deste artigo.

§ 3º. Em caso de pré-existência de ERB's – Estação de Rádio Base deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 100 (cem metros).

Art.51. Para os parcelamentos do solo aprovados e registrados com regime urbanístico próprio prevalecerão às exigências da aprovação em relação ao uso do solo, desde que não sejam inferiores aos limites mínimos estabelecidos nesta Lei.

Seção II

Do Monitoramento da Densificação

Art.52. A edificação, visando a sua adequação às características da macrozona urbana, é regulada pelos seguintes dispositivos de controles:

I – Áreas de adensamento; II – Regime volumétrico;

III – Recuos para ajardinamento e viário; IV- Garagens e estacionamentos.

Parágrafo único. Os padrões de controle urbanístico são aplicados nos termos do Quadro 02, “Parâmetros Urbanísticos de Adensamento”, constantes do anexo II, integrante desta Lei.

Art.53. Com o objetivo de tornar a Macrozona Urbana mais compacta estabeleceu-se três tipos de Áreas quanto a sua densificação, definidas no Mapa 04, anexo I, integrante desta Lei, assim classificadas:

I - Área de Adensamento Básico II - Área Adensável – 1

III - Área Adensável – 2

Art.54. Área de Adensamento Básico, é aquela onde se aplica estritamente o coeficiente de aproveitamento 1 (um), gratuito e com os seguintes parâmetros urbanísticos:

I – nos terrenos com área igual ou superior a 360m (trezentos e sessenta metros quadrados) é permitido construir edificações com tipologia de térreo mais dois pavimentos, que não excedam 10,50m de altura da cota de soleira do térreo à laje de cobertura do segundo pavimento.

Art.55. Área Adensável, é aquela onde as condições do meio físico a disponibilidade de infra-estrutura e a necessidade de diversificação de uso possibilitem um adensamento maior do que aquele correspondente à Área de Adensamento Básico.

§ 1º. A Área Adensável está dividida para efeito dos critérios de sua utilização em:

I – A Área Adensável - 1, formada pelo conjunto de bairros: Bairro Boa Vista da Av. JK até a Av. Beira Rio; Bairro Alvorada da Av. Afonso Pena até a Av. Beira Rio; Bairro Medeiros (todo); Centro (parte) compreendida pelo polígono formado pelas vias: Rua Major Rogério, Av. Afonso Pena, Av. Benjamin Constant, Rua João Manoel de Souza, Rua Tiradentes, Rua Franklin Xavier, Av. Rogelina Maria de Jesus e Av. Beira Rio.

II – Área Adensável - 2, formada pelas quadras lindeiras às vias Arteriais e Coletoras, definidas pela hierarquia viária estabelecida no artigo 13, desta Lei, excetuando as quadras situadas em conjuntos habitacionais populares e nas Áreas de Preservação Permanente - APPs.

§ 2º. Para as Áreas Adensáveis 1 e 2, a volumetria da edificação é definida pela proporção entre os recuos frontal, lateral e fundo e a altura da edificação conforme Quadro 02, anexo II, integrante desta Lei.

Art.56. Para efeito de aplicação dos recuos, os lotes com mais de uma testada voltada para logradouros públicos, terão, nessas testadas, considerados os recuos frontais.

Art.57. As construções no subsolo serão dispensadas dos recuos, observando o que determina o artigo 61, § 4º, desta Lei.

Art.58. Será permitida construção no recuo frontal, destinada a guaritas, portarias, casas de gás e de lixo, desde que o somatório das áreas não ultrapasse 20% da área do recuo, até o limite máximo de 50,00m (cinquenta metros quadrados) de área construída, e a altura seja igual ou inferior a 2,40 (dois metros e quarenta centímetros).

Art.59. As Áreas de Proteção do Ambiente Natural terão regime urbanístico próprio estabelecidos no artigo 74, representadas no Mapa 6, anexo I, integrantes desta Lei.

Seção III

Das Prescrições Urbanísticas Adicionais

Art.60. Para garantir a ocupação do solo de forma adequada às características do meio físico, bem como garantir o equilíbrio climático da cidade, serão observadas as seguintes normas urbanísticas adicionais:

I – Taxa de Ocupação;

II – Taxa de Impermeabilização.

Parágrafo único. As demais normas específicas para as edificações serão definidas pelo Código de Edificações Municipal.

Art.61. A taxa de ocupação máxima permitida para os terrenos contidos na Macrozona Urbana é de 80% (oitenta por cento) da área do lote.

§ 1º. Se a taxa de ocupação não ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da área do lote o proprietário terá redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor da taxa de alvará de construção.

§ 2º. A taxa a que se refere o caput deste artigo corresponde à área máxima do lote a ser ocupado pela construção no pavimento térreo.

§ 3º. A área máxima permitida para os pavimentos acima do térreo corresponde à área resultante da aplicação dos recuos estabelecidos para Área Adensável, constantes desta Lei.

§ 4º. A área máxima permitida para os pavimentos construídos no subsolo corresponde a 80% (oitenta por cento) da área total do lote.

§ 5º. Serão consideradas construções em subsolo aquelas com altura máxima de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) medidas em relação ao nível de menor cota do ponto médio do meio fio de qualquer dos logradouros frontais do terreno.

§ 6º. Não serão computados para efeito de ocupação: pergolados, beirais, marquises e caramanchões.

Art.62. A taxa de impermeabilização máxima permitida para os terrenos contidos na Macrozona Urbana é de 80% (oitenta por cento) da área do lote.

Art.63. Para efeito desta lei considera-se:

I – Recuos ou afastamentos: designam a menor distância entre a divisa do terreno e o limite externo da projeção horizontal da construção em cada um dos seus pavimentos, denominando-se frontal, se referindo aos limites com logradouros ou vias públicas, e de fundo e lateral, se referindo à divisa com outros lotes;

II – Taxa de Impermeabilização: o índice que se obtém dividindo a área da parcela do lote ou gleba que não permite a infiltração de água pela área total do lote ou gleba;

III – Taxa de Ocupação: o índice que se obtém dividindo a área correspondente à projeção horizontal da construção pela área total do lote ou gleba.

Seção IV

Do Parcelamento do Solo

Art.64. O parcelamento do solo para fins urbanos e das glebas situadas dentro da Macrozona urbana – estará sujeito à prescrições urbanísticas estabelecidas pela Lei de Parcelamento do Solo, parte integrante deste Plano Diretor.

Parágrafo único. A Lei de Parcelamento do Solo deverá observar as seguintes diretrizes:

I – O parcelamento do solo ocorrerá apenas em glebas públicas e privadas situadas no interior do Perímetro Urbano definido no Plano Diretor;

II – A implantação de novos loteamentos vincular-se-á a real necessidade de lançamento de novas unidades no perímetro urbano. Conforme análise formulada pelo órgão de Planejamento.

III – Obedecer aos parâmetros de proteção ambiental ao longo dos cursos d'água, lagos e áreas inundadas, evitando a proliferação da ocupação em áreas impróprias;

IV – Preservação das manchas remanescentes de vegetação nativa contígua à malha urbana consolidada;

V – Disponibilização de infra-estrutura básica para os novos assentamentos conforme exigências do Estatuto da Cidade;

VI – Estabelecer um sistema viário estruturador, proporcionando uma comunicação articulada entre os bairros;

Seção V

Dos Projetos Especiais de Empreendimentos de Impacto

Art.65. Os projetos especiais de empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que, quando apresentados, venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou, ainda, tenham uma repercussão ambiental significativa, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança ou ao espaço natural circundante, cujas edificações tenham área computável acima de 5000m² (cinco mil metros quadrados).

Art.66. São considerados projetos especiais de empreendimentos de impacto:

I – os empreendimentos sujeitos à apresentação de relatório de impacto de meio ambiente, nos termos da legislação ambiental federal, estadual ou municipal em vigor;

II – os empreendimentos com capacidade de reunião de mais de trezentas pessoas, simultaneamente;

III – os empreendimentos que ocupam mais de uma quadra ou quarteirão urbano;

IV – qualquer empreendimento, exceto o uso residencial, cuja área construída ultrapasse o regime volumétrico constante da lei para o bairro onde está localizado.

Art.67. Os empreendimentos descritos nos incisos I a IV deverão apresentar Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV para análise da concessão do alvará de construção.

Parágrafo único. O Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV deverá, estabelecer normas para adequação dos Projetos Especiais em termos de:

I – Circulação viária;

II – infra-estrutura urbana;

III – garantias de preservação do patrimônio natural e construído; IV – melhoria da paisagem do tecido urbano;

V – garantia dos empregos impactados na vizinhança pela instalação de atividades econômicas de grande porte.

Art.68. O órgão municipal de planejamento competente, ao classificar um empreendimento como de impacto, deverá elaborar parecer técnico para análise do empreendimento pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONDUR, conforme artigo 85, inciso IV, desta Lei, devendo indicar as exigências a serem feitas ao empreendedor para que, às suas expensas, realize obras ou adote medidas no sentido de atenuar, compensar ou neutralizar o impacto previsível.

Art.69. Os projetos especiais de empreendimentos de impacto serão objeto de Estudo de Viabilidade Urbanística para analisar suas características diferenciadas e verificar a necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental, conforme regulamentação a ser estabelecida pelo órgão competente municipal.

Seção VI

Das Áreas Especiais

Art.70. As Áreas Especiais são aquelas que serão integradas de melhor forma à estrutura da cidade, com aproveitamento das melhorias já implantadas ou com a eliminação da precariedade da infra-estrutura existente, com normas próprias de uso e ocupação do solo e destinação específica, conforme Mapa 07, anexo I, integrante desta Lei.

Parágrafo único. O poder Executivo deverá solicitar ou elaborar se for o caso, Plano de Urbanização para as Áreas Especiais, que deverá ser aprovado pelo CONDUR, o qual estabelecerá padrões específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo para as edificações.

Art.71. As Áreas Especiais se classificam em: I – Áreas Especiais de Interesse Econômico; II – Áreas Especiais de Interesse Urbanístico;

III – Áreas Especiais de Interesse Ambiental e Cultural; IV – Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS;

V – Áreas Especiais de Interesse Estratégico.

Art.72. São consideradas Áreas Especiais de Interesse Econômico o DIAGRI, o Parque agropecuário, a gleba destinada à implantação do Centro de Transferência de Cargas, as glebas destinadas à implantação de atividades econômicas de grande porte, situada às margens das BRs – 153 e 452, e Área Especial de Interesse Turístico - AEIT.

§ 1º. Entende-se por Área Especial de Interesse Turístico – AEIT, segundo a Lei nº 6.513 – Art 3º, de 20/12/1977, “trechos contínuos do território, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”.

§ 2º. A Área Especial de Interesse Turístico - AEIT será criada através de Lei Municipal Específica em área previamente definida pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais conforme Resolução CONAMA nº 09 de 03 de dezembro de 1987 e outras Normas e Resoluções posteriores.

§ 3º. Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais é o conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, recuperação, o uso e ocupação do entorno do reservatório artificial, respeitados os parâmetros estabelecidos em Resoluções e Normas do CONAMA.

§ 4º. A aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais deverá ser precedida da realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução CONAMA nº 09 de 03 de dezembro de 1987, naquilo que for aplicável, informando-se ao Ministério Público com antecedência de 30 dias da respectiva data.

§ 5º. Na análise do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais deverá ser ouvido o comitê da bacia hidrográfica onde estiver localizado o reservatório artificial.

§ 6º. O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais poderá indicar áreas para a implantação de pólos turísticos e lazer no entorno do reservatório artificial, que não poderão exceder a dez por cento da área total do seu entorno.

§ 7º. O poder público municipal de Itumbiara terá um prazo de 120 dias para realização do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Lago de Furnas e definição das áreas para a implantação de pólos turísticos e lazer e criação da AEIT no entorno do reservatório artificial.

§ 8º. A área do Lago de Furnas situada dentro do município de Itumbiara é de 8.116,56

ha e a área do entorno do Lago de Furnas no município de Itumbiara, representada pela Macrozona Entorno do Lago de Furnas no Macrozoneamento do município, é de 7937,70 ha.

§ 9º. As áreas para a implantação de pólos turísticos e lazer no entorno do Lago de Furnas não poderão ultrapassar na sua totalidade a 10% (dez por cento) da área do entorno do Lago de Furnas no município de Itumbiara, representada pela Macrozona Entorno do Lago de Furnas no Macrozoneamento do município, ou seja, 793,770 ha.

§ 10º. As ocupações existentes nas margens do Lago de Furnas, consolidadas anteriormente à realização do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Lago de Furnas e definição da AEIT, terão prazo de 2 (dois) anos a partir da criação da AEIT para adequação as exigências contidas no Plano Ambiental.

§ 11º Caberá ao Executivo Municipal promover a articulação com os Órgãos Federais competentes para sua institucionalização, obedecendo a Legislação Federal e Estadual, pertinente.

Art.73. São consideradas Áreas Especiais de Interesse Urbanístico o Centro Histórico, o Capim de Ouro, o Parque Linear da Av. Beira Rio, a Prainha e sua extensão, o Cemitério, as Áreas do Complexo Esportivo, da Escola de Tempo Integral e da UEG.

Art.74. São consideradas Áreas Especiais de Interesse Ambiental e Cultural, as áreas dos Ecossistemas Aquáticos e Florestais representadas pelas áreas de brejos, pelas lagoas perenes e transitórias, inclusive os Lagos de Furnas e Cachoeira Dourada, pelos cursos d'água, pelos fragmentos de vegetação nativa, incluídas as matas ciliares, que constituem as Áreas de Preservação Permanente – APPs, pela Casa da Cultura, pela Ponte Afonso Pena.

§ 1º. Para efeito desta Lei considera-se:

- I - Área de Preservação Permanente – APP: de acordo com diversas resoluções do CONAMA, bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, incluídas a fauna e a flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- II - Lagoas perenes: são acumulações de água naturais ou artificiais que podem diminuir seu volume de água durante o período de ausência de chuvas, mas não secam.
- III - Lagoas transitórias: são acumulações de água naturais no período das chuvas e que podem diminuir seu volume de água durante o período de ausência de chuvas transformando-se em brejos ou até secando
- IV - Ecossistemas aquáticos e florestais: são sistemas integrados de ambientes físicos e seres vivos com capacidade de captar a energia solar, realizar fotossíntese e estabelecer a sua própria economia de energia estabelecendo uma cadeia alimentar, no caso específico constituem áreas de brejos, pelas lagoas perenes e transitórias, os cursos d'água, os fragmentos de vegetação nativa, incluídas as matas ciliares.
- V - Topo de morro: área delimitada a partir da curva de nível correspondente a $\frac{3}{4}$ (três quartos) de sua altitude máxima, medida em relação ao nível do mar;

VI - Nascente ou olho d'água: o local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;

VII - Talvegue: a linha de maior profundidade de um vale;

VIII - Curso d'água: a massa líquida que cobre uma superfície, seguindo um curso ou formando um córrego ou ribeirão cuja corrente pode ser perene, intermitente ou periódica;

IX - Arvore ou conjunto de árvores imunes ao corte: os exemplares nativos de cerrado, de mata nativa, ameaçados de extinção ou de reconhecida utilidade à terra que revestem;

X - Unidades de Conservação: são os espaços territoriais e seus recursos ambientais incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

§ 2º. Para as Áreas de Preservação Permanente -APPs localizadas na Macrozona Urbana serão observados os seguintes critérios:

I - No entorno das nascentes, serão considerados 100 (cem metros) de raio medidos a partir do olho d'água, entendido com ponto de afloramento do lençol d'água subterrâneo.

II - Nas faixas bilaterais ao longo dos cursos d'águas constituídas de largura mínima de 50 m (cinquenta metros), a partir das margens ou cota de inundação para os cursos d'água que cortam a malha urbana (Água Suja, Trindade, Buriti e Pombas), ressalvadas as ocupações já consolidadas previamente a vigência desta Lei e resguardando-se os casos excepcionais, desde que demonstrado seu caráter de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, externados na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA nº 369, de 28/03/2006.

III - Para efeito deste artigo, baseado na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA nº 369 de 28/03/2006, entende-se como:

a) de caráter de utilidade pública: as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; a implantação de área verde pública, parques de lazer; trilhas ecoturísticas, ciclovias, pesquisa arqueológica; obras públicas para implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados desde que não comprometa as funções ambientais das APPs.

b) de caráter de interesse social: as atividades imprescindíveis à regularização fundiária sustentável de áreas de posse ou invasões de baixa renda com características residenciais e passíveis de urbanização; ao manejo agroflorestal, ambientalmente sustentável, praticado na pequena propriedade ou posse com atividade caracterizada como familiar e rural, que não descaracterize a cobertura vegetal nativa, ou impeça sua recuperação, e não prejudique a função ecológica da área.

c) de caráter de baixo impacto ambiental: as atividades que atendam as condições e padrões de balneabilidade dos corpos d'água não ocasionando a poluição de suas águas; que não aumentem o risco de agravamento de processo erosivos, de assoreamentos, de enchentes e de

desmoronamento de taludes das drenagens; que impliquem na proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, erradicação de espécies de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, de acordo com o estabelecido pelo órgão ambiental competente.

§ 3º. Para as Áreas de Preservação Permanente – APPs, localizadas nas Macrozonas Rio Bom Jesus, Ribeirão Campo Grande, Ribeirão Campanha, Serra do Azarias, Ribeirão Santa Maria, Serra do Salitre, Rio Meia Ponte, Rio Paranaíba e Lago de Furnas serão observados os seguintes critérios:

I - No entorno das nascentes, serão considerados 100 (cem metros) de raio medidos respectivamente a partir do olho d'água, entendido com ponto de afloramento do lençol d'água subterrâneo.

II - No entorno das lagoas água natural serão considerados 100 (cem metros) desde seu nível mais alto

III - Nas faixas bilaterais ao longo dos cursos d'água permanentes, e no entorno dos lagos e das lagoas e dos reservatórios artificiais como represas e barragens com até 20 hectares, serão considerados 50 m (cinquenta metros) desde seu nível mais alto, ressalvadas as ocupações já consolidadas previamente a vigência desta Lei e resguardando-se os casos excepcionais, desde que demonstrado seu caráter de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, externados na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA nº 369, de 28/03/2006.

IV - Nas faixas bilaterais ao longo dos rios Paranaíba, Meia Ponte e dos lagos de Furnas e Cachoeira Dourada com largura mínima de 100 m (cem metros) desde seu nível mais alto, ressalvadas as ocupações já consolidadas caracterizadas previamente a vigência desta Lei e resguardando-se os casos excepcionais, desde que demonstrado seu caráter de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto ambiental, externados na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 369, de 28/03/2006.

§ 4º. Caracteriza-se como Área de Transição Ambiental as faixas contíguas de 50m (cinquenta metros) ao longo das Áreas de Preservação Permanente, ressalvadas as ocupações já consolidadas previamente à vigência desta Lei, que deverão obedecer os seguinte índices:

I – Taxa de ocupação máxima = 25% da área do terreno;

II – Índice de aproveitamento máximo = 0,5 vezes a área do terreno; III – altura máxima de 7,00 metros.

Art.75. São consideradas Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS, aquelas destinadas primordialmente à produção e manutenção de habitações de interesse social que serão devidamente tratadas em Lei Específica e discriminadas no Mapa 08, anexo I, integrante desta Lei, assim classificadas:

I – De regularização de loteamentos e propriedades – AEIS 1;

II – Ações de remoção de habitações por localizarem-se em áreas de risco social- AEIS 2;

III – Ações que demandam intervenções urbanísticas para integração ao tecido urbano – AEIS 3.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei entende-se por loteamento Irregular “qualquer loteamento iniciado ou efetuado com descumprimento de qualquer dispositivo legal em vigor, seja sem aprovação prévia do Poder Público Municipal, seja com inobservância das normas legais urbanísticas federais, estaduais ou municipais” (art. 40 Lei nº6.766/79).

Art.76. São consideradas Área Especiais de Interesse Estratégico o Aeroporto, a Estação de Tratamento de Água- ETA, a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e o Aterro Sanitário.

§ 1º. na área do cone de aproximação do Aeroporto será permitido apenas edificações com altura menor ou igual a 8,5 metros, medidos a partir da cota de soleira, até altura máxima do reservatório de água.

§ 2º. a área da projeção do cone de aproximação do Aeroporto encontra-se no Mapa 04, anexo I, integrante desta Lei.

Seção VII

Dos instrumentos de gestão urbana

Art.77. Os instrumentos de gestão urbana são:

I – Fundo de Urbanização;

II – Solo Criado;

III – Transferência do Potencial Construtivo; IV –

IPTU Progressivo;

V – Consórcio Imobiliário.

Art.78. O Fundo de Urbanização será criado para aplicação dos recursos financeiros no programa de áreas especiais de interesse social, urbanístico, ambiental e na gestão do plano, e será gerido por um conselho executivo representado pelo Poder Público e pela sociedade civil, a ser nomeado pelo Governo Municipal e fiscalizado pelo CONDUR.

§ 1º. O Fundo de Urbanização se constituirá das seguintes receitas:

- I – valores em dinheiro, correspondentes à outorga onerosa da autorização de construção de área superior à correspondente ao coeficiente básicos definidos nesta Lei;
- II – quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados; III – rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos.

§ 2º. Os recursos do Fundo de Urbanização atenderão aos seguintes critérios de gestão:

- I – os recursos serão utilizados conforme previsão no plano específico, encaminhado anualmente à Câmara Municipal, simultaneamente ao orçamento;
- II – os recursos serão aplicados prioritariamente na execução do Programa de Áreas Especiais de Interesse Social e em gestão da implantação do Plano Diretor;
- III – enquanto não forem efetivamente utilizados, os recursos poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio Fundo.

Art.79. O Solo Criado é a permissão onerosa do Poder Público ao empreendedor para fins de edificação nas Áreas Adensáveis 1 e 2, em uma área superior à permitida pelo índice de aproveitamento básico igual a 01 (uma) vez a área do lote, área esta chamada de estoque construtivo público.

§ 1º. Para obter a outorga em qualquer metragem, até atingir-se a densidade construtiva máxima, regulada pelo regime volumétrico, será pago um valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do empreendimento.

§ 2º. Nas Áreas adensáveis 1 e 2, em caso de se constatar impacto negativo na infraestrutura decorrente da aplicação do Solo Criado, ou mesmo quando se verifique a inviabilidade de sua aplicação face aos limites estabelecidos para o quarteirão, serão imediatamente suspensas mediante decreto do Poder Executivo.

§ 3º. Os recursos financeiros auferidos pela outorga onerosa da construção serão transferidos para o Fundo de Urbanização.

Art.80. A Transferência do Potencial Construtivo poderá ocorrer, por instrumento público, mediante prévia autorização do Poder Executivo, para imóvel situado em Área Adensável, quando o referido imóvel for considerado necessário para os seguintes fins:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º. A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III deste artigo.

§ 2º. A transferência do potencial construtivo poderá ocorrer para aqueles imóveis

situados em Área Adensável contidos na Área de Preservação Permanente e impedidos por esta Lei de utilizar a densidade ou coeficiente de aproveitamento básicos.

§ 3º. A autorização para transferência fica condicionada ao cumprimento, pelo proprietário do imóvel cedente, das normas urbanísticas previstas para a macrozona onde o imóvel se situa.

§ 4º. A transferência do potencial construtivo para a Área Adensável poderá ser concedida pelo Poder Executivo como forma de compensação, mediante acordo voluntário com o proprietário, nas desapropriações por interesse público ou social.

§ 5º. Para determinar a área edificável a ser transferida para um imóvel receptor de potencial construtivo, multiplica-se a diferença de área edificável do imóvel cedente para atingir o índice básico, pelo valor venal do metro quadrado do respectivo terreno e divide-se pelo valor venal do metro quadrado do imóvel receptor, obedecida a planta genérica de valores do Município:

$AR = AC \times VC$ onde: VR

AR = área edificável do imóvel a ser transferida;

AC = diferença da área edificável do imóvel cedente; VC = valor venal do imóvel cedente;

VR = valor venal do imóvel receptor.

§ 6º. A área edificável de que trata o parágrafo anterior é calculado a partir do regime volumétrico e será aplicado nas Áreas Adensáveis 1 e 2.

§ 7º. Para efeito de controle, o órgão competente de planejamento municipal manterá um cadastro de transferência do potencial construtivo.

Art.81. As alíquotas do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, incidentes sobre os terrenos, serão progressivas na forma definida pela Legislação Tributária Municipal, a fim de assegurar a função social da propriedade.

§ 1º. Ficam definidas como áreas passíveis de aplicação sucessiva dos institutos do parcelamento e edificação compulsórios e do IPTU progressivo no tempo, nos termos do art. 182 da Constituição Federal, as glebas ou os lotes não-edificados, subutilizados ou não utilizados localizados:

I – na Área de Adensamento Básico; II – nas Áreas Adensáveis 1 e 2;

III – nas Áreas Especiais de Interesse Social mencionadas em lei específica.

§ 2º. Excetuam-se da aplicação do IPTU progressivo as unidades imobiliárias com áreas inferiores a 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) ou que tenham 2 lotes com área inferior a 750m (setecentos e cinquenta metros quadrados), não ocupados na Macrozona Urbana e que sejam a única propriedade do titular.

§ 3º. Os imóveis notificados, de acordo com os critérios mencionados neste artigo, terão 02 (dois) anos para edificar ou parcelar, contados da data da notificação.

§ 4º. O não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará em pagamento do IPTU progressivo no tempo.

§ 5º. A aplicação do IPTU progressivo se dará com a elaboração do cadastro técnico multifinalitário;

§ 6º. O Cadastro Técnico Multifinalitário terá que ser elaborado pela Prefeitura

Municipal no prazo máximo de 01 (um) ano.

Art.82. O proprietário de unidade imobiliária localizada nas Áreas Especiais de Interesse Social poderá requerer ao Poder Executivo o estabelecimento de Consórcio Imobiliário como forma de viabilização de um plano de urbanização.

Parágrafo único. Para a execução do consórcio imobiliário, o proprietário entregará ao Poder Executivo seu imóvel para a realização de obras com recursos públicos, e, após a conclusão destas, receberá como pagamento o imóvel devidamente urbanizado, no valor correspondente ao valor original do imóvel anterior às obras.

Art.83. As demais condições relativas à aplicação do Fundo de Urbanização, do Solo Criado, da Transferência do Potencial Construtivo, do IPTU Progressivo e do Consórcio Imobiliário serão definidas em leis específicas a serem elaboradas pelo Poder Executivo.

TÍTULO IV

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 84. São atribuições do Órgão de Planejamento urbano:

- I – coordenar a implantação do Plano Diretor Participativo, seu monitoramento e suas revisões;
 - II – elaborar, apreciar, analisar e encaminhar proposta de alteração da Legislação Urbanística;
 - III – propor a alteração do limite das Áreas Adensáveis, apreciada pelo CONDUR e aprovada
-